



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

CPI - OBRAS INACABADAS		
EVENTO: Audiência pública	Nº: 000922/01	DATA: 13/09/01
INÍCIO: 14h20min	TÉRMINO: 19h11min	DURAÇÃO: 4h51min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 5h08min	PÁGINAS: 147	QUARTOS: 62
REVISORES: LUCI, PAULO DOMINGOS, ANTONIO MORGADO, LIA, MONICA, VÍCTOR, ODILON, ROSA ARAGÃO, MARLÚCIA, MADALENA, WALDECÍRIA, LUCIENE FLEURY, CÁSSIA REGINA		
SUPERVISÃO: ESTELA		
CONCATENAÇÃO: ESTELA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PEDRO BARBOSA DE DEUS - Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia.
ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE - Secretário de Infra-Estrutura e Recursos Hídricos do Estado da Bahia.
JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO - Diretor-Presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A.
ANDERSON FREITAS DE CERQUEIRA - Representante da Gerente de Patrimônio da União no Estado da Bahia.
JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO - Chefe do 5º Distrito Rodoviário Federal — DNER/BA.
GENÁRIO LEMOS COUTO - Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há intervenção inaudível.
Há orador não identificado.
Há expressões ininteligíveis.
GIBIC (?)
MAET (?)
CBOQ (?)
Não foi possível confirmar a grafia dos nomes acima citados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião. A Câmara dos Deputados instalou esta Comissão Parlamentar de Inquérito para poder diagnosticar no Brasil as obras inacabadas e também os bens imóveis da União que tivessem subutilizados ou mal utilizados ou não utilizados, para que pudéssemos fazer um diagnóstico no Brasil inteiro e prestarmos a devida contribuição para que essas incorreções pudessem, no final da nossa CPI, pelo menos tomar um novo rumo. Estamos percorrendo o Brasil inteiro, passamos pelo Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás e agora chegou a vez da Bahia. Queria, inicialmente, não só agradecer ao Presidente Reinado Braga pela acolhida no Legislativo deste Estado, quando nos colocou as instalações para que nós pudéssemos realizar o nosso trabalho. E, antes mesmo de ele se ausentar dos trabalhos, gostaria de passar a palavra ao Presidente desta Casa Legislativa.

O SR. REINALDO TEIXEIRA BRAGA - Agradeço a atenção da Presidência desta CPI. Quero dizer que esta Casa Legislativa apóia esta Comissão e espera que ela possa obter os resultados que procura. Evidentemente que esse trabalho está sendo feito no Brasil todo, como o Presidente acabou de realçar, na busca de imóveis, como ele bem salientou, não utilizados ou subutilizados, irregularidade de aplicação de recursos. Enfim, um trabalho próprio de uma CPI na busca realmente de um diagnóstico dessa situação em todos os Estados federados do Brasil. Agradeço a atenção de usar a palavra neste momento. Quero realçar aqui também que tem dois baianos que fazem parte desta Comissão, o Deputado Eujácio Simões e Deputado Luiz Moreira. Peço licença para me retirar para tratar de outros assuntos. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Esta Comissão Parlamentar de Inquérito hoje, no Estado da Bahia, está representada pelo Deputado Norberto Teixeira, do PMDB de Goiás; Deputado Luiz Moreira, da Bahia; Deputado Eujácio Simões também da Bahia, e Deputado Sérgio Reis, de Sergipe; e eu, Presidente Damião Feliciano, sou do PMDB da Paraíba. Declaro abertos os trabalhos da presente reunião. Ordem do dia. Esta reunião foi convocada para ouvirmos depoimentos dos seguintes convidados do Estado da Bahia: Pedro Barbosa de Deus, Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária; Eraldo Tinoco Melo, Secretário da Educação; Roberto Mousallem de Andrade, Secretário da Infra-estrutura; José Lúcio Lima Machado, Diretor-Presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamentos S/A; José Maria de Magalhães Neto, Secretário de Saúde; Kátia Maria Alves Santos, Secretária de Segurança Pública; Jane Fernandes de Queiroz, Gerente de Patrimônio da União no Estado da Bahia; João Sílvio Cerqueira Monteiro, Chefe do 5º Distrito Rodoviário Federal — DNER/BA; Genário Lemos Couto, Diretor-Geral do DER/BA e Maria Urânia da Silva Costa, Superintendente do INSS no Estado da Bahia. Esclareço aos Deputados e convidados que esta reunião está sendo gravada para posterior transcrição. Solicito a todos que falem ao microfone para efeito de identificação junto à Taquigrafia. Regimentalmente, o convidado não poderá ser aparteado. Finda a exposição, daremos início às interpelações. Os Srs. Deputados que desejarem interpelar os convidados deverão inscrever-se junto à Secretaria. Vamos dar início, então, à nossa reunião. Convido para fazer parte da Mesa o Sr. Pedro Barbosa de Deus, Secretário de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. (*Pausa.*). Com a palavra Pedro Barbosa de Deus. V.Sa. tem dez minutos para as exposições iniciais.



O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Boa tarde. Quero cumprimentar o Presidente desta Comissão, cumprimentar os Deputados e os demais membros desta Comissão e agradecer o convite para participar desse encontro da Comissão aqui no Estado da Bahia. Eu queria informar à Comissão, tratar especificamente dos temas das obras de irrigação no Estado, e obras de piscicultura, de carcinicultura, e da utilização de imóveis construídos pela União na área agrícola no Estado da Bahia. Especificamente sobre os projetos de irrigação devo dizer que vou me referir a dois importantes projetos de grande interesse não só para as comunidades ribeirinhas ao longo das margens do Rio São Francisco, mas também projetos importantes para o desenvolvimento do Estado da Bahia. Quero me referir inicialmente ao Projeto Salitre, na margem direita do São Francisco, cujo órgão responsável pela implementação dessa importante obra é a CODEFASF. Um projeto cuja área total é estimada em 30 mil hectares e que tem sua primeira etapa prevista a ocupação de 5.500 hectares. Quarenta e cinco por cento dessas obras já foram executadas. O que eu queria deixar claro aqui para a Comissão é especificamente o ritmo dessas obras. Estamos nesse projeto, um projeto importantíssimo, cuja primeira meta é apenas de 5.500 hectares, esse projeto tem sido demandado por toda a comunidade regional, por toda a comunidade, eu diria, do Estado da Bahia, a implementação desse projeto, e nós só conseguimos a implementação dos 5.000 hectares. E desses 5.500 hectares temos 45% apenas das obras executadas com dois anos de atraso. Estando prevista a ocupação desses lotes desse projeto apenas no final de 2002 para os lotes empresariais, e para os lotes de colônias ao fim de 2003. O que tem acontecido é que não é culpa, na nossa ótica, da CODEVASF. O que tem acontecido é que a própria CODEVASF tem feito os



pleitos, para a inclusão no Orçamento da União, de valores que compatibilizam com o cronograma das obras, mas nem sempre a CODEVASF tem sido atendida. Então isso, para mim, reside na maior dificuldade de implementação dessas obras. No caso do Projeto Bacia de Irecê, na região de Itaguaçu da Bahia e região de Xique-Xique, nós temos um projeto que a CODEVASF está implementando também, uma demanda muito importante para uma região que passa por dificuldades muito sérias, uma agricultura de sequeiro muito sensível às incertezas climáticas de uma região própria do semi-árido. Estamos também nessa área com um projeto de 57.000 hectares, cuja primeira etapa apenas viabilizará 3.800 hectares. E nós estamos apenas com 26% das obras executadas previstas para etapa, para essa primeira etapa. Se nós fizermos uma análise com relação ao cronograma global do projeto, estamos com um ano de atraso.

Neste caso, se trata efetivamente de um grande projeto, um projeto de importância vital para o desenvolvimento daquela região, um projeto de vital importância para o desenvolvimento da Bahia. Nós não conseguimos entender que, se não existem recursos para viabilizar projetos situados à margem do Rio São Francisco, projetos que têm uma atratividade econômica fantástica, todos eles, uma atividade já demonstrada na prática, uma atividade de irrigação de sucesso em toda a margem do Rio São Francisco, particularmente no pólo Juazeiro-Petrolina, mas também com experiências muito bem-sucedidas em Minas Gerais e também em Bom Jesus da Lapa, nós não conseguimos entender a carência de recursos para viabilizar projetos prontos, com projetos executivos prontos, cujas primeiras etapas estão sendo viabilizadas apenas com emendas de bancada. Nós temos, portanto... Não temos a compreensão que, numa situação dessa, o Governo aloque recursos, cifras



importantes para a transposição das águas do Rio São Francisco para viabilizar pretensos projetos de irrigação. Ora, nós não podemos entender, não podemos aceitar, temos que lamentar que, se não existem recursos, os recursos são escassos para viabilizar projetos executivos prontos à margem do Rio São Francisco, que esses recursos existam para viabilizar projetos de irrigação distantes, com custos possivelmente inviáveis no plano econômico. De forma que nós queríamos deixar patenteado a essa Comissão o nosso desejo de que esses projetos da Bahia pudessem ser viabilizados. E que a União possa, inclusive, realocar esses recursos originalmente previstos para o início de obra de transposição, para que esses recursos da União pudessem ser alocados para a viabilização desses projetos. Eu me refiro especificamente ao Projeto Salitre e ao Projeto Bacia do Irecê. Mas que parte desses recursos pudessem também iniciar o Projeto Iuiu, na região do vale do mesmo nome, uma região carente de oportunidades, cujas dificuldades são conhecidas de todos, em face da crise por que passa a cultura algodoeira naquela região. Quero também citar e informar à Comissão que nós temos na região, especificamente no Município de Xique-Xique, uma obra da CODEVASF, onde já foram investidos cerca de 700 mil reais numa estação de piscicultura e que está faltando 71 mil reais para a conclusão dessas obras. Está no Orçamento da União deste ano, mas está faltando a liberação à CODEVASF para que ela possa concluir e cumprir com os objetivos almejados. Quero também informar à Comissão que aqui na Bahia existe uma estação de carcinicultura no Município de Maraú, na localidade de Campinhos, de propriedade da CEPLAC, completamente ociosa, sem nenhuma operação, onde foram gastos — eu não tenho a exata cifra, mas se nós formos... Eu pedi uma avaliação técnica para me informar o que é que seria necessário para



viabilizar um empreendimento daquele. Fui informado de que seriam necessários pelo menos um milhão de reais para viabilizar uma unidade como aquela. Quero também comunicar à Comissão de que, quando da construção da barragem de Sobradinho, estava prevista a implantação, até para superar possíveis impactos ambientais, de uma estação de piscicultura e que até hoje não foi construída, causando muitos prejuízos à produção de pescado lá naquela região. Especificamente sobre imóveis existentes aqui na Bahia, ociosos ou com sua finalidade desvirtuada, nós temos a Fazenda Experimental de Café do antigo IBC, no Município de Vitória da Conquista, invadida há anos. Nós temos uma outra Fazenda Experimental de Bonito, também do antigo IBC, no Município de Bonito, assumido pela Prefeitura como sede administrativa. Existe também um prédio do Ministério da Agricultura, localizado na Avenida Frederico Pontes, em Salvador, onde funcionou até 1975 a sede central da ANCARBA, Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural, invadida há anos por terceiros. Existe um galpão da COBAL no Município de Teixeira de Freitas utilizado parcialmente pela Prefeitura como escola. Existe uma área do Ministério da Agricultura de aproximadamente vinte hectares, localizada junto ao parque de exposição do Município de Vitória da Conquista, praticamente no perímetro urbano, hoje subutilizada. Existe também uma unidade de beneficiamento de cimento do Ministério da Agricultura, no Município de Ribeira do Pombal, atualmente desativada. Também foi localizado um prédio da CONAB, no Município de Cícero Dantas, atualmente também desativado. E um prédio do DNOCS, no Município de Ajustina, subutilizado. Eram essas as contribuições que eu traria à Comissão. E queria deixar registrado e entregar ao



Presidente da Comissão as nossas contribuições, que faço por escrito neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Antes de passar a palavra, agradeço a presença ao Secretário. Antes de os colegas Deputados fazerem as perguntas para poder acolher o conhecimento da nossa Comissão, eu queria passar a palavra ao Deputado Eujácio Simões para fazer aqui as honrarias da Câmara dos Deputados a esta Assembléia.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – É com muita satisfação que estou participando desta audiência pública da CPI de Obras Inacabadas. E gostaria de registrar, com regozijo, a presença de inúmeros Parlamentares que compõem o quadro desta Assembléia Legislativa, os quais os nomino: José Carlos Araújo, Clóvis Ferraz, Moema Gramacho, Edmon Lucas, Jurandy Oliveira, Gerson de Deus, (*ininteligível*) Oliveira, Angelo Coronel, Raimundo Nonato, Zé das Virgens e Eliel Santana. Quero também, aproveitando o ensejo, Sr. Presidente, passar à mão da Secretaria, às vossas mãos e, por conseguinte, à Secretaria desta Comissão, uma carta, um ofício que o Secretário Eraldo Tinoco encaminhou a esta Presidência, o qual passo a ler: “Convidado por V.Exa para comparecer à audiência pública em Comissão às 13h30 de hoje, aqui estive para prestar qualquer informação a mim solicitada. Informo que a Secretaria da Educação não tem convênio com a obra paralisada, nem imóvel público não utilizado. Há interesse do Estado em utilizar imóvel do Centro de Educação Tecnológica da Bahia — CEFET, localizado no Município de Simões Filho, conforme entendimentos que estamos mantendo desde dezembro de 1999, conforme documento anexo. Por fim, em virtude da impossibilidade de permanecer para audiência, coloco-me à disposição dessa



egrégia Comissão para qualquer informação do que poderei fazer em Brasília. Manifesto o meu apreço e consideração, atenciosamente, Eraldo Tinoco”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Dando continuidade aos nossos trabalhos, queria passar a palavra ao Deputado Norberto Teixeira, para fazer as perguntas ao Secretário Barbosa. Com a palavra o Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Pedro, o senhor citou diversos projetos de irrigação e eu gostaria... e esses projetos tão em encaminhamento, tão em obras. Não existem projetos parados que não estão em obras; reiniciados e parados, por falta de recurso ou irregularidade?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Não. No momento, não temos projetos exatamente nessa situação. Tivemos, no passado, projetos aí, conduzidos pelo DNOCS em Livramento do Brumado, mas numa parceria da área federal com o Governo do Estado essas obras foram tocadas e concluídas. O que nos preocupa com relação a esse projeto que eu mencionei aqui é exatamente o ritmo. Quer dizer, se nós temos um projeto de 57 mil hectares, cuja primeira etapa é feita em 3.800 hectares, quer dizer, isso já... quando é que nós vamos terminar esses 57 mil hectares, se até esses 3.800 estão com atrasos, conforme eu mencionei? Então, essa é uma preocupação grande. E eu insisto aqui, com a Comissão, que esse é um tema do maior interesse da Bahia na área de irrigação. São projetos prioritários de nosso interesse, aqui da comunidade regional, e de toda comunidade baiana.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – O Projeto de Marituba...

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Mas ele falou de irrigação.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O Projeto de Marituba, o senhor tem conhecimento dele?



O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Por gentileza...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O Projeto de Marituba, o senhor tem conhecimento desse projeto, da CODEVASF, que inclui também um pedaço da Bahia?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Não, não tenho. Esse Projeto Marituba me parece que é localizado em Alagoas.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sim, mas ele...

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Ele fica no Município de Piaçabuçu, lá próximo à Foz do Rio São Francisco.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas o projeto é bem mais amplo.

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Pois não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Ele inclui algumas cidades da Bahia também, junto. O senhor tem algum conhecimento desse projeto aqui?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Não tenho não, Deputado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – O Projeto de Formoso já terminou?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – O Projeto de Formoso está praticamente terminado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Está faltando quanto dessa obra?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Deputado, eu não sei lhe informar precisamente o que que está faltando. Na parte de Formoso A está completamente concluído; na parte de Formoso H faltam alguns detalhes.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Está chegando recurso normal?

Está em obra?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Tem. Eu não tenho...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – O senhor vai informar isso para nós?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – ... eu não tenho notícia de paralisação. Nas conversas que eu tenho mantido com o pessoal da CODEVASF, não tenho informação, nenhuma restrição a esse projeto.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E o Projeto Bateira... parece que... Batateira?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Eu não tenho aqui informações precisas sobre esse projeto, mas sei que existe. Eu até quis trazer essa contribuição aqui, à nossa reunião, mas, no entanto, eu não consegui detalhes mais precisos pra trazer informações, assim, mais confiáveis. Mas sei que nessa região existe um canal feito e sem conclusão, sem nenhuma irrigação nessa região, lá no Município de Sobradinho.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas deixa eu informar para o senhor, só para ver se o senhor pode nos ajudar. Esse projeto, ele foi feito via Prefeitura. O Prefeito, o ex-Prefeito foi condenado, o processo está chegando no final, a obra está paralisada e agora, neste ano, tem dinheiro no Orçamento para esse projeto. O senhor não tem conhecimento, nada, desse projeto?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Não. Não tenho não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, eu gostaria que esta Comissão pudesse requerer toda cópia desse processo, que é muito



importante. O senhor tem certeza que está parada essa obra? O senhor ouviu comentário...

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Eu estive com o Prefeito do Município de Sobradinho, que me comunicou que essas obras estavam... Na última visita que eu fiz ao Município, o Prefeito me comunicou que essas obras estavam paralisadas. Se houve uma retomada, não é do meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, essa obra tem inclusive devolução a ex-Prefeito, que foi condenado; tem problema de nota fiscal seriíssimo. Todo o projeto dele é complicado, não é? Um relatório muito imenso da auditoria sobre isso. E é importante uma obra dessa. Vê se há possibilidade, viu, seu Pedro?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Pois não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – A gente gostaria de ter um auxílio do senhor: se há necessidade dessa obra retomar, o que tem que ser feito, porque vocês conhecem o problema aqui. É muito importante sentir a realidade da comunidade e do Governo da Bahia. Então, Sr. Presidente, tem diversos problemas para serem questionados nesse projeto. É um projeto... Inclusive, desde o projeto até a concorrência, até os pagamentos; feitos os pagamentos, até fora — tem que ter faturamento —, e até tomada de conta especial já, com pedido de bloqueio de recurso. Então, gostaria que o senhor desse... depois nós pudéssemos requerer convocação de todo esse pessoal, essas empresas todas, para prestarem esclarecimentos à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – A Presidência acolhe a sugestão de V.Exa. e vai dar andamento aos princípios regimentais.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Nós temos mais, aqui, um projeto, e gostaria da informação do senhor, Sr. Pedro. Que é muito importante a participação. E eu quero te agradecer, porque o senhor já trouxe uma informação muito grande de outros projetos também. Estreito, como que está esse projeto? O Estreito IV.

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Esse projeto, eu estive lá e fiquei satisfeito, Deputado, com o que vi. Coisas... É um projeto com toda uma condição particular, feito com irrigação com barragens. Fiquei satisfeito com o que vi lá. Não vi nenhum problema que pudesse trazer, aqui, à Comissão.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas está terminado? Já encerrou o projeto?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Está . Pelo que eu sei, está concluído. Eu fui lá, visitei. Não sei se falta algum detalhe que me passou despercebido, mas tive uma boa impressão.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – O senhor conhece a transposição das águas do Rio do Sonho? Projeto do Rio Grande?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Não, eu não conheço o projeto detalhado. Contenho informações gerais sobre uma possível... uma possível interligação de bacias — da Bacia de Tocantins com o São Francisco —, utilizando exatamente esse rio lá no oeste do Estado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas não tem a participação da Secretaria nesse processo?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Não, não. Não tem.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Baixo Irecê o senhor já citou para nós, não é isso? Mas é só isso, Sr. Presidente. Eu dou por encerrado. Eu acho que o Sr. Pedro passou toda a informação à CPI, dizendo inclusive quais eram os ofícios encaminhados, e depois nós vamos tomar providências do que está faltando. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Continuando, passo a palavra ao Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, senhores colegas, Sr. Secretário da Agricultura, Pedro Barbosa de Deus, as indagações feitas pelo nobre colega Norberto Teixeira também eram minhas, até porque, em virtude de viagem, eu não tive, antecipadamente, acesso a esse relatório. Acabei chegando apenas ontem e não tive a oportunidade de observar detalhadamente todos os projetos que incidem de irregularidades, sobre possíveis irregularidades nessa área. Mas, Sr. Secretário, o senhor poderia, talvez, nos dar algum detalhe sobre alguma possível irregularidade a respeito desse Projeto Batateira?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Não. Sinceramente, não. Não tenho. Seria uma coisa leviana se eu pudesse dar aqui maiores detalhes. Eu estive no Município, acompanhei com o Prefeito, vi um canal realmente abandonado, mas não tenho detalhes com relação a... Mas posso me comprometer com a Comissão e levantar mais informações detalhadas e agregar ao meu relatório.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Essa obra deu início antes da entrada do senhor na Secretaria?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Essa obra é antiga.



O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Com relação aos imóveis que o senhor citou, que estavam sendo subutilizados — eu tive a oportunidade de anotar... Sr. Presidente, o senhor poderia passar para mim esse relatório no qual ele cita algumas áreas que tão sendo subutilizadas, dentre elas a Fazenda Experimental de Irecê, de Bonito...

(Não identificado) – IBC.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – IBC. O senhor poderia nos dar mais detalhes? Quem é que está ocupando essa área?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – O senhor se refere a essa primeira fazenda que está aí no anunciado?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Isso. Fazenda Experimental de Café do antigo IBC, em Vitória da Conquista; Fazenda Experimental de Bonito... do antigo IBC, no Município de Bonito, assumida pela Prefeitura como sede administrativa.

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Olha, essa fazenda de Vitória da Conquista está invadida exatamente por pessoal dito desses movimentos sociais, né? É uma fazenda experimental que, como se trata realmente de uma região produtora de café, seria desejável que ela realmente funcionasse, pra dar referência aos produtores, né? Então, se nós precisamos de área de reforma agrária, certamente não seria uma estação experimental com uma área nobre, bem localizada, com estrutura própria pra treinamento e capacitação de produtores. Então, acho que realmente é um desvirtuamento uma invasão de uma estação experimental que tem objetivos muito mais nobres.



O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – O senhor pode nos informar se o INCRA já se posicionou a respeito, já fez um levantamento pra saber se a terra era produtiva ou improdutiva?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Não. Eu, agora, neste momento, não tenho esse detalhe que o senhor demanda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Existia interesse por parte da Secretaria de Agricultura em que o Governo Federal fizesse o convênio para que o Governo do Estado pudesse fazer algum tipo de projeto nessa área?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Olha, não é de todo descartado. Na verdade, nós teríamos que avaliar melhor as condições da estação e tal, mas não descartaria essa possibilidade.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Aqui tem um prédio do Ministério da Agricultura, localizado na Avenida Frederico Pontes, aqui em Salvador, onde funcionava, até 75, a sede central da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural e está invadida há anos por terceiros. Quem são esses terceiros?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Também não sei lhe precisar neste momento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Existia por parte do Governo do Estado interesse em fazer convênio para esta área?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Não sei se o... não sei se o próprio Governo do Estado, mas talvez alguma entidade, vamos dizer, não governamental, com fins, assim, de objetivos mais sociais pudesse... mas também não descartaria o próprio Governo do Estado.



O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Aqui eu também observo o galpão da COBAL, no Município Teixeira de Freitas, que atualmente está sendo utilizado pela Prefeitura como escola, está levando um cunho social. Temos também aqui uma área do Ministério da Agricultura de aproximadamente vinte hectares, lá em Vitória da Conquista, perímetro urbano, que também está sendo subutilizada. O senhor pode nos precisar por quem e com que finalidade?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Nessa área praticamente não tem nenhuma ocupação. Como se trata realmente de uma área nobre, dentro do perímetro urbano, eu não sei, vamos dizer, se os mecanismos que o Ministério da Agricultura teria pra passar, mas acho que se... poderia ser uma área que pudesse ser utilizada pela Prefeitura Municipal. É junto praticamente do Parque de Exposições. Poderia fazer parte, quem sabe, de um projeto de urbanização lá da cidade; que pudesse ser contemplada lá com um parque, uma coisa assim. Fora disso daí, seria realmente licitação para o próprio setor privado, mas acho que poderia ser... não iria agregar tanto valor à Receita Federal e talvez pudesse ser utilizada pela própria Prefeitura, melhorando a qualidade de vida lá da população.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – O senhor pode nos informar se a Prefeitura já entrou em contato com o Ministério da Agricultura solicitando essa área?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Deputado, eu sinceramente não sei lhe informar.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Prédio do DNOCS no Município de Ajustina, que está sendo subutilizado. O senhor também talvez nos pudesse precisar por quem e com que finalidade.



O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Não sei. Eu não tenho aqui quem é que está utilizando esse... Não sei se algum auxiliar meu aqui, João Aurélio, pudesse me ajudar aqui, quem é que está efetivamente ocupando esse depósito. Não tem ninguém ocupando. Está lá, fechado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Sr. Presidente, eu, a princípio, eu me dou como satisfeito nas minhas indagações. Eu agradeço a presença do Secretário. Eu acho que essas informações que foram dadas por V.Sa. vão nos auxiliar bastante no trabalho que a CPI vem desenvolvendo em todo este País. E dizer que: eu estava lendo aqui rapidamente sobre esse projeto aqui de Batateira. E aqui o relatório, Sr. Presidente, do TCU, é gravíssimo, não é? Foram milhões e milhões de reais investidos nessa obra. Há suspeita de notas fiscais frias, né, de ter recebido o dinheiro e não ter concluído diversas obras. Nós precisamos nos aprofundar. Eu até sugiro a V.Exa. que, posteriormente, numa reunião interna, pudesse ser marcada um visita **in loco** desta CPI, para que pudesse observar **in loco**, para que a gente possa também ter mais subsídios para, no relatório final, nós constatarmos as possíveis irregularidades desta obra. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Passo a palavra ao Deputado Luiz Moreira.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Sr. Presidente, Sr. Secretário Pedro Barbosa de Deus, ao ouvir a exposição de V.Exa. eu gostaria de fazer alguns questionamentos. O primeiro questionamento, até para maior informação: quando V.Exa. fala dessas verbas da CODEVASF, que elas se tornam insuficientes para a conclusão do projeto em si, eu indago de V.Exa. se elas já vêm carimbadas no



Orçamento da União quando vai para o Congresso ou se elas são criadas dentro do próprio Congresso. Se quiser responder de pronto, eu lhe agradeço.

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Essas são criadas, vamos dizer assim, dentro do próprio Congresso. São oriundas de iniciativa dos Parlamentares.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – E elas estão incluídas dentro daquelas emendas, digamos assim, de bancada? Ou não?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Emendas de bancada, sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Obrigado. Na questão de... Parece que eu ouvi que na liberação de 71 mil reais, foi isso?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Certamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Que, com isso, então, liquidaria a fatura de um projeto?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Da Estação Experimental de... da estação experimental, não — desculpe —, de piscicultura de Xique-Xique.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – E está contingenciada ou ela não foi liberada ainda?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Não, não está contingenciada, não está liberada. Imagino que, havendo a liberação, a CODEVASF possa concluir e há interesse inclusive do Governo do Estado em fazer um convênio com a CODEVASF. Já existe até uma minuta proposta por nós à CODEVASF para que essa estação pudesse ser, vamos dizer, administrada e trabalhada lá pela BAHIAPESCA, empresa do Governo do Estado.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Eu até acho que, no caso particular, tanto eu como o Deputado Eujácio Simões, embora que a Comissão, a CPI, poderá



tomar outras providências, mas pela quantidade e pela falta só de liberação, acho que a bancada baiana poderia fazer injunções para que isso acontecesse. Uma outra coisa que V.Exa. falou e que todos nós baianos ficamos satisfeitos, porque parece que já foi sepultada a história da transposição do Rio São Francisco. Tudo indica que isso não vá ocorrer e acho até, dentro de uma primeira... embora nosso Presidente seja da Paraíba, acho que, numa primeira avaliação, o São Francisco demonstrou que ele não tem essa capacidade toda para suportar tudo aquilo que estavam querendo que ele assumisse a responsabilidade, a não ser que houvesse, **a priori**, aquela injeção lá do Tocantins; que, com isso, nós tivéssemos uma afluência maior de água para que pudéssemos dar. Lógico que nós estamos recebendo e vamos dar apenas... Seríamos a forma ou o trajeto para que isso pudesse ser utilizado. Agora, V.Exa. falou aí, e foi muito importante para a CPI, a relação, digamos, de imóveis e fazendas e coisas que o valham que estão sendo subutilizadas ou invadidas. Eu acho que para a CPI de Obras Inacabadas e dentro desses contextos próprios nacionais que estão com as suas finalidades desvirtuadas, eu acho que foi muito importante para produzir no relatório algo que possa frutificar resultados futuros. E a minha pergunta é a seguinte: e nesse contexto dessa citação por V.Exa., o Estado teria algum interesse que algo disso, assim, pudesse ser cedido sob a forma de comodato ou qualquer outro meio que desse a oportunidade de ocupação ou de exploração?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Deputado Luiz Moreira, muitas dessas obras foram oriundas de diversos governos, coisas até, vamos dizer, históricas. E, na maioria das vezes, elas representaram, vamos dizer, demandas das comunidades locais feitas aos governos de então, e que foram atendidas. Quando a



gente constata uma relação relativamente grande de iniciativas, preocupa-nos que isso possa representar um recuo da ação federal no Estado. Essa é a maior preocupação. Não se trata, exatamente, não, é o Estado da Bahia... Evidentemente é necessária uma avaliação para ver o significado, a importância hoje daquela obra do passado, daquele imóvel, daquela estação experimental frente à realidade atual. É muito importante que se defina isso, mas eu fico, por exemplo, em certa medida triste, quando vemos, por exemplo, uma estação como essa de camarões, de Campinhos, feita pelo Governo Federal, e que é uma obra que a preços de hoje não se faria com menos de 1 milhão de reais. Num país que tem um potencial para a produção de camarão fantástico, cujo principal Estado brasileiro, o maior produtor, é a Bahia, que tem apenas dois mil e poucos hectares. Então, gostaríamos, primeiro, de avaliar essa ação do Governo Federal frente às demandas regionais. Coloco-me à disposição para abrir uma discussão, para tentar primeiro uma revitalização dentro da própria ação do Governo Federal. E em segundo momento, se não viabilizarmos isso, e se for importante para a comunidade local, claro que o Governo do Estado tem interesse em fazer uma parceria para viabilizar e implementar aquela obra.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Eu estou indagando mais de perto a V.Exa., porque tivemos a oportunidade, inclusive de ouvir do próprio Governador e também do Secretário de Educação, de que alguns imóveis seriam importantes para, digamos assim, a nossa secretaria, para fazer uma difusão maior, inclusive dessa área educacional. Quero indagar a V.Exa, porque até agora tenho ouvido falar dessa história de batateira, mas já até com declaração do nosso Deputado Norberto, digamos assim, trazida para a responsabilidade do Prefeito, e a minha pergunta é a seguinte: o Estado tem alguma co-participação nessa obra de batateira?



O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Que eu saiba, nenhuma. Pelo menos nunca encontrei registros na Secretaria de Agricultura, nos órgãos de irrigação, da participação do Estado nessa obra.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Por final, aqui é apenas mais uma informação, nós também tivemos curiosidade de passar no Tribunal de Contas da União para pegarmos muitas informações acerca do que se passa no Estado da Bahia. Uma informação, no caso particular, era exatamente sobre esse Projeto de Marituba, que, na verdade, está mais afeito, inclusive, com fiscalização, com acompanhamento, com o Estado de Alagoas e não aqui, digamos, com o nosso Estado. Acho que até por isso V.Exa. não pode fazer as respostas necessárias desde quando esse acompanhamento vem sendo feito em outro patamar, inclusive patamar de responsabilidade mesmo, de administração do órgão que me parece que a Secretaria, digamos assim, externa do próprio Tribunal de Contas da União, de controle externo. Então, por isso, realmente, que está afeito mais a Alagoas do que a nós. Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Sr. Secretário, no exercício dos meus mandatos no Congresso Nacional tive a oportunidade de, vários anos seguidos, e ainda o faço, participar, ser membro da Comissão de Planos e Orçamentos, Comissão Mista. E quando aflora essa questão da solução de continuidade nas obras por pequenos recursos ou num ritmo que não atende realmente a uma expectativa e a uma potencialidade dos projetos, nós sempre nos perguntamos.... quando estávamos fazendo um lanche ali, estava conversando com



o Presidente Damião sobre qual era o mecanismo, de forma institucional, que esta Comissão, diagnosticado o montante, um rol de obras que estão inacabadas, que não estão funcionando dentro da sua prerrogativa, como é que vai fazer com que essa coisa seja implementada, no sentido de que os recursos necessários sejam viabilizados para que realmente se tornem realidade esses projetos? Então, como o senhor tem uma experiência muito grande nessa vivência de interlocução com os organismos federais, prender-me-ia a uma pergunta mais de caráter macro e gostaria de ter o depoimento de V.Exa., gostaria de dizer: os projetos que aí estão, principalmente na área de irrigação, nós vimos aí que o Formoso, que eu conheço bem, que com 15 mil hectares de área passou praticamente 12 anos para ser implementado. O Baixio de Irecê tem uma perspectiva de se irrigar 57 mil hectares; hoje, está numa primeira etapa de 5.500, a duras penas.

(Não identificado) – Três mil e oitocentos.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Três mil e oitocentos, eu inverti. O Salitre, de 30 mil hectares, 5.500. O Iuiul tem uma perspectiva também de se irrigar 33 mil hectares. Além disso, vemos aqui que o Estado de Sergipe reivindica o Canal Dois Irmãos para viabilizar uma área lá, saindo a água da Bahia. Temos projetos também já em estudos preliminares na margem esquerda do lago de Sobradinho, principalmente o Brejo dos Riachos, no Município de Casa Nova. Então, vemos uma perspectiva muito grande de utilização dessas águas do São Francisco e essas formas de se resolver as questões claudicantes. Então, apresento aqui a grande pergunta: nos momentos de discussão, de debate, de interlocução com a CODEVASF, que é o organismo responsável pelo Desenvolvimento do Vale do São Francisco, o que o senhor tem detectado com relação a essa questão de não se



alocar recurso? Quais são os percalços desse processo para que, na verdade, possamos também levar a cabo essas coisas, esse diagnóstico, no sentido de se viabilizar em âmbito orçamentário e até financeiro, que essas obras realmente se tornem realidade? Isso é uma grande preocupação, porque pode esta Comissão chegar a um determinado momento diagnosticar o número de obras inacabadas e que tenha um ritmo que não atenda à expectativa da sociedade, mas que precisa, na verdade, ser implementada outras ações para tentar viabilizá-la. Gostaria de ouvir o depoimento, que eu sei que é abalizado, de V.Exa.

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Deputado Eujácio Simões, para ser-lhe sincero não identifico do órgão responsável pela execução dos projetos de irrigação na bacia do São Francisco o grande entrave. Sinceramente, não é este o problema, já que este órgão tem tido a iniciativa até de elaborar os projetos, e até fase de projeto executivo. A dificuldade tem sido uma dificuldade política de nós realmente mobilizarmos recursos federais que pudessem acudir a CODEVASF na hora certa para implementar esses projetos. Essa tem sido... Sinceramente, não faltam gestões nas comunidades locais, não faltam gestões do Governo do Estado. O que está faltando é uma decisão firme, um projeto nacional para se viabilizar. Há mais de 10 anos o Brasil não apresenta às agências multilaterais de financiamento nenhuma carta consulta para viabilizar esses projetos. Esses dois projetos que nós abordamos aqui nessa reunião, o Deputado Luiz Moreira me inquiriu sobre o assunto, estão sendo tocados com emenda de bancada. Há necessidade, realmente, de uma decisão firme buscando o desenvolvimento econômico dessas regiões. Eu só acredito, sinceramente, para lhe dar uma resposta objetiva, realmente, em uma decisão política para viabilizar esses empreendimentos. São



empreendimentos importantíssimos, como eu já disse, seja o de Iuiui, Bacia de Irecê ou Salitre. Todos em cima de propostas, vamos dizer, de projeto de irrigação já com referenciais extremamente positivos, exitosos, que o senhor bem conhece, como o de Juazeiro, Petrolina, Bom Jesus da Lapa ou norte de Minas.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Agora, gostaria de dizer, Secretário, que se tem conhecimento, eu não vi a missiva, a carta, mas quando cheguei à Câmara Federal existia uma circular da área econômica do Governo recomendando que não houvesse contatos com agências internacionais de desenvolvimento com relação à captação de recursos para a implantação desses projetos de irrigação. E também quero, como testemunho, que o senhor aqui, com o Governo do Estado, tem também buscado recursos em agências internacionais de fomento e viabilizado alguns projetos de irrigação dessa forma. Então, aí, a gente está estabelecendo aqui uma dicotomia entre o Governo Federal, quando tem os seus projetos, são da sua alçada, do órgão que é responsável pela bacia de São Francisco, tem uma limitação da área econômica, e o Governo do Estado consegue viabilizar recursos internacionais para implementar os seus projetos de irrigação. Gostaria que V.Exa. pudesse corroborar com essa minha afirmação.

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Deputado Eujácio Simões, complementando as minhas informações anteriores, devo dizer que há cerca de três ou quatro anos, se não me falha a memória, fui convocado para uma importante reunião em Fortaleza, para discutir um novo modelo de participação federal nos perímetros irrigados. Quer dizer, isso vem se arrastando há muitos anos, essa discussão não tem levado absolutamente a nada. O que tem acontecido é que nesse período, o que nós temos assistido é que obras importantes têm sido feitas



pelo DENOCS, principalmente no Estado do Ceará. Não registro nesses últimos anos aqui nenhuma obra do DENOCS no Estado da Bahia. Agora, sabemos das limitações financeiras, sabemos que os projetos de irrigação são projetos exigentes em recursos financeiros, mas nós entendemos que se não houver uma intervenção governamental dificilmente a própria iniciativa privada tem condições de bancar essa grande infra-estrutura, porque se assim o fizer o retorno do capital se dá a prazo tão longo que tira qualquer atratividade desse projeto. Então, é muito importante, principalmente os projetos maiores, esses projetos grandes, principalmente à margem do Rio São Francisco, tem que haver uma participação pública para diminuir o custo da infra-estrutura. Isso não tem quem consiga montar um fluxo de caixa para um projeto grande desse somente bancada pela iniciativa privada. De forma que nós entendemos que ainda é necessária essa participação pública. Do lado do Governo do Estado nós temos dado esse exemplo, nós temos feito dentro do alcance da capacidade financeira do Estado, temos participado desse tipo de iniciativa. Agora mesmo estamos implementando aqui no Estado projetos de irrigação diversos que somam no seu total cerca de 14 mil hectares entre projetos já praticamente concluídos, projetos em andamentos e projetos em fase de elaboração e projetos executivos. E temos conseguido, graças ao equilíbrio fiscal do Estado da Bahia, temos sido bem-sucedidos nas iniciativas de captar e temos recebido, naturalmente, o apoio, também, do Parlamento que tem aprovado as demandas do Governo da Bahia. Temos conseguido esse recursos e estamos implementando. Claro que a nossa capacidade é limitada e não dá conta, realmente, das necessidades atuais, especialmente desses grandes projetos, realmente, o Estado não teria nenhuma capacidade financeira para viabilizá-lo.



O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Queria comunicar ao plenário que o colega Deputado está solicitando para fazer uma pergunta ao secretário, infelizmente não posso lhe conceder a palavra para fazer argüição ao secretário, em função do objetivo e direcionamento da nossa reunião. Entretanto, gostaria, se V.Exa. quisesse fazer alguma solicitação ao nobre Secretário, que pudesse fazer a pergunta a algum membro aqui da Mesa que ele poderiam transferir a pergunta para V.Exa. por escrito, e algum desses aqui poderia fazer, se for o caso. Não, por escrito. Eu queria só perguntar ao secretário se na sua área, em outra área... Estou lhe perguntando, mas, de qualquer maneira, é uma preocupação nossa em relação a essas obras inacabadas, se V.Exa. conhece dentro de outra área que não a sua alguma obra que tenha recursos federais. Se V.Exa. conhece, poderia dizer para nós que não fosse diretamente ligada à sua parte.

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS - Não, Deputado, sinceramente eu não tenho, até porque se eu fosse fazer isso, eu teria que ter alguns elementos mais concretos. Infelizmente não posso contribuir nessa área, não estou preparado para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Gostaria de perguntar em relação a... V.Exa. abordou alguns pontos em relação aos bens imóveis da União. Fora esses bens imóveis, o senhor não conhece aqui na estrutura da cidade de Salvador bens imóveis da União que sejam mal utilizado ou subutilizado, que poderia apontar para que esta Comissão pudesse, dentro do seu relatório final... Poderia apontar inclusive com o aproveitamento do próprio Governo do Estado, até porque há uma política do Governo Federal no sentido de repassar esses imóveis,



dependendo da necessidade, a própria Secretaria de Patrimônio da União já tem essa política até em âmbito mesmo da gerência regional. V.Exa. conhece algum patrimônio da União que poderia ser mal utilizado, nesta oportunidade.

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Deputado, os que eu conhecia eu enumerei aqui nesse relatório que eu apresentei. Alguns imóveis que eu apresentei... no passado, por exemplo, foram construídos muitos galpões com finalidade de armazenamento de grãos ou café, foram construídos. E muito desses galpões hoje se encontram parcialmente utilizados pela CONAB. Alguns deles eu tenho recebido demandas importantes de produtores em alguns pólos agrícolas do Estado e não tive ainda o êxito de ser atendido em algumas dessas demandas a que eu me refiro, especialmente nos termos cujo que é, nós tivemos algumas demandas importantes nisso daí, mas não tive uma resposta ainda positiva da CONAB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Em âmbito de área rural tem alguma fazenda? O senhor me parece que apontou uma fazenda invadida, mas que tivesse subutilizada e que fosse patrimônio da União. O senhor conhece alguma? Naturalmente o Estado da Bahia, que não é muito grande territorialmente, poderia ter áreas da União sendo subutilizada. Se V.Exa. conhece dentro do âmbito da sua secretaria?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS - Deputado, as situações realmente mais graves indicamos a ele nesse documento. Existem naturalmente alguns organismos federais que, como eu disse, às vezes no passado concederam uma implantação de uma estação experimental com determinados objetivos e que às vezes até aquele objetivo foi completamente superado e tal. Às vezes, o próprio Governo Federal ou deixa realmente a coisa fluir, ou administra só para manter a



coisa acesa. Então, acho que talvez uma incursão dentro desses próprios organismos federais que trabalham aqui na Bahia... Talvez a própria Comissão pudesse realmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Mas V.Exa. pode assim apontar os órgãos?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Os órgãos federais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Porque o território da Bahia é grande. Tem terra... E na sua secretaria de irrigação a coisa deve ter. Pelo menos dê para nós um norte.

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Por exemplo, o norte que eu dou são os órgãos que operam aqui, os órgãos federais que trabalham aqui no Estado. Então, nós temos aqui a CEPLAC, EMBRAPA, CODEVASF. São os principais órgãos. Eu acho que uma incursão pode realmente revelar, vamos dizer, imóveis parcialmente utilizados que pudessem ter um destino melhor, talvez. E esses organismos podem até dizer que realmente... argumentar que aquela estação não está tendo utilização plena por dificuldades até orçamentárias do próprio órgão. Tudo isso é possível. Mas acho que se a Comissão quiser aprofundar, acho que teria realmente que mergulhar um pouco mais junto a esses próprios órgãos federais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - O nobre Deputado Luiz Moreira fez a pergunta ... Deputado Luiz Moreira por favor V.Exa. (*Pausa.*) Podia fazer a interpelação em nome do Deputado. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES - Enquanto o Deputado Luiz Moreira decifra a pergunta do Deputado José das Virgens, eu quero registrar a presença de



mais outros colegas Parlamentares: Deputado Ricardo Japan, Antonio Fernando, Vespasiano Santos e a Deputada Lídice da Mata que está presente.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Aliás, eu gostaria de fazer um preâmbulo: que não foi a dificuldade, digamos, de decifrar, porque eu como médico o farmacêutico é que vai decifrar o meu garrancho (*risos*) e até tem certas histórias que foi receitada e o farmacêutico chegou lá e aviou, e depois perguntaram a ele se estava correta e ele disse: é o que pude perceber que está escrito aqui. Não era nada daquilo. O nobre Deputado José das Virgens pergunta ao nobre secretário — fez aqui um inquérito... (*Risos*). Então, diz ele sobre o perímetro de Mirorós e de Ibipepa. Primeiro: projeto concluído. Se quiser responder de imediato, pode falar.

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Projeto concluído.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Foi rápido, essa está boa. Metas alcançadas?

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Olha, esse projeto é um projeto, pelo o que sei, muito bem conduzido. Uma região que tem realmente dificuldades climáticas conhecida por todos e que é... o Governo Federal fez uma obra muito importante, que foi a barragem, que viabilizou não só esse projeto de irrigação como o abastecimento humano de diversas sedes municipais. No início, eu me preocupei um pouco, vi um pouco de plantação de grãos irrigados, mas depois o projeto caminhou realmente num bom destino, que é a fruticultura, e, pelo que eu sei, está muito bem conduzido.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA - Bem, tem uma terceira que diz: “Total da área irrigada”, se não respondida na segunda pergunta.



O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS - A área irrigada lá é estimada em 2 mil hectares.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA - Problema: subutilização.

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS - Não tenho conhecimento de subutilização. Esse projeto, no início, foi concebido para quase 3 mil hectares, mas, por demandas do Governo do Estado, tendo necessidade de água para abastecer sedes municipais, houve um novo planejamento, e o projeto foi reduzido cerca de 2 mil hectares, para atender às demandas de abastecimento humano, que eram prioritárias.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Quinta: contrapartida do Estado baiano.

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Essa não foi uma obra feita em parceria; foi uma obra feita com recursos federais, não foi demandada nenhuma parceria. O que foi feito lá, e que o Governo do Estado gastou muito, foi fazer grandes adutoras para abastecer todas as sedes municipais. Então, houve uma sinergia muito boa, porque o Governo Federal fez a barragem, que permitiu viabilizar parte desse recurso hídrico para a irrigação, mas, realmente, o grande resultado, espetacular, foi o abastecimento de todas aquelas sedes municipais, que todos aqui da Bahia conhecem as carências de oferta de água ali, tanto em quantidade quanto em qualidade. Sedes municipais, regionais, como Irecê, tinham uma água de péssima qualidade, e que foi resolvido com a chamada Adutora do Feijão, que vem exatamente dessa barragem de Mirorós.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA - Bem, eu queria até fazer um acréscimo, ou um adendo à resposta de V.Exa., porque eu mesmo fui portador de uma



solicitação ao nobre Secretário Moussallem, da Infra-Estrutura, naquele projeto da Fazenda Nova Canaã. E, principalmente, não da área, digamos assim, agrícola, mas, pelo menos, da área social, em que a demanda, quem conhece o projeto, sabe que é muito grande, e, com grande sucesso, fomos muito bem atendidos, e esse atendimento foi benéfico para aquela população. E, finalmente, sugestões: ouvir segmentos técnicos e não-governamentais das áreas.

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS - Sinceramente, eu não entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA - Para a Comissão? Então, essa fica para a Comissão. E acabou, porque aí não tem réplica. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Pela ordem, Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Eu gostaria de responder a essa pergunta. Esse processo que nós estamos fazendo aqui hoje, às vezes você não o está entendendo. Ele é um processo...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Não, é um processo de você envolver a comunidade num processo que nós estamos da obra inacabada. Precisamos dos Governos Estaduais, precisamos de todos os Prefeitos, das Assembléias, dos Tribunais, da sociedade, para que possamos ter isso. Vou dar só um exemplo para vocês: o pessoal do Paraná juntou todo mundo do Tribunal de Contas do Estado, convidou juízes aposentados, promotores aposentados, e formaram grande comissão, examinaram todas as obras no Paraná, quer dizer, deu



1.055 obras. Eles terminaram e entregaram na quarta-feira para nós. Então, a CPI não é só isso aqui hoje, não; ela vai continuar, vai continuar num processo mais longo, vão ser intimadas as pessoas em Brasília. Nós estamos fazendo uma ata aqui hoje, essa ata, para depois continuar em Brasília o processo. Então, é um processo muito mais amplo. Vamos ouvir o Governo, porque ele é o Governo da Bahia, vamos ouvir todos os secretários, que é o representante da sociedade. Nós vamos levantar todos os segmentos, para que possamos, depois, chegar a uma conclusão, e tivermos todo o levantamento do Tribunal de Contas da União e da Secretaria de Controle para que possamos continuar o processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Só complementando, nobre Deputado, também em função desta CPI ter saído de Brasília é que nós, realmente, encontramos lá, em Brasília, dificuldade para fazer esse diagnóstico, esse mapeamento do que está ocorrendo no Brasil inteiro. O Tribunal de Contas da União tem esse quadro. Nós enviamos comunicações a todos os Ministros de Estados, a todos os Governadores dos Estados do País, a todos os Prefeitos das capitais, e não obtivemos as informações necessárias. Só quando saímos de Brasília, que fomos aos Estados, então essas informações foram chegando, a exemplo até do próprio Governador. Hoje, já tem algumas obras que não tínhamos na nossa lista. Estamos aqui apurando com o nobre Secretário também e vamos adiante para o fim desta sessão. Sem dúvida nenhuma, os frutos serão grandes. E aí, como disse o nobre Deputado Norberto Teixeira, ainda vamos chamar essas pessoas responsáveis a Brasília, para se fazer um diagnóstico preciso do que houve, do que está havendo com a aplicação de recursos públicos, que é um dever do Parlamento, para que nós... pelo menos, um dos deveres principais do



Parlamento, para que possamos esclarecer a sociedade brasileira sobre a aplicação desses recursos.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Pela ordem, Deputado Moreira.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Eu gostaria, não sei se isso já foi feito, de fazer uma sugestão à Presidência da Comissão de que fosse facultado às pessoas que aqui estão presentes que poderiam fazer um apanhado daquilo que realmente está no seu pensamento e o transforma num documento e envia para a secretaria da Comissão. E esse documento pode ser perfeitamente analisado lá dentro da própria Comissão, para que seja produzido, ou, digamos assim, identificado, um relatório. Então, acho que é uma oportunidade, já que as réplicas e tréplicas não podem ocorrer, pelo menos não se pode deixar a liberdade de quem... de uma contribuição daqueles que aqui estão presentes que queiram fazer um documento mandando para a Comissão. É a minha sugestão a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Esta Presidência acata a sugestão de V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Pela ordem, Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, eu gostaria também de fazer uma sugestão a esta Mesa, que, na próxima visita que esta Comissão for fazer a algum outro Estado, antes de se fazer, encaminhe aos Secretários, às pessoas que forem convocadas, que elas enviem prioritariamente, antecipadamente, um



relatório, um diagnóstico mais preciso para a Comissão, até para que possamos talvez até dispensar a indagação dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Bom, eu queria pedir permissão a esta Mesa, aos nobres Deputados, não é uma indagação, nobre Deputado, mas a Deputada quer fazer a entrega de um documentos a esta Comissão, e eu queria pedir permissão aos nobres Deputados Federais, que pudessem abrir esse espaço, antes de mais nada, agradecendo ao Secretário Pedro Barbosa pela sua participação e suas informações, que nos foram e vão ser bastante úteis para a elaboração final do nosso relatório. Gostaria de agradecer a V.Sa. pela presença, e também entregar, na sua mão, uma solicitação de um questionário que estamos entregando a todos as comunidades da Federação, para que o senhor pudesse, também, responder a esse questionário, em 15 dias, porque algumas informações que, por acaso, deixaram de ser dadas, para que possam complementar o relatório da nossa Comissão. Muito obrigado. Queria convidar a Deputada Moema. Deputado Sérgio Reis, se o senhor pudesse dar o microfone a ela, para ela entregar um documento.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Pois não, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA - Eu não quero, absolutamente... Tenho o maior apreço pela nobre Deputada Moema, mas eu acho que, se, porventura, não está franqueada a palavra à assistência, eu acho que ela poderia partir para aquela situação de entregar o documento, mas não para ela detalhar o documento, porque aí eu acho que contraria um pouco. Aquilo que eu fiz de proposta e que V.Exa.



acatou para o Deputado José das Virgens é exatamente isso, que ela entregue o documento para que a Mesa, digamos assim, aprecie, a Comissão vai apreciar. Perdoem-me, mas se não pode ser feita indagação, porque, como ela outros tantos estão aqui exatamente para fazer a mesma coisa. E aí poderia... Olhe lá: quantos já estão ali com documentos para fazer. Eu até quero, **a priori**, dizer que eu não sabia de nada. Então, o que eu acho é o bom senso e a coerência. Acho até que ela deve, com muita justeza, passar o documento, como todos os outros que aqui estão. Não me parece que seja uma conduta muito correta, embora V.Exa. seja o Presidente, e o Presidente, às vezes, pode fazer certas exceções que eu acho perigosas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Esta Presidência acata as sugestões de V.Exa. Naturalmente, como foi dado o mesmo tratamento para o Deputado, que foi por escrito, eu pediria à nobre Deputada, somente para que, dentro do Regimento, fosse cumprido, pedindo desculpas e solicitando a entrega do documento pura e simplesmente, para que pudéssemos não abrir exceção aqui nesta reunião. *(Pausa.)*

A SRA. MOEMA GRAMACHO - *(Intervenção inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Continuando a nossa reunião, queria convidar o Secretário Roberto Mousallem de Andrade, Secretário de Infra-Estrutura. *(Pausa.)* Com a palavra o Secretário Roberto de Andrade, que terá dez minutos para as suas exposições iniciais.

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Boa tarde a todos. Queria, inicialmente, cumprimentar o Presidente desta Comissão, e aproveitar cumprimentando todos os membros da Comissão, os Deputados aqui presentes, dirigentes de órgãos também, a todos. Sr. Presidente, eu anotei os casos que acho



de extrema relevância em relação ao tema desta Comissão. Mas, sem dúvida nenhuma, eu acho que a situação mais grave, o principal problema que nós temos de obras federais paralisadas — não tenho dúvida nenhuma em relação principalmente à conseqüência que isso traz à economia regional, não só do Estado —, em relação às rodovias federais que estão em estado extremamente precário, e que têm suas obras de manutenção, senão paralisadas, mas num ritmo tão lento, que, efetivamente, a melhoria que se consegue dar a essas rodovias é numa velocidade menor do que a deterioração que vem ocorrendo a cada ano. De forma que a situação a cada dia que passa, ela é mais grave trazendo enormes prejuízos não só econômicos, mas também para a segurança e para o conforto de todos os seus usuários, encarecendo o nosso produto, principalmente no interior do Estado. Alguns desses produtos que são exportados têm também sido prejudicados na sua competitividade em relação ao aumento de custo de transporte. E essa não é uma questão nova; é uma questão antiga, desde a época... Eu tenho, inclusive ofícios aqui de 94 ainda, que o então Governador Antonio Carlos Magalhães fez ofício ao Ministro Rubens Denny, colocando essa situação; depois, o Governador Paulo Souto, também, como um dos primeiros atos de seu Governo, ainda em janeiro de 95, encaminhou ofício ao Presidente da República também colocando a situação e a gravidade das estradas federais; depois, vários ofícios foram encaminhados. O Governador César Borges, inclusive em um de seus ofícios, ele relatou que essa questão não é apenas uma questão de falta de recursos orçamentários para investimento. É uma questão também de distribuição inadequada entre os diversos Estados da União, porque a Bahia, que é um Estado que tem 8% da malha rodoviária federal tem recebido valores em orçamentos muitos inferiores à sua



importância, em relação a essa rede. Inclusive, essa situação fica mais grave, porque esses recursos orçamentários, a maior parte deles não são repassados, o que torna ainda mais grave essa situação. Diversas rodovias têm sido identificadas. Nós temos inclusive algumas rodovias que há décadas não têm sido implementadas. Eu dou o exemplo, por exemplo, da Rodovia 030, que é uma rodovia, inclusive, que tem como objetivo uma ligação do norte de Minas e do próprio planalto ao porto de Campinas, que é um porto que foi construído há mais de vinte anos — ele foi quase concluído, mas não foi concluído — e hoje não tem nenhuma serventia, não tem uso, porque falta, efetivamente, a conclusão dessa via rodoviária, a instalação do porto, para poder... Esse seria o caminho mais curto, inclusive do cerrado, do próprio planalto central, de Brasília para o litoral brasileiro. Então, esse é um ponto importante que está muito bem documentado aqui. Eu vou passar esse documento a V.Exa. contendo todos esses pontos que eu estarei relatando aqui neste momento. Uma avaliação preliminar que foi feita... Isso depois vai ser aqui depurado, certamente, por representantes do DNER, mas uma avaliação nossa indica que a necessidade de recursos para recuperar as rodovias federais ultrapassa os 400 milhões de reais para colocar essas estradas em condições de uso. Uma gravidade também em relação a essa questão é que o Governo do Estado da Bahia tem feito um esforço muito grande na recuperação das rodovias estaduais. Nós temos cerca de trezentos e cinquenta a quatrocentos quilômetros de rodovias estaduais que foram recuperados e que estão sendo danificadas pelo desvio de transportes de carga em função da precariedade dos trechos da rodovia federal. Esses transportes, eles deixam de percorrer o caminho mais curto, através das rodovias federais, procurando as rodovias estaduais, que estão em situações melhores, mas que não



foram construídas para o tráfego desses transportes de carga pesada. Portanto, nós temos uma estimativa já de prejuízo nas rodovias estaduais em torno de 15 milhões de reais, e que inclusive foi objeto de uma solicitação do Governador César Borges para que o Governo Federal passe esse recurso ao Estado para recuperar esse prejuízo. Em relação também a transportes, nós temos uma outra obra muito importante. Essa obra, na verdade, é uma obra fundamental, é da Hidrovia do São Francisco. A Hidrovia do São Francisco é uma obra que já esteve, inclusive nos orçamentos do Governo Federal com a previsão de sua conclusão da primeira etapa em 98. Esses recursos não foram aplicados de forma suficiente, porque essa rodovia é extremamente importante para a Região Nordeste, mas para a Bahia principalmente, porque nós temos um... Essa hidrovia ela é importante para transportar, principalmente, produtos do oeste da Bahia através de um sistema de transportes multimodal: usando a rodovia; depois o trecho da hidrovia, a ferrovia até o porto de Aratu para transportar o produto do oeste da Bahia, e sem essa hidrovia isso será impossível. A hidrovia prevê um transporte de barcas, de comboios com base econômica de 7.200 toneladas, que exige um calado de 2,5 metros no rio São Francisco, principalmente no trecho de Muquém do São Francisco até Juazeiro. Então, é muito importante que esses recursos sejam alocados. E, aí, uma sugestão: como o projeto de transposição do São Francisco foi postergado — havia um recurso de 190 milhões, se não me engano, no Orçamento da União para este ano —, que parte desses recursos sejam alocados, além de para a recuperação do rio e viabilização desses projetos de irrigação citados pelo colega Pedro de Deus, que sejam também alocados recursos para a viabilização da hidrovia do São Francisco, que não são recursos de grande porte, mas que são de extrema importância para o



Estado da Bahia. Uma outra obra importante que eu cito é a conclusão das obras do Pier II do Porto de Aratu. O Pier II é um pier que foi construído, mas faltam ainda as instalações adequadas para que ele opere com eficiência. Ele hoje tem uma operação precária mas, para que ele tenha uma produtividade adequada, é preciso que as instalações sejam suficientes para que ele possa operar com granéis sólidos, aliviando o terminal de granéis sólidos existentes hoje no Porto do Aratu, e que, em determinados períodos do ano, faz com que alguns navios esperem por vários dias, encarecendo esse custo de transporte. Então, é obra de grande importância. Esse terminal, estava prevista uma licitação pela CODEBA. Essa licitação foi anulada, foi postergada e não foi de novo realizada. É de grande importância que isso seja também providenciado. Em relação à rede ferroviária, eu diria que a obra mais importante do Nordeste hoje é resolver o gargalo ferroviário que existe nas cidades de São Félix e Cachoeira, fazendo um novo caminho para a transposição do rio Paraguaçu. Só para se ter uma idéia, hoje tem um movimento médio de seis trens por dia, que passam pelo centro das cidades de Cachoeira e São Félix através da ponte Dom Pedro II. Cada trem leva uma hora e quinze minutos, em média, para passar. Então, hoje, a cidade já tem, numa média, sete horas e meia de transtorno, de interrupção, porque, quando o trem está passando lá, efetivamente você não pode nem ultrapassar. A cidade de São Félix, por exemplo, fica dividida ao meio, prejudicando, inclusive, serviços de limpeza. A Prefeitura tem se queixado muito em relação a essa questão. Para 2004, com o aumento de carga que está ocorrendo já hoje na rede ferroviária, a expectativa é que, de seis, passe a quinze trens diários. Então, isso inviabilizaria a vida das cidades de Cachoeira e de São Félix. Então, há necessidade. Já há uma projeto e há uma previsão pelo Ministério dos Transportes



de fazer investimentos que não são grandes também — são 18 milhões de reais a nossa estimativa —, com uma obra que é relativamente simples, fazendo um novo ponto para a transposição do rio Paraguaçu, resolvendo esse problema das cidades e aumentando a eficiência do transporte ferroviário, minimizando bastante o tempo de percurso. Sobre a BR 030 eu já falei. Temos também, nessa BR 030, um projeto da ponte de Malhada/Carinhanha, que é um projeto antigo, em que foi feita uma parte dessa obra no ano 2000 e, depois, no OGU 2001, havia uma previsão de recursos de 3,7 milhões, mas eu não tenho informação de que esses recursos seriam repassados. E a obra é muito importante também dentro da idéia de complementar a BR 030. Uma outra obra importante, mas que parece que foi resolvida, é a geração de energia elétrica na Barragem de Pedra do Cavalo. Essa geração tem uma história.

Quando o Governo do Estado, através da DESENVALE, construiu e começou o projeto da Barragem de Pedra do Cavalo, a CHESF solicitou que fosse feita uma previsão no projeto para que, posteriormente, fosse instalada uma usina de geração de energia elétrica. Foi feito um convênio em 81 com o Estado em que a CHESF se comprometia a pagar 109 milhões de dólares para a realização dessa obra. O Governo cumpriu a sua parte, modificou o projeto, fez as instalações, a obra civil prevendo a implantação da geração e essa geração nunca aconteceu. Este ano tivemos uma boa notícia: a ANEEL introduziu a geração de Pedra do Cavalo no seu programa de geração, e está programada a licitação dessa obra este ano, o que resolveria esse problema. Mas eu queria desmistificar aqui uma informação de que a Usina de Pedra do Cavalo é uma usina grande, de 600 megawatts, que resolveria o problema de racionamento se ela tivesse sido concluída. Isso não é verdade. A



concepção inicial da Usina de Pedra do Cavalo era de uma usina supermotorizada de 600 megawatts para operar exclusivamente na ponta, com o objetivo de aliviar as linhas de transmissão de energia de Paulo Afonso até Salvador da CHESF. Não era uma usina com o objetivo de gerar quantidade de energia elétrica. A capacidade de geração média dela não ultrapassa 100 megawatts — é estimada em 80 megawatts. Hoje o projeto foi realizado. É um projeto de capacidade instalada de 160 megawatts, mas que só vai gerar, na média, 80 megawatts, que é o que a usina tem capacidade de fazer. Mas é uma obra importante, porque está próxima ao centro de carga da Bahia, próximo ao centro industrial, e é extremamente importante que seja realizada. Bom, essas eram as obras que eu tinha relacionado. São obras do Governo Federal, mas dentro da área de infra-estrutura, que é a área da Secretaria, ela conta. Eu já entreguei a V.Exa. o relatório contendo um conjunto de documentos que detalham o que aqui foi relacionado por mim. Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Agradecendo as palavras iniciais do Secretário Roberto Andrade, gostaria de passar a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Dr. Roberto, a Secretaria de Infra-Estrutura na Bahia, ela é responsável por que área? Saneamento, rodovias?

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Olha, a Secretaria de Infra-Estrutura é responsável pelas obras de transporte, energia, comunicação, mas que, na verdade, é só a parte de comunicação interna da máquina administrativa praticamente, recursos hídricos e saneamento.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – O aeroporto está na Secretaria de Infra-Estrutura?



O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Não, o aeroporto, nós fazemos a parte dos aeroportos pequenos, os chamados aeródromos. Nós temos feito alguns convênios também com o Governo Federal para a construção, por exemplo, do aeroporto de Valença, do aeroporto de Barreiras, que está sendo construído, e essas obras... O de Valença ficou pronto, o de Barreiras está sendo construído, e outros aeroportos menores. O aeroporto de Salvador, ele não é de responsabilidade da nossa Secretaria; é uma obra da INFRAERO, em que o Governo do Estado teve uma participação através da Secretaria de Planejamento.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Dr. Roberto, quantas rodovias federais estão delegadas ao Estado?

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Olha, hoje, em torno de 1.200 quilômetros. Na verdade, o que existe hoje é o seguinte. Existe um entendimento entre o Governo Federal — eu estive, inclusive, recentemente em Brasília —, em que eles estão solicitando e consultando o Estado para que o Estado receba algumas rodovias federais cujo interesse maior é o interesse regional. Então, a posição que o Governo do Estado manifestou nessa ocasião — eu tive oportunidade de dizer isso — era que o Estado aceita discutir essa questão, está aberto a receber essas propostas, poderia receber algumas dessas rodovias, mas desde que elas fossem repassadas ao Estado completamente recuperadas e em boas condições. Então, nessa situação, o Estado aceitaria que algumas rodovias federais pudessem passar para a manutenção de responsabilidade do Governo do Estado.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Não, Dr. Roberto, eu gostaria de simplificar a pergunta e que o senhor respondesse simplificado para mim. As rodovias que são delegadas ao Governo do Estado, o senhor tem a relação?

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Eu vou pedir ao meu auxiliar aqui, Dr. Genário, para poder citar essas obras.

O SR. GENÁRIO LEMOS COUTO – Na realidade, nós não temos obras delegadas para a Bahia. Temos, sim, obras que estão em execução em convênio, como é o caso da BR 116 Norte, único segmento nacional que não é pavimentado ainda no Brasil. Essa é a única obra que nós temos. O resto são obras transitórias, que não foram assumidas pelo Governo Federal, e que o Estado assumiu por necessidade regional.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Bom, mas a obra em convênio em rodovia, Dr. Roberto, ela é uma delegação de obra, de poderes. Parece que, quando ela é do DNER e passa a delegação de obra para o Estado, ela está delegando essa obra para o Estado.

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – É um convênio para a execução da obra. Nós temos a BR 116, que é uma obra que está sendo executada, apesar de vir se arrastando, aí, há mais de dez anos. Mas ela, este ano, teve recurso, está sendo executada, e já está em sua fase bastante avançada e deve ficar concluída em breve.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Então...

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Tivemos também a BR 210, em que um trecho dessa BR foi feito em convênio com recursos do setor elétrico porque atendia uma área de projeto de reassentamento da CHESF. É uma



obra pequena, mas a obra já está toda concluída, só falta terminar as pontes, que são cinco ou seis pontes, que também ficarão concluídas ainda este ano.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – O trecho de Euclides da Cunha a Ibó, como está esse trecho?

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Vou pedir ao Dr. Genário para responder.

O SR. GENÁRIO LEMOS COUTO – Como o Dr. Moussallem falou, esse convênio foi assinado em 91, e estamos no 17º aditivo. Basta salientar que, por falta de recursos do Governo Federal, os primeiros 57 quilômetros, de Tucano a Euclides da Cunha, foram implementados totalmente com recursos do Tesouro estadual por falta de recursos do Governo Federal. De 94 para cá, começaram a surgir recursos parcos do Governo Federal para que fosse concluída essa obra. Nós estamos, hoje, concluindo até Bendegó, e de Bendegó até Ibó está em fase de andamento. Os recursos estão vindo agora, este ano, novamente, e a previsão é que seja concluída essa obra no próximo exercício. É um contrato de 61 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas está em obras?

O SR. GENÁRIO LEMOS COUTO – Está em obras.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E está tendo recursos este ano?

O SR. GENÁRIO LEMOS COUTO – Está havendo recursos esse ano, e tem previsão para que no próximo exercício haja recursos também para esse ano. O Governo Federal parece que resolveu apoiar essa rodovia. Como já disse anteriormente, é a única rodovia, trecho da rodovia BR 116 que não é pavimentada no País.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E estão faltando quantos quilômetros para ser pavimentado esse trecho?

O SR. GENÁRIO LEMOS COUTO – Nós temos 57. O trecho do convênio são de 300 quilômetros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu só queria fazer um esclarecimento ao Plenário e ao nobre Deputado Norberto Teixeira, que ele daqui a pouco vai ser argüido, inclusive, sendo um dos convidados para essa Mesa. Mas isso não impede, nobre Secretário, também, de o senhor pedir algumas informações a ele.

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Tudo bem. O relatório que eu tenho aqui é um relatório recente, diz que nós temos a executar ainda 40 quilômetros e em fase de execução 16. Quer dizer, nesse relatório, aqui, que pode ter uma informação mais atualizada, faltariam em torno de 56 quilômetros para concluir essa rodovia, mas com recursos previstos para este ano e para o próximo. Este caso aqui eu não considero hoje como obra paralisada. Ela foi paralisada durante os últimos, aí, talvez sete ou dez anos, mas este ano essa obra retomou, está em andamento, em pleno andamento.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – A obra de saneamento também é na área do senhor?

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – É sim.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Como está o Pró-Saneamento, as obras do Pró-Saneamento?

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Olha, as obras do Prosaneamento, nós tivemos um recurso muito grande para fazer diversas obras. A



EMBASA foi o principal órgão executor dessas obras, e nós não temos nenhuma informação de que houvesse obras inacabadas ou paralisadas em relação a esse programa Prosaneamento e Prosanear, que foram dois programas importantíssimos que, infelizmente, não tiveram continuidade esse programas, está certo? Mas as obras foram repassadas ao Estado para serem realizadas no programa Prosanear e Prosaneamento, elas todas foram concluídas.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Penitenciária não é obra do senhor?

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Penitenciária?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Construção não? As construções de penitenciária, não?

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Não, não. Aí não é comigo não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Então tá. O metrô também não é convênio?

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Não. O metrô é uma obra que está sendo tocada com a Prefeitura Municipal de Salvador. Não é do âmbito da Secretaria.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Os projetos de irrigação são feitos pela Secretaria do senhor?

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Não. O projeto de irrigação pela Secretaria de Dr. Pedro Barbosa.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Não, porque alguns Estados... Estou perguntando isso para o senhor, e alguns riram aí, mas eu quero justificar



para o senhor que em alguns Estados o Governo faz um caixa, todas as Secretarias assinam convênio com o Governo, e o Governo... Essa secretaria... Cada um tem uma Secretaria para obra. O senhor não é de obra, então?

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Não, nossa...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – O senhor é responsável só pela infra-estrutura como a parte, não é isso?

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Não, nossa Secretaria, por exemplo, constrói infra-estrutura hídrica. Barragens, por exemplo, nós construímos. Está certo? Mas... E a Secretaria ou a CODEVASF ou a Secretaria de Agricultura é que é responsável pela execução das obras de irrigação. Nós temos um exemplo, agora, interessante, que é a Barragem de Ponto Novo, no vale do Rio Itapecuru, que o Governo do Estado construiu, uma obra muito importante, e que a Secretaria de Agricultura está fazendo as obras de irrigação, mas com recursos do Governo do Estado, dentro de um contrato de financiamento do Banco Mundial. Não há participação do Governo Federal.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Deixe eu fazer uma pergunta para o senhor. O senhor tem algum conhecimento de algumas obras do Governo Federal paralisadas, faltando recursos ou por ordem judicial?

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Não. Fora do que eu citei aqui, não tenho lembrança. Eu tenho lembrança de casos antigos que foram resolvidos. Por exemplo, na área de barragens, nós tivemos duas barragens, Truvisco e Riacho do Paulo, que estavam paralisadas e que foram concluídas graças à participação do Governo do Estado, que aportou recursos de 5 milhões de



reais para que as obras fossem concluídas. Essas barragens já estão concluídas e não há nenhuma pendência em relação a elas.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Há algum patrimônio da União que o senhor tenha conhecimento, como a Rede Ferroviária, algum patrimônio que o senhor tenha algum conhecimento na área do senhor?

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Bom, Rede Ferroviária, talvez. Eu não tenho certeza, mas eu tenho uma informação, que não é segura, de que a sede da Rede Ferroviária, na Praça da Inglaterra, que é um prédio muito bonito e uma instalação muito boa, não está tendo uma utilização plena; está sendo subutilizada, ou até desocupada. É uma coisa para ser verificada.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Que o Governo do Estado tenha interesse nela?

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Bom, na minha área na Secretaria, não. Mas pode ser que haja interesse. Como é um prédio muito bem localizado, pode ser que outros órgãos do Governo tenham interesse, porque a localização é uma localização nobre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – Estou satisfeito. Gostaria de passar a palavra para o Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, primeiro eu queria, a título de sugestão... Aqui foi lido pelo nobre colega, Deputado Eujácio Simões, uma carta do Secretário de Educação, também colega nosso, Eraldo Tinoco, na qual ele sugere que o CEFET seja repassado para o Governo do Estado para que lá seja implantado um grande projeto social. Eu queria sugerir à CPI, à assessoria desta



Mesa que encaminhasse um pedido de audiência ao Ministro de Educação, para que juntos possamos interceder junto a esse pleito, aqui, do Governo da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – Nós vamos encaminhar a sua proposta, e vamos marcar essa nova audiência.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Mas, Sr. Presidente, eu estou até um pouco acanhado, neste momento, para falar, até porque, como eu disse aqui logo no início, eu estava em viagem e não tive acesso à documentação e, conseqüentemente, não sabia, não estava muito por dentro do assunto. E no avião eu estava lendo alguns relatórios que nós recebemos, e dentre eles aqui estava alguma situação, um pouco até diferente das outras. Porque nós temos aqui: a construção de creches, de trechos rodoviários, do corredor de São Francisco, que estão em andamento; construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica, não iniciada; construção de obra de infra-estrutura em irrigação, em andamento; recuperação do sistema de trens urbanos, não iniciado; construção de obras de infra-estrutura e irrigação de uso comum, em andamento; implantação do metrô de Salvador, em andamento; modernização e infra-estrutura aeroportuária em Salvador, paralisada; construção e ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Estado da Bahia, em andamento; construção de pontes no corredor do São Francisco, não iniciada; construção de obras de infra-estrutura e irrigação de uso comum na altura da Serra Batateira, no Estado da Bahia, está paralisada; e construção e ampliação de bens imóveis de instituições federais, está em andamento; e outros, e outros, aqui, que estão em andamento. Apenas dois itens aqui citados estão paralisados. O primeiro deles tive a oportunidade de indagar ao Secretário, e, infelizmente, nós não obtivemos, não por culpa dele, as informações



cabíveis a respeito desse projeto. E me parece aqui também — eu estava ouvindo aqui o nobre colega Norberto Teixeira — que a pessoa responsável, o órgão responsável, pela obra do aeroporto também não é o nobre Secretário. O senhor confirma?

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – É. Essa é uma obra da INFRAERO que o convênio que o Governo do Estado tem pra ajudar a incluir financeiramente. É uma obra, um convênio, sendo coordenado pelo CEPROTEC. Agora, efetivamente, essa é um obra que é um pena que o Governo Federal tenha paralisado, porque é uma obra de extrema importância para a Bahia. Ela tem uma importância fundamental. A sua paralisação está trazendo prejuízos enormes, principalmente para a atividade turística, que é hoje uma das atividades que mais cria oportunidades de emprego no mundo, e a Bahia tem investido muito. O Governo da Bahia tem investido muito nessa atividade, e que, infelizmente, por razões até que a gente não consegue compreender direito, essa obra está paralisada apesar de ter uma parte já operando, mas a sua conclusão ainda não foi possível ser feita. É fundamental que isso seja resolvido o mais rápido possível, para que na próxima alta estação, aqui, de movimento do Aeroporto Luis Eduardo Magalhães, nós tenhamos já essa obra retomada e concluída. Então, essa é uma das — eu diria — das principais obras que deveriam ser imediatamente retomadas, porque está trazendo prejuízo econômico ao Estado e ao Governo Federal também, porque quem está coordenando esta obra, como eu falei, é a INFRAERO. Inclusive, o Presidente da INFRAERO há alguns dias deu um depoimento muito equilibrado em relação a essa questão e que foi publicado nos principais jornais do País.



O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, eu queria que ficasse aqui registrado meu protesto, até porque V.Exa. esteve conosco no Rio Grande do Sul e que lá naquele Estado foi convocado o Secretário de Segurança Pública para tratar da construção da penitenciária e que não competia ao Secretário de Segurança a fiscalização, nem receber os recursos daquela penitenciária e sim ao Secretário de Justiça. Naquele momento, eu fiz aquele meu protesto, e, infelizmente, mais uma vez nós estamos pagando esse mico, Sr. Presidente. Nós viemos até aqui à Bahia. Nós temos aqui duas obras que estão paralisadas, e as pessoas responsáveis por essas obras não estão aqui para nos prestar esclarecimento. É preciso que a assessoria da CPI fique mais atenta, preste mais atenção a esse tipo de informações, para que aqui quando nós chegarmos a esses Estados a gente não fique a dever até à própria população, que vai perguntar porque as pessoas responsáveis por essas obras não vieram. Vai ficar essa indagação. Você sabe perfeitamente, Sr. Presidente, que o intuito maior desta CPI, o trabalho sério que estamos desenvolvendo em todo o País, não é apenas uma caça às bruxas, que é o trabalho desta CPI. Esses trabalhos desta CPI... isso também é importante, nobre Presidente, até para a solução desses problemas do próprio aeroporto. E que aqui eu estava observando esses relatórios, existem aqui alguns indícios de irregularidades graves e que não compete ao Governo do Estado. Essa obra está sendo dirigida pela INFRAERO, Sr. Presidente. O Governo do Estado não tem nada a ver com essa obra. Foi uma falha, e gostaria que ficasse registrado aqui de público, Sr. Presidente, porque aqui no relatório, existe aqui, olhe: empreendimento com indícios de irregularidades graves no sistema viário e aéreo do terminal, da ampliação do pátio das aeronaves, construção do pátio de terminal de cargas,



ampliação de pista de taxiamento, pista 10 e 28, iluminação geral, ampliação de estação de tratamento de esgoto, área industrial, edifício terminal de carga aérea, edifício de apoio, subestação, entre outras "enes" irregularidades que foram aqui constatadas pelo TCU. Além de um outro fato interessante, Sr. Presidente, que aqui eu estava observando, que é um fato até curioso. É que no exercício de 2000 foi feito um pagamento de 41 mil, 033,15 à empresa executora da obra, e estranha ao convênio. A INFRAERO informou no documento NT nº 237, de ESV, que providenciará o estorno de tal débito. Essa despesa, não foi computada no documento de Controle de Recursos dos Empregados no Contrato de Convênio nº 020 034, os dados para os calendários de desembolso referem-se às transferências da EMBRATUR.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – Sr. Deputado, informamos ao senhor que tem um depoente que não é responsável por essa área. Eu gostaria de informar-lhe, esta Mesa gostaria de informar a V.Exa., que foi aprovado um requerimento no Congresso Nacional, já nesta CPI, convocando o Presidente da EMBRATUR, da INFRAERO, para encaminhar toda a documentação e toda a prestação de conta dessa obra. Também, quem suspendeu essa obra — gostaria de corrigir o Secretário — não foi o Governo Federal, foi o Tribunal de Contas da União. O Tribunal que suspendeu essa obra, por motivo de fazer um ajuste no contrato de obra. Gostaria de informar também ao nobre Deputado Sérgio que essa obra tem convênio com o Governo do Estado também.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – É Governo do Estado, Governo Federal, uma obra importante, mas estão sendo convocados para Brasília



— parece-me — que para terça-feira próxima, todos os membros repensáveis por essa obra. Todas empresas e todos os membros, convocados para essa obra, em Brasília.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Mas eu não retiro meu protesto, Sr. Presidente, em virtude de que nós estamos aqui em Salvador, é uma obra que o próprio Governo do Estado tem o maior interesse e a própria população tem o maior interesse que seja dada a continuidade a essa obra, e que esta CPI poderia contribuir bastante para a solução desse problema. Outro fator interessante, Sr. Presidente, é o seguinte: essa conta corrente apresentou saldo negativo. Ela apresentou um saldo negativo pagando juros, por esse motivo, de 164 mil 944 reais. O parecer do TCU é um agravante que precisa ser apurado, e é bom a gente frisar que essa obra é administrada pela INFRAERO. Gostaria de lamentar que a presença da pessoa responsável seria de suma importância até para agilizar, Sr. Presidente, o trabalho desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – Está registrado o seu protesto. Vou encaminhar à Mesa. Antes de passar a palavra ao próximo... Secretário, eu gostaria de fazer uma pergunta para o senhor, Dr. Roberto, voltar, sobre uma confirmação: a BR-030, a BR-135, a BR-235, a BR-116, a BR-418 estão paralisadas as obras?

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Essas são BRs que ou estão em situação precária ou existem ainda trechos que não foram pavimentados e não foram concluídos. Eu tenho certeza de que — eu vi aqui na programação — o Diretor-Geral do DNER estará depondo. Ele vai poder dar essas informações detalhadas ou confirmar, mas eu poderia adiantar, por exemplo, que a BR-407, por



exemplo, tem vários trechos que não estão ainda sem pavimentação entre Iramaia, Contenda do Sincorá, Ibiquera, Itaetê, por exemplo, e alguns outros trechos que têm pavimentação. Existem alguns locais que esses trechos estão completamente precários. Essa situação detalhada o próprio órgão responsável tem. E eu tenho certeza de que isso será colocado aqui com mais detalhes, mas são obras que estão nessa situação. A parte pavimentada em situação precária em alguns trechos e outros trechos sem pavimentação. Por exemplo, a BR-235 ela só tem pavimentação no trecho entre Uauá e Canudo e Juazeiro/Casa Nova/ Remanso. A maior parte dessa BR está ainda sem pavimentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – Eu estou fazendo uma pergunta para o senhor sobre isso aqui, porque eu recebi um relatório da Comunicação Social do Governo, em que, à caneta, o próprio Governador colocou e inclusive colocou Secretaria de Infra-Estrutura. Por isso estou perguntando isso ao senhor. Eu sei que o DNER vai estar aqui para depor, mas gostaria de ter ajuda do senhor. Tem alguns trechos que estão paralisados, outros não.

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Exatamente. Outros trechos não estão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – Mas deixa eu só fazer uma pergunta para o senhor a mais.

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Eu queria só uma observação, por favor. Esse documento que eu entreguei ao Presidente tem um detalhamento de uma situação...no último ofício que o Governador César Borges mandou, há um ano e meio, mas a situação não mudou muito. Então, são



informações aí que devem estar bastante próximas da realidade. Trecho por trecho cada um que precisa de recuperação ou de pavimentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – Gostaria de passar a palavra ao nobre Deputado Luiz Moreira.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Sr. Presidente, antes de mais nada eu gostaria, por determinação do Presidente desta Comissão, Deputado Damião Feliciano, que o Deputado Carlos Gaban e o Deputado Zé Carlos Araújo se quiserem entregar seus documentos, como fez a Deputada Moema, por favor podem trazer à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – Eu acato. Como é o nome do Deputado?

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Estão ali. Um está, o outro saiu. Está ali. Zé Carlos.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Sr. Presidente, na verdade...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – Deputado José Carlos, eu gostaria de receber os documentos do senhor e garanto para o senhor que nós vamos transformar isso num documento oficial da CPI. Seria muito que o senhor pudesse participar conosco, fazer perguntas, mas infelizmente, Deputado, a CPI não ampara a dar essas condições, mas eu faço questão de receber o documento e transformar isso, inclusive, num documento oficial da CPI.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Não, por favor. Nós cassamos uma palavra da Deputada. O que eu quero dizer é o seguinte, muito simples: certamente V.Exa. não quer entregar os documentos, porque veio com uma intenção e agora



quer transformá-lo em outro tipo de documento para entregar. Então, está resolvido o problema, tanto de um, como de outro, Presidente, sem problema nenhum. Eles não querem entregar agora, porque eles vieram com o documento apropriado para, digamos, um diálogo, mas isso foi modificado. E tem que ser modificado. Com isso, eles necessitam de seus documentos, para que possam formular um outro documento. E que depois farão a entrega, que nós, com muito prazer, chegaremos às mãos da Secretaria da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – O senhor continua com a palavra, para suas perguntas ao Secretário Dr. Roberto.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Eu gostaria de dizer o seguinte: primeiro, como esta reunião, ou esta sessão, ou este encontro, está sendo gravado e como essa gravação, amanhã ou depois, poderá ter uma outra interpretação, apesar do maior apreço, admiração pelo meu companheiro de viagem sempre Deputado Sérgio Reis, quando ele fez uma colocação, eu queria fazer a defesa da Bahia, porque ele falou em caça às bruxas, quando se reportava à ausência de um outro Secretário. Então, quero dizer, com certeza absoluta, sem sombra de erro, que o Governo da Bahia não tem nenhum receio de qualquer coisa para que não se focalize caça às bruxas, porque não é o caso desse contexto. Eu apenas gostaria de ratificar uma colocação do Deputado Roberto Moussallen...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Teixeira) – Um aparte...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Ah, eu chamei, foi? Então, me perdoe. Eu chamei de Deputado? Então, ótimo. Eu vejo tantos outros que estão saindo aí.

(Risos.)



O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Não seria admiração.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Não, eu queria ratificar, do Secretário Roberto Moussallen, somente o seguinte: é a questão do prejuízo que as nossas estradas estão tendo. Nós já tivemos no passado, Deputado — e V.Exa. não era o Secretário; me recordo que era o nosso amigo, ex-Ministro de Minas e Energia Raimundo Brito —, de que a 116, no trecho quase de Feira de Santana a Jequié, que era minha conhecida, estava completamente intransitável, e nós utilizávamos o Vale do Jequiriçá. E houve necessidade de o Governo colocar uma guarda para que esses veículos pesados não passassem naquela estrada, porque, na verdade, ela, primeiro, não tem capacidade no sentido de sua infra-estrutura e, segundo, o seu trajeto sinuoso não dava essa oportunidade. Mas agora nós estamos, Secretário, vivendo uma situação semelhante — e eu aí conheço, porque faço esse trajeto —, de se utilizar a estrada do Feijão para se sair em Itaberaba, para pegar a 242, que está péssima — está até melhorando, estão tapando uns buraquinhos, que melhorou —, mas que na verdade essa do Paraguaçu é intransitável. A gente faz um percurso com mais 40 quilômetros, mas a gente faz esse trajeto. E o que é que acontece? Acontece que já se nota que outros transportes também estão fazendo uso desse mesmo percurso. E também me recordo que carretas e mais carretas... E o Deputado José Carlos Araújo conhece isso. Ele chegava na entrada de Wagner, e entrava por aquela estrada que foi feita para escoamento de café, e ia sair em Morro do Chapéu, descia para Jacobina, para sair em Capim Grosso. E começaram a estragar também aquela estrada. Aquela então, pior. Não tinha condições nenhuma de trafegabilidade de carretas ou, digamos assim, de transportes pesados. Eu apenas estou trazendo essa informação. Acho que V.Exa. foi muito explícito e,



sinceramente da minha parte, eu não tenho nenhum questionamento a fazer. Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Eu queria só fazer um adendo aqui. O nosso Deputado Sérgio Reis falou do aeroporto, mas eu acho que o aeroporto vai ser uma outra etapa para a gente discutir aqui, mesmo porque não sei se vai ser chamado o pessoal da INFRAERO. Talvez até a coisa esteja na esfera superior, mas todos nós aqui temos conhecimento. Não sei se isso vai ser falado, mesmo porque, segundo o Presidente, tem uma visita ao aeroporto pra que a Comissão aprecie. Muitos de nós aqui temos o parecer do Relator Ubiratan Aguiar. Eu mesmo estive com ele, e esse processo está em discussão na Comissão de Orçamento lá do Congresso. E que, uma vez aprovado, já que ele tocou nesse assunto, uma vez aprovado este relatório, as obras seriam reiniciadas. Esse relatório fala exclusivamente de um oferecimento de garantias das empresas. E isso foi colocado. Pode haver questionamento — e o nosso Deputado Norberto, nós estávamos conversando antes sobre isso —, mas eu creio que a Comissão de Orçamento batendo o martelo, para que se processe dessa maneira, as obras serão, digamos assim, reiniciadas. Nós vimos perfeitamente todos os argumentos que ele apresentou. Como temos aqui todo o voto do Relator, toda a entrevista que está no voto do Relator... O Presidente da INFRAERO esteve lá, falando do que está acontecendo. Já como foi colocado esse assunto, eu vou tomar a liberdade, aproveitando a oportunidade de fazer parte da Comissão, de dizer alguma coisa para conhecimento. Não sei se isso vai ser colocado em pauta agora. Não vi, aqui pela relação, alguém que pudesse falar disso, mas ele, por exemplo, levantou aqui uma série de itens — importante isso —: comprometimento da operacionalidade do



desembarque internacional; posições de **check-in** insuficientes para atendimento à demanda de passageiros; perda de arrecadação pela INFRAERO; comprometimento da triagem e seleção de bagagens embarcadas; prejuízo financeiro aos concessionários do aeroporto; vulnerabilidade da segurança do aeroporto; infiltrações no pavimento superior decorrentes da não-complementação da cobertura do TPS em 40% da área reformada; deterioração dos equipamentos e estruturas metálicas do terminal de passageiros ainda não instalados; maior consumo de energia elétrica decorrente da operação do sistema de ar-condicionado em condições não ideais, ou seja, sem que todo o sistema de climatização esteja concluído; comprometimento da funcionalidade dos sistemas eletrônicos colocados em operação em caráter provisório; risco de perda da garantia de fábrica dos equipamentos já instalados; custos extras para manter-se uma equipe mínima da construtora e da fiscalização da obra necessária à administração no que concerne à vigilância e à manutenção dos equipamentos e demais instalações da obra; encargos financeiros suplementares a serem pagos aos contratados; custos de uma mobilização e desmobilização de materiais, equipamentos e mão-de-obra e custos de refazimento de alguns serviços, após a retomada da obra, bem como de substituição de matérias, perdão, de materiais ou equipamentos com qualidade comprometida, por terem sido danificados pelas intempéries ou outros agentes. Eu quero dizer que eu estive com o...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Peço aparte, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Tem todo direito.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Eu gostaria, Sr. Presidente, se nós formos colocar o aeroporto agora em discussão, nós estamos com o Secretário,



inclusive colaborando conosco, que está aqui esperando as perguntas em estrutura. Então, se nós formos questionar o aeroporto, eu tenho outro parecer, como outro tem outro parecer, como outros querem falar. O aeroporto está marcado para terça-feira, estão confirmando aqui... vai ser confirmado em Brasília a audiência dos aeroportos, inclusive sobre também toda a documentação da INFRAERO sobre esse problema dos aeroportos. Eu acho que nós não podemos entrar nessa polêmica. É uma obra importante, importante para o Estado, não pode ficar paralisada — quero deixar bem claro, não pode ficar paralisada —, ela tem que continuar. Tem que corrigir os erros? Tem. Tem erros? Tem. Tem ser corrigidos? Tem. O Tribunal já falou, a INFRAERO já falou. Tem que ser corrigidos? Tem. Quem é o culpado? Não sei, não cabe a mim analisar, cabe ao Tribunal, cabe também à INFRAERO, cabe também ao Governo do Estado achar a solução. Então eu gostaria — nós estamos recebendo toda a documentação do aeroporto e amanhã tem uma visita, Sr. Presidente —, que nós respeitássemos o nosso Secretário que está aqui, que está aqui pra depor — tem os membros também do DNER, tem outros pra deporem —, nós pegarmos na pasta deles e vamos começar os depoimentos. Agora o aeroporto é importante? É. Vai ser debatido? Vai. Inclusive um requerimento da minha autoria que eu fiz nessa CPI, antes de vir para cá, foi o problema do Aeroporto Internacional de Salvador.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA - Sr. Presidente, com o aparte que o Deputado pediu, só que eu não concordo com ele. Não concordo porque eu não estou discutindo aeroporto. Eu acho que eu estou falando português, não falei outra língua. Disse: se não vai ser discutido ou se vai ser discutido — foi a indagação. E eu queria apenas complementar, porque falou no aeroporto. Eu não preparei os



documentos nem estou discutindo. Cheguei a dizer que estaria aqui uma pessoa que prezo muito, estava Superintendente da INFRAERO aqui na Bahia, e que cheguei a dizer que ele talvez não estivesse com a autoridade, porque aí é o Presidente da INFRAERO, para discutir o assunto. Apenas eu iria complementar dizendo o seguinte: que o Ministro Ubiratan Aguiar mandou o seu voto e disse que as obras deveriam continuar com a responsabilidade das construtoras, com garantia, e que as indagações, as averiguações continuariam, porque a Secretaria de Controle Externo aqui da Bahia ainda não tinha concluído. Era só isso que eu ia falar. Então eu não aceito o aparte naquele contexto que vem me ferir no sentido de desconhecimento de qualquer coisa. Eu não aceito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Bom, eu também queria consultar o nobre Deputado Moreira se tem que fazer mais alguma argüição ao Secretário? Não?

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA - Não, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Sr. Secretário Mousallem, V.Exa. é responsável, na estrutura do Estado, em comandar uma Pasta que trata de saneamento, que trata de rodovias, que trata de aeroportos, que trata de energia elétrica. Na sua dissertação, praticamente em três destas áreas, exceto a de transportes, não houve praticamente nenhum questionamento, nenhuma dúvida com relação a possíveis recursos federais que tenham sido canalizados para o Estado e para tocar as diversas obras. Mas, quando nos reportamos à questão de transportes, aí é um Deus nos acuda. Vamos falar só da questão da malha



rodoviária federal, que é um verdadeiro descalabro administrativo. Isso nós já temos colocado inúmeras vezes não só na imprensa mas na tribuna do Congresso Nacional, e uma certa insensibilidade com relação ao Ministério dos Transportes. Eu gostaria, na verdade, de perguntar a V.Exa. primeiro, coisas assim que eu acho pontuais e que são importantíssimas para o funcionamento do sistema intermodal no Estado da Bahia, no sistema intermodal de transportes do Estado da Bahia. Em primeiro lugar, eu gostaria de saber: com relação à BR-324, principalmente do trecho Salvador/Feira de Santana, de uma importância muito grande, porque é uma das saídas de Salvador, que liga o Recôncavo, há alguma gestão do Governo do Estado buscando obter a delegação desta rodovia?

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE - Nós chegamos a ter entendimentos em relação a essa questão há uns dois anos atrás. Chegamos a avançar bastante para que essa rodovia, junto com algumas outras rodovias estaduais, fizessem parte de um projeto visando à estadualização desta obra, mas posteriormente o Governo Federal recuou dessa posição e teve uma oportunidade, inclusive, que o Governador César Borges numa audiência com o Ministro dizer que o que interessa à Bahia é a recuperação da BR-324, porque é uma obra que já está no fim de sua vida útil, e que ela poderia ser realizada diretamente pelo Governo Federal, delegando ao Governo do Estado de qualquer forma, porque o que importava era essa recuperação. Nós não conseguimos a delegação e os investimentos que estão sendo realizados... Os recursos que estão sendo repassados para a recuperação da BR-324 não têm sido necessários para dotar aquela estrada, que é a rodovia de maior movimentação no Nordeste, de uma condição principalmente de segurança para os usuários. Eu, pessoalmente, fui



vítima de um incidente e tive sorte de sair sem maiores conseqüências, mas sofri um acidente, uma determinada ocasião, fui parar no hospital e felizmente, graças a Deus, me recuperei. Mas o índice de acidente é grande e a rodovia precisa de investimentos efetivamente pesados e o setor de transportes não está repassando efetivamente esses recursos.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Olha, o Secretário Mousallem me responde com relação ao interesse do Governo do Estado efetivo e uma proposta efetiva de delegação ou estadualização da BR-324, no trecho Salvador/Feira de Santana. E, a despeito do estado precário da rodovia, eu gostaria de chamar a atenção da Comissão, Sr. Presidente, principalmente o Deputado Norberto, que entende bem dessa questão de infra-estrutura, o Deputado Sérgio Reis e o meu colega aqui da Bahia, Luiz Moreira, de que o Ministério dos Transportes não tem condições de manter a rodovia em estado satisfatório e não repassa esta rodovia para o Governo do Estado. Então até aí a Comissão se viu excluída dessa questão no sentido de chamar a autoridade competente para resolver a questão com relação à BR-324. Gostaria de frisar isso muito bem, porque nas próximas reuniões da Comissão eu terei de estabelecer alguns requerimentos no sentido de delimitar essa competência, essa competência a nível de demanda do Governo do Estado, e aqui já aclarada pela fala do Secretário, com relação ao Governo Federal, que tem que se pronunciar porque, na verdade, não recupera a rodovia e não a delega ao Estado. Em segundo lugar, a questão do Pier 2, do Porto de Aratu. V.Exa. falou de que há um estrangulamento naquele porto, que os navios ficam dias a fio sem poder aportar para desembarque ou embarque. Eu gostaria de saber se, como autoridade estadual que cuida da questão do transporte, houve algum entendimento com a



Companhia das Docas da Bahia no sentido de agilizar essa questão da construção do Pier 2 e o andamento das obras, que fosse mais célere, no sentido de acabar com esse estrangulamento?

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Olhe, houve manifestação de preocupação do Governo do Estado e também do setor produtivo — de empresários, da Federação da Indústria —, todo esse setor tem se mobilizado para resolver essa questão portuária da Bahia. Então isso tem sido feito, mas até agora não houve uma solução efetivamente para esses investimentos acontecessem no Pier 2.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Sr. Presidente, tendo em vista a resposta do Sr. Secretário no sentido de que não só o Governo do Estado, imbuído do seu papel de resolver essas questões da exportação e importação no Estado — o porto é vital inclusive porque é por aí que entram e saem as mercadorias nossas do mercado exterior —, e, segundo, o próprio segmento das classes empresariais também pressionando, eu gostaria que a Comissão (e aqui o faço verbalmente para que haja acolhida), que a Comissão convocasse a direção da Companhia de Docas da Bahia (CODEBA), para que pudesse numa próxima reunião prestar depoimento no sentido de que esta obra, na verdade, não está tendo uma continuidade que requer e que o Estado já diagnosticou e já o fez chegar a essa diretoria a necessidade de fazê-lo. Gostaria que houvesse essa acolhida da convocação da diretoria da CODEBA.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Pela ordem, o nobre Deputado Norberto Teixeira.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, eu gostaria de informar ao nobre Deputado que foi convocado... Gostaria de comunicar ao nobre Deputado que na semana passada foram aprovados requerimentos: Companhia Docas da Bahia, CODEVASF, INFRAERO. Foram convocados todos os Presidentes. Basta que ele compareça na reunião para acompanhar os depoimentos de todas essas pessoas nas audiências das quartas-feiras que nós estamos fazendo em Brasília. Então, estão convocados todos eles, com toda a documentação, para poder responder inclusive questionamento. Foram aprovados agora 78 requerimentos convocando todas as docas, não só da Bahia — docas de Santos, docas do Rio de Janeiro, docas da Bahia, do Espírito Santo para que todos pudessem apresentar a documentação que nós pedimos, com relatório de todas as documentações de obras. A INFRAERO também, a CODEVASF, o DNOCS, todos estão convocados para comparecer na Comissão para depor e também apresentar toda a sua documentação na CPI.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Bom, eu concordo com a colocação do colega Norberto. Eu, na verdade, não tinha essa informação, porque só a partir de ontem que estou integrando esta Comissão. Eu era membro titular, e o companheiro de partido Magno Malta me pediu que eu cedesse a vaga, mas depois eu retomei; e só a partir de ontem que estou me enfronhando nos trabalhos da Comissão. Portanto, eu acho que esse é um ponto que está vencido e que já vem sendo colocado. O terceiro ponto que eu gostaria de inquirir o Secretário Mousallem é com relação à questão da ferrovia, especificamente a questão do gargalo, o Gargalo do Paraguaçu — ele falou que é entre as cidades de São Félix e Cachoeira —, com a necessidade de se fazer uma nova passagem no rio e que demandaria



investimentos da ordem de 18 milhões de reais. Nós sabemos que essa ferrovia foi arrendada pela Ferrovia Centro-Atlântica; praticamente está sob domínio privado. Eu gostaria de entender porque seria a União a responsável por esse investimento e, na verdade, quais são as demandas, as **démarches** hoje junto ao Ministério dos Transportes para que se possa solucionar esta questão.

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Olhe, na verdade, isso aí é em função do edital e do contrato de concessão que foi feito, onde a principal obrigação da operadora do sistema é de diminuir o tempo de transporte, aumentando a eficiência e o volume de carga transportada, e fazer investimentos para obter a segurança, melhorar a segurança do transporte, diminuindo o número de acidentes. Neste caso, esses investimentos adicionais de ampliação e expansão de rede seriam de obrigação do Ministério de Transportes — inclusive, eu tenho informação de que há previsão, mas não há recurso para que essas obras sejam realizadas. No meu entendimento pessoal, isso é a interpretação que eu faço, eu acho que, nesse caso específico, nós temos aqui questões relativas à segurança e, portanto, eu acho que seria o caso de analisar, se não seria o caso de analisar da própria FCA fazer os investimentos necessários. De qualquer forma, eu acho que o Ministério de Transportes deveria encarar essa questão, que eu acho que é o principal, é a questão mais importante da rede ferroviária no Nordeste, e resolver essa questão, ou, entendendo que tem questões de segurança envolvidas e aumento de volume de carga que está acontecendo, exigir que a empresa faça os investimentos ou, se entender que o contrato de concessão essa é uma obrigação do Governo Federal, que ele aloque recursos para que esse investimento seja feito. O certo é que a comunidade não pode ficar prejudicada com este fato.



O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Sr. Presidente, diante da resposta do Secretário, eu adoto o mesmo posicionamento. Eu acho que nós deveremos aprovar um requerimento no sentido de que haja o depoimento do responsável pelo setor no âmbito da estrutura do Ministério do Transporte com relação a esses investimentos que estão pactuados no contrato de concessão com a Ferrovia Centro-Atlântica, tendo em vista que há não só uma necessidade do ponto de vista de viabilizar o transporte, mas que envolve, inclusive, a segurança de duas cidades tradicionais da Bahia, que são Cachoeira e São Félix. Então, eu gostaria que essa Presidência acolhesse um requerimento verbal no sentido de convocar a autoridade competente para esclarecer por que esses investimentos até hoje não foram feitos, atendendo a uma disposição legal em termos de contrato. Eu estou satisfeito em inquirir o Secretário Mousallem, mas gostaria, como adendo para fechar a minha intervenção neste momento, de dizer que, nas relações que nós temos de obras inacabadas da Bahia, não constam duas obras sobre o Rio Subaé, pontes, projetos que receberam recursos há tempos passados do ex-Deputado Federal Genebaldo Correia e hoje Prefeito de Santo Amaro. E que eu gostaria que fossem arroladas também essas pontes sobre o Rio Subaé, para que a Comissão as investigasse e ver quais são as questões que a envolvem, porque até hoje elas não foram concluídas. O Rio Subaé, no Município de Santo Amaro, um Município extremamente conhecido, porque logicamente é a terra de dois mitos da música popular brasileira, que é o Caetano Veloso e a Maria Betânia, que merecem toda a nossa preocupação e dedicação.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Pela ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Antes de passar a palavra pela ordem ao Deputado Sérgio Reis, gostaria de solicitar ao nobre Deputado Eujácio Simões que fizesse essa solicitação por escrito, para que pudéssemos dar andamento. Com a palavra o Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, eu esqueci, na minha indagação, quer dizer, desculpe, na hora eu estava fazendo algumas perguntas ao Secretário, acabei esquecendo. Sr. Secretário, vocês têm aqui, no Estado da Bahia, a construção de alguma barra de estabilização, conhecida como moles? Sabe me informar?

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Que eu saiba, não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Mas isso fica na pasta do senhor?

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Não. Sr. Presidente, teria algumas indagações a serem feitas. O senhor não estava presente no momento em que eu tive a oportunidade de explanar. Mostrei a minha indignação, o meu protesto em virtude da não convocação das pessoas responsáveis por dois itens aqui da pauta que estão com obras paralisadas, dentre elas o aeroporto e a Batateira, e, parece-me, recebi informação agora há pouco que o Diretor-Presidente da INFRAERO estava presente aqui no recinto. *(Pausa.)* Ele não é o responsável pela...? Não?

(Não identificado) – *(Intervenção inaudível.)* ... operação no aeroporto.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Existiam algumas indagações que queria... Tenho algumas indagações, mas a gente vai fazer isso no momento oportuno, por escrito, porque a pessoa responsável não está aqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Só para esclarecimento do Plenário, essa nossa audiência pública aqui... Estamos fazendo aqui mais um diagnóstico das obras em cada Estado. Depois, nós vamos levar para Brasília e lá vamos fazer uma seleção das obras que forem mais pertinentes e que a população naturalmente mais reclama e aí vamos chamar as pessoas responsáveis para lá para que elas possam prestar os esclarecimentos e nós esclarecermos à população brasileira o que está havendo com a aplicação dos seus recursos. Essa aqui é uma audiência pública, inclusive os secretários daqui são convidados, mas, no tempo oportuno, nós vamos chamar a Brasília os responsáveis pelas obras que vamos selecionar e aí vamos chamá-los como testemunhas, que vão fazer perante a lei, inclusive com juramento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, uma última pergunta ao Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Pois não, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Existe alguma linha de transmissão aqui que a Secretaria está executando que esteja paralisada? Ou por falta de recurso?

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Não, como V.Exa. sabe, o Nordeste está sofrendo um racionamento de energia com intensidade maior do que as outras regiões do País, e o Governo Federal, a ANEEL, licitou algumas obras muito importantes para interligar o sistema Nordeste ao sistema Sudeste. A obra mais importante, e que essa obra passa pela Bahia, é uma linha de 500 KV, que sai da usina de Serra da Mesa, em Goiás, e atravessa praticamente o Estado da Bahia, passando por Bom Jesus da Lapa até Governador Mangabeira, que foi licitada pela



ANEEL, já tem um grupo, um consórcio vencedor que no momento está obtendo as licenças ambientais e outras necessárias para a construção, com previsão de entrada em operação em 2003. O que o Governo do Estado fez em relação a essa questão foi um pleito para que o primeiro trecho dessa obra, de Serra da Mesa a Bom Jesus da Lapa, fosse antecipado para junho de 2002, porque, com isso, nós poderíamos agregar ao Nordeste mais 200 megawatts de energia, aliviando o risco de racionamento em 2002. Eu solicitei ao Diretor-Geral da OMS que fizesse estudos confirmando a importância dessa antecipação, recebi já um relatório confirmando isso e há um pleito ao Governo Federal para que faça gestões, junto com a ANEEL e com o grupo de empresários, para que se conseguisse a antecipação. A antecipação fisicamente é possível, porque é uma obra fácil de fazer e, nesse trecho de Serra da Mesa a Bom Jesus da Lapa, a topografia é simples, não há problema de ocupação, de remanejamento de famílias e, portanto, esse prazo é possível e factível. Precisa é que o Governo Federal efetivamente faça um esforço adicional. Então, esse pleito está colocado e é extremamente importante, não para a Bahia, mas para todo o Nordeste.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Além dessa, vocês teriam algum problema para o repasse dos recursos federais em alguma outra linha de transmissão que esteja prejudicando o andamento dos trabalhos?

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Não, que eu tenha conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sabe me informar também o valor total dessa obra?



O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Não, eu não sei, porque foi uma licitação feita pela ANEEL. Como V.Exa. sabe, o setor elétrico, na área de transmissão, é de competência do órgão federal. Então, nós acompanhamos... Eu sei que é uma linha de mil quilômetros, mas o valor nem as condições do contrato eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Está bom. Eu queria me colocar à disposição. Acho que falo também em nome dos membros desta Comissão, que poderá, na medida do possível, contribuir para o bom andamento da liberação desses recursos.

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Eu só queria fazer um esclarecimento: na verdade, essa licitação não foi uma licitação para a obra, foi para um grupo de empresários que vai operar a linha, vai construir e operar e vai ter uma receita com o transporte de energia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Quero agradecer a presença do nobre Secretário Mousallem, não é?

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Mousallem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Mousallen e entregar a ele um questionário que gostaria que V.Exa. completasse e nos desse para que enriquecêssemos o nosso relatório final. V.Exa. tem um prazo de quinze dias para fornecer essas indicações. Muito obrigado pela sua participação.

O SR. ROBERTO MOUSALLEM DE ANDRADE – Eu agradeço a oportunidade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – O nobre Deputado encaminhou para esta Mesa... Pedi ao Deputado Sérgio Reis que lesse a solicitação do Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – "Sr. Presidente, esta CPI tem um papel muito importante para não ajudar ou colaborar para a não-realização de mais uma obra do Governo Federal. Irresponsavelmente, as obras do aeroporto foram paralisadas e, resumindo, podemos afirmar que está previsto no OGU do ano de 2001 recursos da ordem de 29 milhões, imprescindíveis para a referida conclusão dos recursos, esses que até o momento não estão com previsão para o próximo ano, com a paralisação da" — eu acho que é obra, é que não estou entendendo muito a letra aqui — "obra, trechos, inclusive sem cobertura, vários equipamentos, como os (*ininteligível*) e dutos estão em processo de oxidação, comprometendo os equipamentos, o mesmo ocorrendo com os dutos de incêndio, escadas rolantes, esteiras e elevadores. Terceiro, informo que dispomos de uma informação que serão colocadas em um relatório e enviadas posteriormente à CPI. Deputado Gaban".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Agradeço...

(*Intervenção inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Está bom. Eu queria chamar aqui para fazer parte da Mesa o Sr. José Lúcio Lima Machado, Diretor-Presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. Com a palavra o Sr. José Lúcio Lima Machado. V.Sa. tem o prazo de 10 minutos para as exposições iniciais.

O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados Federais e Estaduais, a EMBASA detém a concessão de 345 Municípios do Estado



da Bahia, aproximadamente 82% dos Municípios, e em alguns deles se fez intervenções com recursos oriundos do Governo Federal, OGU, e Prosaneamento, que eu não consideraria recurso federal, porque são recursos do Fundo de Garantia do trabalhador e recursos onerosos, mas também fizemos investimentos com esses recursos. Desses recursos, 95% das obras estão concluídas. Há duas obras ainda do PROSANEAR, que devemos estar concluindo este ano, que é Salinas da Margarida, em uma extensão na região do feijão, que é Canarana, que também deveremos estar concluindo este ano, e com recursos do OGU nós temos três obras, uma eu até aproveito o oferecimento do Deputado, para que os recursos cheguem aqui, que são os recursos para a obra de Morro de São Paulo, esgotamento sanitário. Essa obra não está paralisada, porque estamos pagando as faturas com recursos próprios da empresa, mas o Governo Federal não tem liberado através da SEDU esses recursos. Então, já que o Exmo. Deputado fez esse oferecimento, eu aproveito a oportunidade para pedir, se ele puder intervir na SEDU para que esses recursos cheguem, seria de bom tamanho. Temos uma obra iniciando, duas obras iniciando, que são sistemas de água de Potiragua e sistema de esgotamento de Lençóis. Não temos, no âmbito da empresa, nenhuma obra com recursos, aliás, de qualquer natureza, que estejam paralisadas ou inacabadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Bom, eu queria agradecer a participação inicial do Sr. José Lúcio Lima Machado e passo a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Dr. José Lúcio, todos os recursos do PROSANEAMENTO, recursos da Caixa, financiamento via Caixa, antigo



FGTS e também os recursos do BIRD, tem algum empréstimo do BIRD para saneamento?

O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO – Temos. Temos empréstimo do BIRD para um programa que já concluiu, que é o Programa de Modernização do Setor de Saneamento 1. Temos aqui programas do BID e do GIBIC(?), que é o que chamamos Programa Bahia Azul, que são investimentos em Salvador e em dez cidades do entorno da Baía de Todos os Santos, investimentos na área de esgotamento sanitário e de abastecimento de água, dois componentes; só tem mais três, mas a cargo da EMBASA tem esses dois componentes, e temos outros programas com obras de saneamento, que é o PRODETUR, que, salvo engano, é um financiamento do BID, e temos do PROÁGUA, também PGRH, que são financiamentos do Banco Mundial. Nós temos duas obras nesses programas.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Todas essas obras, tem alguma obra paralisada por falta de recursos ou por falta de liberação de recurso?

O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO – Não, ainda não. A única que corria risco, mas que nós estamos fazendo pagamento com recursos próprios é a obra de esgotamento sanitário de Morro de São Paulo. É importante a obra. É um sítio turístico do Estado da Bahia muito importante, e nós queremos que essa obra seja concluída para o verão, para que não tenha nenhum problema esse fluxo turístico em Morro de São Paulo. Então, como os recursos não estão vindo, nós estamos pagando com recursos próprios.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Eu gostaria que o senhor repetisse o nome da obra para gente ver.



O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO – É obra de esgotamento sanitário de Morro de São Paulo, que fica no Município de Cairu. Morro de São Paulo, Município de Cairu.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Município de...?

O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO – Cairu.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas todos convênios, então, estão em dia, não estão paralisados. Só está esse que está faltando recurso.

O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO – Eu diria que, infelizmente, Deputado, os recursos para saneamento estão escassos, aliás, tem uma medida aí que prejudica muito o setor e nós vamos ter conseqüências futuras desastrosas nos índices de saúde e saneamento, e os Estados, as empresas estaduais e municipais estão impedidas de acessar a recursos para fazerem investimento em saneamento. Então, infelizmente, a nossa carteira com recursos federais, ela é a mínima possível.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Deixa fazer uma pergunta pro senhor. Ela é uma empresa de saneamento?

O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO – Nós somos uma empresa de economia mista de saneamento com concessão de 345 Municípios pra atendimento de abastecimento de água e esgotamento sanitário em área urbana.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Deixa fazer uma pergunta pro senhor. Então, a Bahia está bem, porque, no meu Estado de Goiás, inclusive o Ministro é do meu Estado, ele é do meu partido e eu tenho lá mais de 53 obras paradas por falta de recursos no Prosaneamento.

O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO – Eu diria, Deputado, eu diria que a Bahia vai bem, porque foi uma prioridade do Governo Estadual. A gente costuma



dizer, a gente, não, o Secretário Roberto Mousallem costuma dizer que a década que se encerrou foi a década de saneamento no Estado da Bahia. O Estado distinguiu o saneamento como prioridade e fez investimento na ordem de 1 bilhão de reais nessa década, tanto de recursos próprios, como recursos de agências multilaterais. E eu lhe diria que ajuda, digamos, de recursos do Orçamento-Geral da União pro saneamento no Estado tem sido a mínima possível, infelizmente. Então, se o senhor tem 50 e poucos convênios paralisados, por um lado é ruim, porque estão paralisados, mas por outro lado, eu gostaria de parabenizar o Estado, por ter conseguido 50 e poucos convênios. Nós não estamos conseguindo quase nada, Secretário, Deputado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Bom, então, só isso que eu gostaria, Presidente, porque o maior problema é o Prosaneamento, esses convênios que liberam, depois não vem continuidade e parado. Nós temos enfrentado isso no Brasil todo. Por isso que fiz questão de perguntar pro senhor sobre isso, porque, quando o Governo não tem interesse, ele fica parado, por falta de recurso. E o recurso, quando é liberado, também, é liberado bem no final e é pela metade, não dá para concluir as obras de saneamento, que é uma obra caríssima, não é? Então, quero aqui até cumprimentá-lo por não ter nenhum convênio paralisado.

O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO – É, não temos, mas volto a frisar: dos poucos que temos, estamos fazendo pagamento com recurso próprio, porque o recurso não está vindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Sérgio Reis.



O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Presidente, primeiro, cumprimentar o nobre Secretário, o Diretor-Presidente, desculpe, José Lúcio Lima Machado, e dizer ao nobre Diretor-Presidente que quem tem ao lado duas pessoas, e tem a sorte de ter Deputado Moreira e Eujácio numa bancada federal, que são experientes, competentes, e não é à toa que a Bahia é campeã no Nordeste em liberação de recurso, não é, (risos) e também parabenizar o Governo do Estado por um dado que o senhor acabou de nos informar que na década foi investido 1 bilhão de reais em saneamento. Eu acho que são poucos governos que têm coragem de fazer um investimento tão prioritário para a população como esse, porque a maioria dos governantes priorizam talvez obras externas, praças, coisas que mostrem à população, e uma obra que fica embaixo, o esgoto, que ninguém vê, embaixo da terra, é uma coisa fundamental, e eu queria parabenizar. E ficar satisfeito que V.Sa. nos informou aqui que não existe nenhuma obra paralisada nesse sentido. Talvez seja o caso do senhor sugerir ao conterrâneo do Ministro, Norberto Teixeira, fazer uma visita e conseguir a liberação dos recursos restantes.

O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO – Agradeço, se puder haver uma contribuição. Agora, queria frisar só o seguinte: estou falando sempre do que eu conheço no âmbito estadual, no âmbito da empresa. Tenho conhecimento que existem recursos federais conveniados com Municípios, principalmente aqueles que nós não detemos concessão e que eu não tenho nenhuma informação, apenas leio em **Diário Oficial** da União a rubrica lá consignada com valores. Então, esses convênios, como não operamos esses Municípios e eu não tenho conhecimento se a destinação está correta ou não.



O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Mas o senhor poderia aqui nos precisar aqui, nos informar, talvez seja do conhecimento de V.Sa. se existe alguma dessas obras paralisada?

O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO – Não, é isso que estou dizendo a V.Exa., quer dizer, como não é, digamos, área de competência de nossa operação...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Mas nem em jornais ouviu falar?

O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO – Não, não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Não, né? Então, Sr. Presidente, eu sugiro à Presidência que sejam solicitadas ao Tribunal de Contas da União algumas informações a esse respeito, se existe alguma obra paralisada em alguns dos Municípios aqui da Bahia. Me dou como satisfeito.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Pela ordem, Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, eu votei sobre isso mesmo. Quando há concessões a uma empresa pública, no meu Estado, todo Município que realiza obra de saneamento é obrigado a passar para a empresa pública a fiscalização e também acompanhamento e aprovação. Quando eu falei em negócio de convênio, aí o senhor já falou em Município, que o maior problema que estão tendo é isso, porque tem uma empresa que contém toda concessão... Aqui é uma concessão estadual, né? Em todos Municípios?

O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO – Não, de 82% dos Municípios do Estado.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – No meu Estado é 85%. Aí é que é um problema sério, mas eu tenho um Município que tem concessão com a sua empresa, mas eu consigo um dinheiro com um Deputado lá em Brasília, para poder fazer saneamento, esgoto, mas não completo. Eu consigo para fazer uma usina de tratamento de esgoto. Também não completo uma... O senhor tem acompanhamento dessas obras pelo Município?

O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO – Não, se nós não vamos operar, nós não temos acompanhamento nenhum.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas aquele que o senhor vai operar, o senhor tem acompanhamento?

O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO – Acompanho. Se o Município me comunicar que vai fazer uma obra, nós acompanhamos pra que a gente possa efetivamente operar.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas o senhor não tem conhecimento de nenhum dos Municípios que tem essas obras paralisadas?

O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO – Não, que eu tenha conhecimento, não .

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Porque eu estou revisando uma usina de tratamento de esgoto, MAET(?), imensa, no meu Município, uma cidade de 400 mil habitantes, que tem concessão com a empresa, só que está sendo realizada via Município, mas é todo fiscalizado por essa empresa de saneamento. Aqui também ocorre assim?

O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO – Não, isso é o correto, deveria acontecer assim. Não tenho conhecimento de nenhuma obra desse ou até de porte



menor, que venha a ser feita pelo Município, em nossa área de concessão, sem nos convidar pra acompanhar.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Porque todas as faturas, para ser liberada essa obra, via Caixa Econômica Federal, têm de ter o aval da empresa.

O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO – É o correto, eu concordo, tem que ser assim.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – A lei estadual não reza isso?

O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO – Não, a lei não, a lei não reza isso e, aliás, acho que nem a federal, nem a estadual, nem a municipal. Se o Município, se a União quiser passar recursos para o Município, nós até sabemos que tem normas internas, por exemplo, a FUNASA. Se via FUNASA vai algum recurso para saneamento em algum Município, e se esse Município é operado por uma concessionária estadual, a norma exige que a concessionária estadual se pronuncie. Normalmente, os sistemas aqui que foram da FUNASA não são operados pela EMBASA, eles são operados pelo próprio Município. Então, eu não tenho nenhuma situação concreta, de fato, que eu tenha conhecimento de algum investimento, onde nós estamos operando o sistema, que esteja sendo feito à revelia da empresa de saneamento.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Não, existe uma lei federal, sim, inclusive, a Caixa Econômica Federal, pra liberar recursos para saneamento via Prefeitura, tem de ser aprovado o projeto na empresa de saneamento. Lá em Goiás, todas faturas elas têm de passar na empresa, mesmo a obra que estou liberando via. Liberei 12 milhões agora, não sei se é um convênio que foi feito, mas é obrigado a passar.



O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO – É, se a lei é federal...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – O Ministério exige que passe lá.

O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO – Talvez, aqui no Estado da Bahia, a União não esteja fazendo prevalecer essa lei.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Ou se for uma lei estadual que deu esse direito de ser feito isso.

O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO – Pode ter sido a estadual. Se for federal, a União não está seguindo essa regra, porque temos, por exemplo, aí o Projeto Alvorada, não é? O Projeto Alvorada, vão ter intervenções de saneamento em Municípios que são operados pela EMBASA e Municípios que são operados pelo próprio Município, por uma autarquia ou por uma empresa municipal. Deverão passar por nós, pra aprovação projetos que tenham a ver alguma interligação com o sistema que nós operamos. Aí a FUNASA está consciente disso. Mas aqueles Municípios que nós não operamos, nunca passou, nem nunca fomos consultados.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Então, está. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Moreira.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Sr. Presidente, Sr. Diretor-Presidente José Lúcio Lima Machado, na verdade, a explicação foi muito clara, muito explícita, deixou bem claro que toda essa vitória maravilhosa do interior do nosso Estado é por conta do Estado, conta dos trabalhos realizados aqui pela EMBASA, e eu queria apenas fazer um adendo de que, quando o Deputado Sérgio Reis falou que a gente ganhava muito dinheiro, acho que já foi no passado, que esta semana mesmo, a



bancada toda foi obrigada a correr alguns Ministérios, pedindo que liberassem os recursos nossos de emenda de bancada, porque nós ainda continuávamos votando com o Governo e não era justo que tivéssemos um outro tratamento.

Fazemos votos que as nossas visitas dêem resultados necessários, para que o nosso Estado tenha os recursos também necessários para aquilo que realmente foi designado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Bom, eu quero apenas dizer pra quem não conhece a minha trajetória, inclusive os colegas Deputados Federais de outros Estados e por ser oriundo desse setor, setor de saneamento. Fui colega do Dr. José Lúcio lá na EMBASA, depois fui para a área de saneamento rural, e eu não tenho nada a acrescentar. Do ponto de vista do desempenho do setor, acho que a empresa está com o melhor dos desempenhos. E o que nós estamos aqui novamente a lamentar — e eu não sei como que nós poderíamos conduzir, isso pode ser até objeto de debate em novas reuniões da Comissão — é a questão de alocação de recursos para o setor de saneamento no Brasil como um todo. Com a extinção do BNH, que tinha o Sistema Financeiro de Saneamento e que foi herdado pela Caixa Econômica Federal, houve aí uma série de percalços do ponto de vista de viabilização desses recursos. E, em face das palavras do Dr. José Lúcio, as minhas, de que o setor carece de recursos e que a partir de que o Estado da Bahia está numa situação ímpar, mas isto, com a questão da urbanização, cada vez mais as cidades crescem, cada vez mais há um êxodo rural, nós vamos necessitar de demandas de saneamento, de água, de esgoto e precisamos equacionar esses



recursos. Portanto, nada de se dormir sobre os louros alcançados, porque, cada vez mais, essas demandas virão. Então, eu acho que é uma questão que a gente poderia debater amiúde, inclusive com a participação em Comissões próprias que estão discutindo essa questão de saneamento a nível de Câmara Federal. Era isso que eu gostaria colocar e deixar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria agradecer a presença do Dr. José Lúcio Lima Machado, pela sua participação aqui e os esclarecimentos à nossa Comissão. Muito obrigado. Aproveitando pra entregar o questionário — muito obrigado pela lembrança, Deputado Eujácio — para V.Exa. entregar em quinze dias, para enriquecer o nosso relatório. Essas respostas serão importantes para a conclusão do nosso relatório da nossa Comissão. Muito obrigado. *(Pausa.)* O Dr. José Maria de Magalhães Neto, Secretário da Saúde, e a Dra. Kátia Maria Alves Santos, Secretária de Segurança Pública, me mandaram uma comunicação justificando a sua ausência aqui, hoje à tarde. Quero convidar Jane Fernandes de Queiroz, Gerente de Patrimônio da União, que estará representada pelo Dr. Anderson Freitas de Cerqueira. *(Pausa.)* Inicialmente, eu queria passar a palavra ao Dr. Anderson Freitas de Cerqueira pelo prazo de dez minutos, para suas exposições iniciais.

O SR. ANDERSON FREITAS DE CERQUEIRA – Boa-tarde a todos, boa-tarde à Comissão, Srs. Deputados, demais presentes, estamos aqui em nome da Dra. Jane Queiroz, Gerente Regional de Patrimônio da União na Bahia. Estou representando porque ela não pôde estar presente — ela está de férias até a semana que vem —, então coube-nos o dever de vir aqui e prestar os esclarecimentos que esta Comissão tenha a nos fazer. A Gerência Regional de



Patrimônio da Bahia gerencia, como de resto toda a Secretaria do Patrimônio da União, os bens imóveis da União, cabendo-lhe zelar, para que seja dada uma destinação a esses bens. E nós basicamente, temos dois tipos de bens imóveis com que nós trabalhamos. Um, são os bens dominiais, que são conhecidos, as espécies mais conhecidas pelo público em geral são os terrenos de Marinha e as ilhas oceânicas. Esses são os bens que, via de regra, estão sendo ocupados por particulares, pessoas comuns — físicas, jurídicas e outras — que ocupam esse bem, mediante uma contraprestação financeira à União, anual, uma taxa de ocupação ou um foro. E nós também trabalhamos com os bens de uso do serviço público federal, que são aqueles bens denominados de próprios, que nós chamamos, dentro da SPU, de próprios nacionais. Esses bens estão aplicados ao serviço público da União pela administração direta ou por suas autarquias. Inclusive, esse é o meu objeto de trabalho. Mas, desde o começo do ano passado, de 2000, venho trabalhando com esses bens denominados próprios nacionais. A Secretaria de Patrimônio da União vem tocando, desde o ano passado, um projeto de recadastramento desses bens imóveis — desses bens que estão sob a posse de órgãos públicos federais — a fim de levantar qual é a situação desses bens e poder partir para a regularização de cada um. O nosso cadastro atual data de 1990 ou 91. Eu tenho apenas três anos na Secretaria do Patrimônio da União, no serviço federal, mas eu sei que esse cadastro data de mais ou menos de 90 ou 91, e é um cadastro já bastante defasado e que não nos permite, hoje, ter uma visão muito clara do acervo utilizado pelo serviço público federal. De modo que, no ano passado, a SPU, a partir de Brasília, começou no País inteiro um projeto de recadastramento desses bens usados no serviço público federal e nós, aqui na Bahia, vimos tocando esse projeto, que deve ser



finalizado ao final deste ano. São essas as considerações iniciais que gostaria de fazer e me coloco à disposição dos Srs. Deputados para quaisquer outros esclarecimentos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Queria agradecer a presença do Anderson Freitas de Cerqueira e passar a palavra ao Deputado Norberto Teixeira, para as suas arguições.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, antes de iniciar o questionamento do Anderson, gostaria de registrar aqui que, como a Secretária de Segurança Pública não veio, eu gostaria de informação da ampliação e reforma da Penitenciária Lemos de Brito, da construção do Presídio Regional de Teixeira de Freitas e da ampliação do Presídio de Salvador...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - A Secretaria de Justiça? Então, que requeresse à Secretaria de Justiça informação sobre esses três presídios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Gostaria que V.Exa. fizesse a solicitação por escrito.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Vou encaminhar à Comissão. Anderson, quantos imóveis da União estão cadastrados aqui no Estado da Bahia?

O SR. ANDERSON FREITAS DE CERQUEIRA – Nós temos, hoje... Só um momento. Nós temos, hoje, cadastrados bens dominiais, ou seja, aqueles bens que..., terrenos de Marinha, ilhas e algumas...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Não, separados: ilhas, terrenos de Marinha. Só terrenos, hoje, sem ser de Marinha, sem serem ilhas?



O SR. ANDERSON FREITAS DE CERQUEIRA – V.Exa. fala de bens de uso do serviço público ou...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Os que estão ocupados e os que não estão ocupados. Todos, gerais.

O SR. ANDERSON FREITAS DE CERQUEIRA – Então, deixa eu colocar. Bens dominiais... Hoje, o cadastro da Bahia está entre 62 mil e 63 mil unidades e os bens próprios nacionais... Hoje, nós... Nós iniciamos o cadastramento com 1.774 registros, por assim dizer, porque não podemos garantir que eles sejam de fato imóveis e, durante o curso do recadastramento, nós pudemos observar que, de fato, vários desses registros não correspondem a imóveis de verdade. Como falei, esse cadastro é antigo e foi malfeito à época, em 1990 ou 1991. Hoje, nós temos recadastrados neste momento, aqui na Gerência da Bahia, um total de 1.360 imóveis, sendo que, destes, 636 de fato correspondem a imóveis hoje – pelo menos até o andamento do cadastro – e outros 624 são registros que nós descobrimos que não se tratavam de imóveis. Eram registros incorretos, inconsistentes no antigo sistema e que eles foram, por assim dizer, excluídos do sistema de controle da gente. Mas hoje estamos em... como falei, em mil...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Esse registro que V.Sa. está falando é da escritura de 1940?

O SR. ANDERSON FREITAS DE CERQUEIRA – Não. Não, eu estou falando de registros no sistema informatizado do cadastro feito em 90-91, relativo a esses bens de uso do serviço público. Nós tínhamos o quantitativo inicial de 1.774 e hoje recadastramos, até este dia, hoje, 636 imóveis.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Quantos imóveis hoje tem invadidos, que não estão sendo em uso da União?

O SR. ANDERSON FREITAS DE CERQUEIRA – Nós não temos condições, ainda, de fornecer esse número. O recadastramento ainda está em curso e nós não temos como, hoje, afirmar qual é o quantitativo de imóveis que está hoje invadido ou mal utilizado. Apenas temos impressões, que surgem durante o recadastramento. Mas inclusive porque o sistema novo não está pronto e acabado, nós temos ainda uma deficiência de gerar relatórios gerenciais e não temos ainda como ter essa realidade na ponta do lápis.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Quantos terrenos de Marinha você tem?

O SR. ANDERSON FREITAS DE CERQUEIRA – Olha, eu também não posso afirmar isso. O sistema atual... Isso dos imóveis dominiais também não nos permite. Eu sei que no sistema de imóveis dominiais nós temos... Tínhamos, no começo do ano, 62 mil 874 – aí incluídos os terrenos de Marinha e ilhas. Mas nós não temos condições de dizer, hoje, quantos imóveis nos pertencem. Se...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Ilhas? Ilhas?

O SR. ANDERSON FREITAS DE CERQUEIRA – Não, esses 62 mil imóveis incluem ilhas.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Não. Quantas ilhas separadas? Eu estou perguntando isso pra você, Anderson, porque nós estamos percorrendo o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e lá tem tudo cadastrado: ilhas, terrenos de Marinha, imóveis invadidos. Qual a diferença do Paraná? Lá é outro Brasil ou é aqui? Como que é a diferença?



O SR. ANDERSON FREITAS DE CERQUEIRA – Não, me permita...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Você é um órgão federal. Você tem que ter informação completa de tudo.

O SR. ANDERSON FREITAS DE CERQUEIRA – Como eu falei, o meu objeto de trabalho mais específico são os imóveis de uso do serviço público federal. Eu não tenho uma lida diária com esses terrenos de Marinha e essas ilhas, de forma que eu não estou capacitado para fornecer essa informação à Comissão. Me parece...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Deixa eu falar. A Gerência do Patrimônio aqui tem quantos funcionários?

O SR. ANDERSON FREITAS DE CERQUEIRA – Nós temos, hoje... Nós temos 30... cerca de 34 funcionários. Eram 37 no começo do ano e alguns já saíram. Se eu não me engano, são 34 funcionários.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, eu gostaria que esta CPI tomasse providências, porque em todos os locais nós estamos tendo informações concretas – sabemos quantas ilhas estão invadidas, estão na mão de terceiros; quantas ilhas estão pagando, estão deixando de pagar; quantos patrimônios da Marinha, quantos terrenos estão invadidos; quantos estão em leilão; quantos patrimônios estão cedidos para as Prefeituras e passando o patrimônio para o Estado. Inclusive, tivemos até um caso interessante, entregando para o Tribunal Regional do Trabalho o prédio, e esta CPI participou; entregando também outros prédios. Então, aqui nós não vamos ter informações concretas. Sessenta e dois mil pra 1.360, pra 1.774... Impossível nós termos a informação. Eu acho que está faltando funcionário, eu acho que está faltando levantamento e uma gerência, para



que nós possamos levantar esse patrimônio na Bahia. Eu não tenho nada... Não é culpa do Anderson, eu não quero culpar a pessoa dele, mas aqui o sistema não está funcionando no cadastramento desses imóveis. Você tem condições de informar quantos estão pagando a taxa de ocupação? Não tem. Não pode informar porque não sabe a quantidade. Quantos estão ocupados? Também não sabe. Quantos podem ir pra leilão? Também não podemos saber. Então, eu gostaria, Sr. Presidente, que consultasse a assessoria desta Comissão pra ver as providências que nós iremos tomar sobre o patrimônio de imóveis da União aqui no Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu poderia sugerir a V.Exa. que solicitasse a esta Comissão, se V.Exa. achar necessária, a convocação da titular para Brasília, se o senhor achar conveniente.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Eu vou passar... Sr. Presidente, eu gostaria aqui já de convocá-la para Brasília, para a Comissão determinar. Vou entrar com o ofício já, imediatamente, pedindo a convocação dela pra Brasília, com toda a documentação sobre o patrimônio da União.

O SR. ANDERSON FREITAS DE CERQUEIRA – Excelência, o senhor me permite?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Pois não.

O SR. ANDERSON FREITAS DE CERQUEIRA – Eu quero dizer aqui que não há nenhuma má vontade minha de repassar esses dados, e creio também que não haja por parte da nossa gerente. Como eu falei, o meu objeto de trabalho, primeiro, que eu trabalho desde o ano passado com eles, são os imóveis de uso do serviço público. Então, nós... Hoje nos faltam, pelo menos a mim, me faltam esses



dados. Pode ser que a nossa titular tenha como obtê-los. Eu gostaria de salientar que inclusive... que o nosso cadastro não está... O nosso sistema de cadastro hoje é bastante deficiente. É uma queixa que a SPU... vários funcionários da SPU têm é que o SERPRO, que hoje nos fornece as ferramentas de informática para trabalhar com esses imóveis, não nos dá ferramentas flexíveis, atualizadas e que nos permitam, num prazo razoável, em tempo real, ter essas informações gerenciais em nossas mãos. Então... Mas eu creio que, certamente, a titular do órgão tem informações que eu mesmo não tenho, porque ela tem contato com toda a estrutura do órgão, enquanto que o meu objeto de trabalho é um pouco mais limitado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, eu acho que o Dr. Anderson não tem culpa nenhuma em estar aqui e não ter respondido. Você pode ficar tranqüilo. Não é pensamento nosso... Eu acho que também não foi proposital o seu envio pela Dra. Jane, até porque eu acho, Sr. Presidente, que ele poderia passar para a Dra. Jane essas informações complementares, esse documento que V.Exa. irá entregar daqui a pouco. Eu acho que dentro desse documento vai conter... vai perguntar todos esses questionamentos feitos pelo nobre colega Norberto Teixeira e, conseqüentemente, posteriormente, se achar necessário, convocará e eu tenho certeza de que ela irá a Brasília com o maior agrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Passo, então, a palavra ao Deputado Luiz Moreira.



O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Sr. Presidente... Dr. Anderson, só quero fazer duas colocações. A primeira colocação é que V.Sa. deve ter ouvido uma conversa, durante este depoimento, de vários imóveis da União, alguns invadidos, outros se degradando e outros desocupados. Então, a minha pergunta seria, primeiro, se V.Sa. saberia alguma coisa desse conteúdo.

O SR. ANDERSON FREITAS DE CERQUEIRA - Bem, como eu falei, nós não temos... pelo menos, eu não tenho ainda um quadro completo, mas eu falei antes que eu tenho algumas impressões, decorrentes do meu próprio trabalho diário, sobre a situação de determinados setores. Então, em princípio, eu posso afirmar o seguinte: os antigos Ministérios, agora Comandos Militares... eles, em regra têm os seus imóveis todos em dia, bem cuidados, devidamente registrados, com toda a documentação com eles. Enfim, exercem um controle efetivo em cima dos seus imóveis. A nossa função é disponibilizar esses imóveis para o serviço público, para os órgãos públicos federais. Enquanto isso, de outro lado, os órgãos civis... Aí, há uma verdadeira colcha de retalhos: há órgãos que cuidam bem dos seus imóveis e órgãos que deixam deteriorar. Entre esses, um que me chama a atenção, e me parece que é um caso que ocorre no Brasil inteiro, é o Ministério da Agricultura. O Ministério da Agricultura... ocorreu o seguinte com ele: antes de 1997, que foi quando o Governo editou uma medida provisória que hoje regulamenta boa parte dos assuntos relativos ao patrimônio da União, inclusive a cessão de bens, alguns outros Ministérios tinham o poder de ceder, não era só a SPU que podia ceder os imóveis que estavam utilizando para entidades privadas ou públicas, no interesse público. O Ministério da Agricultura era uma dessas entidades. Então, o Ministério da Agricultura efetivamente cedia imóveis, digamos, a cooperativas no interior, para



explorar café ou outras culturas agrícolas, e o que o ocorria era o seguinte: o sentimento... e isso é generalizado em boa parte do Brasil, pelo menos pude trocar essa impressão com os meus colegas, que esses imóveis estavam de certa forma abandonados à própria sorte, porque uma vez entregue, eles não geriam essa entrega, essa cessão que eles faziam. Isso não é de agora. Então, o Ministério da Agricultura, já há alguns anos, não controla bem seus imóveis — essa é uma impressão. Inclusive, eu até de certa feita, na SPU, protestei em relação a isso, dizendo: “Olha, eles devolvem um imóvel ao patrimônio da União; nós não temos mais interesse. Terceiro, eles estão invadindo”. Então, eles devolvem. E o devolver o imóvel para a União, para eles, consiste em devolver uma pasta, os autos do processo administrativo do imóvel, com alguns papéis, como se me passar um punhado de papéis significasse devolver o imóvel. Fisicamente ele não está disponível, porque tem terceiros lá utilizando, cooperativas ou outros, quer dizer, não utilizando na finalidade para qual ele foi cedido, esse bem imóvel foi cedido, e, enfim, está lá. Então, os casos que chegam à mão da gente, que eles tomam a iniciativa de devolver, se encaminham à Advocacia-Geral da União, para que se reintegre na posse ou se tomam outras providências. Muitas vezes, as Prefeituras têm iniciativa de pleitear a cessão para que elas mesmas toquem um projeto em cima daquelas áreas. Então, o Ministério da Agricultura é um caso, para mim, meio flagrante de um órgão que não cuida bem dos imóveis que estão jurisdicionados.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Bem, eu até ia fazer um comentário quando V.Sa. falou das Forças Armadas que cuidam dos imóveis. Como eu tenho a procedência de lá, eu sei como a coisa tem uma conotação bastante diferente. Agora, eu queria só fazer uma última pergunta: V.Sa. acha que a gerente dispõe de



dados, no momento, suficientes — praticamente repetindo a pergunta aqui do Deputado Sérgio Reis — para que ela possa ser convocada a Brasília para falar a esse respeito ou esses dados continuam inconclusivos, sem acompanhamento, dentro desse processo todo que já existe?

Porque, em preexistindo essa premissa, qualquer conclusão não é verdadeira, porque, se você não tem a origem para você poder detalhar o que está se precisando, não adianta vir a gerente nem ninguém, porque, na verdade, vai chegar lá numa situação difícil. E eu também quero reiterar as palavras do Deputado Sérgio Reis de que não veja, nessas nossas colocações, absolutamente nada contra a sua pessoa.

O SR. ANDERSON FREITAS DE CERQUEIRA – Sim, eu sei.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA - A gente conhece bem. Nós todos já militamos em serviço público e sabemos que, às vezes até, a gente é enviado para uma missão que quem tem a responsabilidade não nos dá os meios. E a gente lá fica numa situação embaraçosa. De forma que eu queria que V.Exa. me respondesse isso, porque, em sendo verdade, eu acho que de pronto não adiantaria absolutamente fazer um convite à gerente para ir a Brasília, se persistirem essas colocações que realmente foram realizadas.

O SR. ANDERSON FREITAS DE CERQUEIRA – Como eu já tinha falado, o meu objeto de trabalho ali dentro do meu órgão é um objeto muito mais restrito do que o da minha gerente. Então, ela conhece a realidade do patrimônio aqui na Bahia muito melhor do que eu. Inclusive, ela está há mais de dez anos como titular do órgão aqui na Bahia. Então, eu creio que certamente ela tem dados que eu mesmo pessoalmente não disponho. Ela conhece a realidade há muito mais tempo do que



eu. Claro que alguns dados demandarão tempo para que ela obtenha, e não sei em que profundidade esses dados poderão ser obtidos. Mas, certamente, que melhores esclarecimentos do que eu ela certamente pode prestar.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Então, a última pergunta: quando é que ela está voltando de férias?

O SR. ANDERSON FREITAS DE CERQUEIRA – Ela estará de férias até quarta-feira da semana que vem.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Eu acho que era bom V.Sa. dar, digamos assim, um **feedback** pra ela, sabendo que ela deveria, digamos assim, se assenhorar da situação porque a convocação, então, deverá ser realizada. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Continuando, vamos passar a palavra ao Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Sr. Presidente, pelo que eu depreendo do depoimento do Dr. Anderson, substituindo a Dra. Jane, praticamente nós não temos nada a perguntar, porque o sistema de informações é praticamente zero. Agora, eu, sinceramente, não tenho conhecimento de como é que se comporta o Sistema de Patrimônio da União em nível das outras unidades federadas. Não estive, como aqui já mencionei, em outros Estados para verificar como a coisa está em outros Estados. E, para fazer um julgamento se é um caso específico da Bahia, precisaria ter esse efeito de comparação. Então, como o colega Norberto não está aqui e que, parece, teve alguma preocupação em adentrar por essa questão do Serviço de Patrimônio da União, eu fico realmente premido de fazer qualquer pergunta e qualquer colocação. Eu me reservaria para ter um conhecimento do



quadro nacional de como a coisa se comporta para, posteriormente, fazer o julgamento. Estou cansado, nós que militamos no serviço público estamos cansados de ver determinados órgãos com competências e com quase nenhum instrumento para atuar. Na verdade, ficam as competências simplesmente na letra fria dos documentos legais, seja da lei, seja dos regimentos, seja de qualquer outro instrumento ou outro diploma legal, e não há mecanismo, não há recurso, não há recurso tecnológico, não há isso, não há aquilo, não pode avançar. Então, eu me reservo e simplesmente fico assim pasmo, inclusive era uma expressão que eu sempre usava na tribuna desta Casa, de chegar aqui o Dr. Anderson, representando a chefe do Serviço de Patrimônio da União, dizendo: “Não tenho isso, não tenho isso, não tenho isso”. Percebo ou tenho referências que as unidades de tais Ministérios cuidam bem das suas unidades, mas não tem nada sobre os terrenos da Marinha, não tem nada sobre os outros órgãos. Então, é uma coisa que a gente fica realmente pasmo. Agora, quero saber se é um vício da estrutura ou se é uma coisa típica do órgão no Estado da Bahia. Eu me reservo a fazer esse julgamento posteriormente. Como já há uma vontade da Comissão de levar a titular a Brasília, eu vou me assenhorar das outras situações para fazer um julgamento preciso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Só para esclarecer a V.Exa., eu participei dessas audiências públicas nos outros Estados e quero dizer que a situação também não é muito satisfatória, não é muito confortável em relação às informações sobre o patrimônio da União. Eles têm dificuldade porque em vários lugares eles estão fazendo um cadastramento, as informações que a gente tem recebido são essas. Não há ainda um trabalho específico nessa área. Embora aqui



no Brasil haja gerência, em todos os Estados, da Secretaria de Patrimônio da União, eles alegam poucos funcionários e também a dificuldade de dar os esclarecimentos que nós solicitamos. Em alguns, por exemplo, como em Santa Catarina, são setenta e duas ilhas, eles colocaram lá cada uma mais bonita do que a outra, umas irregulares, outras dadas a terceiros como dominiais, como ele acabou de falar, e com dificuldade, inclusive, até para o quantitativo que se paga. Em outras questões, lá no Rio Grande, por exemplo, têm quarenta mil famílias morando ilegalmente no patrimônio da União que ainda está precisando ser feito regularmente, regularizado. Então, é esse lado do questionamento que, de qualquer maneira, não existe. É claro, é óbvio que aqui, no caso especial de Anderson, talvez por ele não ocupar a titularidade, a dificuldade foi maior. Se os outros que têm a titularidade já tinham as dificuldades inerentes à própria instituição, imagine quem não é titular para que possa responder aos questionamentos aqui colocados. Por isso eu queria fazer essa colocação e, oportunamente, nós convocaremos a titular para que ela possa prestar as informações necessárias. Nesse caso, eu queria agradecer a sua participação, Anderson, aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito de Obras Inacabadas.

O SR. ANDERSON FREITAS DE CERQUEIRA – Então, a Gerência certamente que se dispõe, a Gerência do Patrimônio certamente estará disponível para atender às solicitações posteriores da Comissão. E eu tenho certeza de que a nossa titular estará pronta para prestar, na medida do possível, todos os esclarecimentos do que ela tem conhecimento sobre a realidade do patrimônio da União na Bahia. Como eu falei, ela tem um conhecimento de causa muito maior e acima do meu, até pelo tempo de experiência dela. Como eu falei, são mais de dez anos de titularidade na Gerência e mais outros tantos ainda nesse órgão,



trabalhando nesse órgão. De maneira que nós ficamos aqui à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu ia entregar a V.Sa., Anderson, este questionário. Você pode entregar à Dra. Jane...

O SR. ANDERSON FREITAS DE CERQUEIRA – Certamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) -... para que ela possa responder no prazo de quinze dias, a contar depois que ela voltar de férias.

O SR. ANDERSON FREITAS DE CERQUEIRA – Certamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Muito obrigado. Bom, continuando a nossa reunião, gostaria de chamar o Sr. João Sílvio Cerqueira Monteiro, Chefe do 5º Distrito Rodoviário Federal do DNER da Bahia. *(Pausa.)* Queria passar a palavra, então, ao Seu João Sílvio Cerqueira Monteiro, Chefe do 5º Distrito Rodoviário Federal. V.Sa. tem dez minutos para as exposições iniciais.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, senhores da assistência, Deputados presentes, inicialmente, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a oportunidade que o DNER na Bahia tem, rara, raríssima, eu acredito, eu que sou da Casa nunca vi uma oportunidade tão rara ser dada a um dirigente do órgão na Bahia para que ele possa trazer esclarecimentos e trazer subsídios a um trabalho que se faz em nível nacional, Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um relato rapidíssimo, uma vez que eu noto que todos estão cansados, a respeito da malha federal na Bahia. Nós temos 4.500 quilômetros de rodovias federais pavimentados. Temos 8.300 quilômetros de rodovias federais ao todo, dos quais 1.300 não são pavimentados e alguma coisa são rodovias planejadas. Algumas rodovias importantes foram citadas aqui. Eu



começarei pelo técnico. Como eu sou técnico, a gente tende a seguir uma seqüência. Eu começaria pela BR-135, que é uma rodovia importantíssima no Estado da Bahia, uma rodovia pioneira, estratégica, e que, quando concluída, deverá ligar o Planalto Central do Brasil ao Nordeste, incrementando uma produção muito grande de soja, trazendo para os portos de escoamento uma nova produção, uma nova fronteira agrícola de grãos daquela região. Em seguida, eu viria pela BR-242, logo a seguir, que é uma rodovia também de importância muito grande, que liga a Capital Federal da República ao Estado da Bahia, a Salvador. Essa rodovia tem também, além da conotação de um grande eixo rodoviário, a conotação do componente turístico, porque ela atravessa a nossa Chapada Diamantina. Viria pela BR-116, que é a famosíssima Rio/Bahia, a antiga Rio/Bahia, que foi inaugurada, provavelmente, eu não era nascido ainda, Sr. Presidente. A 116, ela detém, na Bahia, 955 quilômetros de extensão, só na Bahia. Uma rodovia que não está incluída em nenhum plano de recuperação por parte do Governo Federal. Eu, mais tarde, vou esclarecer esse assunto. Sr. Presidente, daí em diante nós teríamos a BR-101, uma rodovia litorânea muito bem construída, que eu costumo dizer o seguinte: foi construída na época do bigode, na época em que o sujeito sabia fazer estrada. A BR-101, a despeito de atravessar uma região difícilíssima de transposição por uma rodovia, mantém-se, apesar de oito mil caminhões/dia em alguns segmentos, servindo ao Brasil de Norte a Sul pelo litoral, com um componente também importantíssimo na área turística. Viria, Sr. Presidente, chegando a Salvador, à Salvador/Feira de Santana. A Salvador/Feira de Santana, neste ano e pouco de gestão, como gestor das coisas do DNER na Bahia, tive oportunidade de concluir um PER, um programa de trabalho em convênio com o Governo do Estado



da Bahia, com o DER e com a Secretaria de Transportes, num trabalho afinado, em que nós definimos um plano de trabalho para a concessão da rodovia. Para que os senhores tenham idéia, a Salvador/Feira tem picos de tráfego diário de cinquenta e cinco mil veículos. Uma rodovia que tem esse volume de tráfego merece um tratamento diferenciado. É um importante portão de entrada do interior para a Capital. Sr. Presidente, eu teria outras rodovias a enumerar, e me coloco à disposição, para ser mais breve. Como sei que há um segundo item na pauta a respeito dos imóveis patrimoniais do Governo Federal, o DNER é um órgão que detém uma série de imóveis na Bahia. O DNER opera com o que se chama de parque operacional. São unidades residenciais no interior. E na Bahia nós temos oito, Sr. Presidente, em funcionamento precário. Por quê? De um órgão que tinha 300 funcionários por unidade, em cada unidade, hoje é um órgão que tem três funcionários — aí, Sr. Presidente, incluindo um engenheiro-chefe da residência —, para um órgão que tinha antigamente cinquenta e cinco engenheiros na sede aqui em Salvador, hoje tem, Sr. Presidente, seis engenheiros. Isso para administrarmos sessenta e quatro contratos da mais variada gama, desde projeto até implantação e pavimentação. Sr. Presidente, estou à disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Queria agradecer as exposições iniciais do Sr. João Sílvio Cerqueira Monteiro e passar a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Dr. João Sílvio, deixa eu fazer uma pergunta primeiro: o senhor é funcionário de carreira do DNER?

O SR. JOÃO SÍLVIO DE CERQUEIRA MONTEIRO – Sou funcionário. Passei vinte e dois anos no campo, Sr. Presidente, como residente do DNER.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Eu gostaria de uma informação do senhor mais completa sobre a BR-116. Mas, antes disso, eu gostaria de fazer uma pergunta: as obras que são delegadas ao Governo do Estado, delegadas assim, convênios com o Governo do Estado, o senhor tem relação delas todas?

O SR. JOÃO SÍLVIO DE CERQUEIRA MONTEIRO – Tenho, Sr. Presidente. Nós temos dois convênios com o Governo do Estado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Tem hora que eu assumo a Presidência, mas o Presidente é o Dr. Damião.

O SR. JOÃO SÍLVIO DE CERQUEIRA MONTEIRO – Nós temos dois convênios com o Governo do Estado. O convênio para a construção e implantação da BR-116, que é o chamado Convênio Euclides da Cunha/Ibó, e posso, se a Comissão me permite, já tecer, adiantar alguns comentários de como se encontram os convênios. Esse convênio iniciou-se em Tucano e hoje avança sertão adentro numa região, atravessando Canudos, que é uma região, um sítio arqueológico, histórico da maior valia para o Estado da Bahia. Nós estamos hoje com a obra a quarenta quilômetros da divisa com Pernambuco. Resta-nos concluir, em termos de terraplenagem, quarenta quilômetros de obra. Isso é o que ficará para que façamos, no ano que vem, a conclusão da BR-116 na Bahia. Aí estará incluída uma ponte no Rio São Francisco, com 315 metros de extensão; uma ponte no Riacho da Várzea, com 150 metros de extensão; e mais dez ou doze pontilhões entre vinte, trinta, quarenta, cinqüenta metros. Os recursos necessários para que a gente chegue a quarenta quilômetros, ou seja, para que a gente entre em Chorrochó, que é uma comunidade lá no sertão da Bahia, eles estão hoje destinados e a obra está a todo vapor.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Nesse trecho do Estado da Bahia em que estão faltando os quarenta quilômetros, está faltando licitação, já está todo licitado?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Faz parte do convênio, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – A ponte, também, do Rio São Francisco?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Também. A ponte, ela tem um projeto que está em análise pelo DNER, e deverá ser aprovada ainda este ano e no ano que vem ela estará incorporada à obra para sua consecução.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Essa obra tem questionamento do TCU? Auditoria do TCU desse ano?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Sr. Deputado, teve no ano de 90 e... estamos em 2001, no ano de 99. Ela passou o ano de 2000 paralisada. Paralisada. Mas é uma das obras que o TCU hoje considera como fora de questão, me faltou o termo jurídico aqui, o TCU inclusive passou uma relação dizendo que ela está liberada para execução, já há algum tempo, desde o início do ano de 2001.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas ela ficou paralisada em 2000 por falta de recursos?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não, em 2000 o Orçamento da União tinha recursos, eles não foram liberados, me parece, por uma questão do TCU.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas já foi sanada.



O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Já foi sanada, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Foi sanada, cumprida, as empresas cumpriram?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Tudo arrumadinho, a obra hoje é um exemplo de como se faz uma obra no Estado da Bahia.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Esse ano, com os recursos que tem na obra, é suficiente já para terminar as obras dos quarenta quilômetros ou precisa de mais recursos?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não, não. Para que nós executemos os quarenta quilômetros no ano que vem, serão necessários mais recursos. Incluindo aí as duas pontes principais, a do Rio São Francisco, a do Riacho da Várzea e alguns pontilhões, oito, nove, dez, algo assim, com a extensão de trinta, vinte, quarenta, cinqüenta metros.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – É CBOQ(?) ou tratamento simples?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO - Não, não, é tratamento superficial duplo.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Deixa eu fazer uma pergunta para o senhor: aí a 116 fica completa no Estado da Bahia?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Ficar completa.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – De fora a fora.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Fora a fora, no Brasil.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas o trecho que está faltando fica completo.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Completinho.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – A ponte do Rio São Francisco está faltando licitação?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não, não. A ponte do Rio São Francisco faz parte do objeto do convênio.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – A licitação que está faltando, o senhor falou que está em análise no DNER...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não, não, o projeto é que está em análise, porque para que o projeto seja aprovado, para que ele se transforme em obra é necessário que agentes do DNER façam uma análise das condições técnicas do projeto.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – A 116, Euclides da Cunha a Ibó, então está em obra, está sendo cumprido, foi sanado o problema do TCU em 2000; em 2001 o TCU liberou ela...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Está liberado desde o início do ano.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Está correndo tudo bem, faltando somente colocar dinheiro no Orçamento do ano que vem para completar a 116.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – É necessário, e nesse sentido a bancada da Bahia tem feito uma luta muito forte.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Aí completa a 116.



O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Completa.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Deixa eu fazer uma pergunta para o senhor: há mais outra obra delegada sem ser essa?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Tem, sim. Tem a construção da ponte sobre o Rio São Francisco entre Carinhanha e Malhada. É uma ponte com 1.182 metros de extensão e o projeto da ponte, a obra em si vai custar 26 milhões. Existem recursos no Orçamento da União, neste ano de 2001, recursos iniciais de 10 milhões de reais, incluindo Fonte100, Fonte 250, etc.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Qual é a ponte que o senhor falou?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Carinhanha e a Malhada.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – É a BR-030?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO - BR-030.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Não iniciou?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não iniciou. Houve assinatura do convênio e foi feito um serviço inicial de batimetria. Batimetria é a medida da lâmina d'água com... seria o levantamento do relevo do leito do rio. Mas obra em si, obra física, não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Estão paralisadas por falta de início.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO - Falta de início.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Falta de dinheiro para ser liberado o início.



O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Exatamente, falta de limite orçamentário.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – A consultoria já foi aprovada?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Tudo, tudo, tudo arrumadinho.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Então está faltando somente...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Somente recursos para a gente tocar uma obra de importância fundamental para o Estado da Bahia.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Então não é uma obra paralisada, está faltando recurso para iniciar.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não, não, falta recurso.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – É bem importante isso, a BR-030, a construção da ponte Malhada...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Exatamente, Malhada, Carinhanha.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Isso.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Mil cento e oitenta metros de extensão.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Bom, a BR-101.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – A BR-101, na Bahia, tem 972 quilômetros de extensão. Divisa do Espírito Santo, a divisa com Sergipe. Ela foi restaurada no ano de 2000 em 200 quilômetros, entre a divisa de Sergipe e próximo à cidade de Gandu. Esses recursos são oriundos do empréstimo internacional com os bancos BID e BIRD que nos permitiu fazer essa restauração.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E já está feita a restauração?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Já está concluída. Nós estamos...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Adequação de trecho dela tudo foi concluído?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não, não. Só restauração nessa parte inicial, entre Sergipe e Gandu.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E o restante?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – O restante nós já licitamos mais dois lotes, com financiamento de banco, e temos mais quatro lotes com projetos aprovados que deveremos licitar ainda este ano. De modo que a BR-101 deverá estar restaurada entre a divisa de Sergipe até a cidade... na verdade, até o entroncamento de uma BR que liga a reserva, quem conhece, de Monte Pascoal.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Uma outra pergunta. Outras obras delegadas, não? Só essa que o senhor falou?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não. Não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Bom, a 101 então está faltando isso. As obras que foram licitadas para restauração já foi cumprido e encerrado?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Tem obra em andamento ainda.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Tem obra em andamento ainda? Não está paralisado?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não. Não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Tem recurso suficiente?



O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Tem recurso. Não só o recurso oriundo dos bancos internacionais, como a própria contrapartida do Governo Federal. Existe tudo.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Esse ano, para adequação de trecho, quantos milhões foram destinados ao DNER da Bahia?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Adequação de trechos rodoviários?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Isso.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Sr. Deputado, nós temos 100 mil reais para um projeto em Juazeiro, isso no Orçamento da União, e me parece que mais nada.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E para recuperação, restauração?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Restauração nós temos 35 milhões de reais hoje no Estado da Bahia, dos quais 27 milhões é fonte internacional BIRD, BID e 7 milhões do Tesouro Nacional.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Está sendo liberado correndo...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Tudo dentro dos conformes.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Então os trechos que tem estão em obras, e está sendo cumprido.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Está sendo cumprido.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Essa 101, para poder completar toda restauração dela, faltando quantos quilômetros?



O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Deverá ficar faltando cerca de 200 quilômetros até a fronteira com o Espírito Santo.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – A BR-135?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – A BR-135 nasce na Bahia, na divisa com Piauí, quilômetro zero, na divisa com o Piauí. Até Formosa do Rio Preto nós temos um contrato, o DNER tem um contrato que data de 1997, 98, mais precisamente, e que saiu recurso no Orçamento do ano passado, mas os recursos não foram liberados. De Formosa do Rio Preto até Barreiras, nós temos uma delegação de convênio que não é com a empresa, mas com o 4º BEC, aí é um convênio de cooperação. De modo que a 135 até Barreiras ela tem uma parte que é conveniada, ou seja, um convênio de cooperação com o 4º BEC, que é um convênio um pouco diferente daquele que nós temos com outros órgãos e entre o quilômetro zero e o quilômetro 44.7, na cidade mais precisamente de Formosa do Rio Preto, temos um contrato de 97, que não foi acionado por falta de recurso. Entre a cidade de São Desidério e Correntina, nós temos 135 quilômetros de projetos executados na prateleira, praticamente prontinho, aguardando recurso, se Deus quiser, no Orçamento da União do ano que vem, para iniciarmos a obra.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Executado, só o projeto.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Só o projeto.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas para a obra iniciada não.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não. Não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – A 235?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – A 235, na Bahia, ela inicia na divisa de Sergipe, numa cidade chamada Carira, estende-se até a divisa com o



Piauí. Mas o trecho mais importante dela, seguramente acaba em Juazeiro. São 361 quilômetros, nós temos projeto entre uma cidade, a cidade de Canudos, um povoado chamado Canché até Juazeiro. Estou com três lotes de projeto prontos, no final do ano, aguardando recurso para iniciarmos as obras no ano que vem.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Projeto...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Projeto elaborado...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - ... aprovado tudo.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO. – Não, não temos aprovado.

Ele estará aprovado no final do ano. O projeto está pronto, mas não está aprovado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E já tem dinheiro reservado para o ano que vem?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – O Executivo fez a proposta.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Fez a proposta?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Fez a proposta.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Bom, a 418.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – A 418 foi uma obra de restauração, está concluída.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Toda pronta?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não. Ela está concluída entre a divisa de Minas, próximo a Nanuque, até a BR-101, Posto da Mata, que são 39 quilômetros de extensão. Daí, de Posto da Mata até Caravelas, é um trecho não implantado. Eu não posso fazer a obra porque não tenho recursos orçamentários, mas licitei um projeto que pode ser contratado, se eu arrumar recursos.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Bom, vamos responder, a 418.

Então, tem um projeto de restauração...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Foi concluído.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Concluído. Quantos quilômetros?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Trinta e nove.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E tem um que não foi implantado.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não foi implantado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – A Rodovia não foi implantada ainda.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não foi implantada, 80 quilômetros.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Terra?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Terra.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Tá. Já foi feita a licitação do projeto, concluído o projeto?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não. O projeto não foi contratado por falta de recurso.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Não, pra fazer o projeto básico.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Isso. Eu licitei o projeto. Não contratei por falta de recurso.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Esse projeto?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Esse projeto.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Para elaborar o projeto?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Exatamente.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Tá. Então não foi requerido o RIMA, nada, o restante?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não, não, não, porque isso faz parte do corpo do projeto.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Então o projeto está parado?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – O projeto não foi iniciado, porque o contrato não foi assinado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Por falta de recurso?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Foi só licitado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Que é para poder fazer o projeto para depois licitar a obra.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Isso, isso. O Executivo também fez proposta de recurso para que isso saia no Orçamento do ano que vem.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – A 242.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – A 242 está incluída num programa chamado CREMA. Eu consegui incluir isso na rodovia do CREMA porque vejo que o CREMA é a salvação das nossas rodovias. Primeiro, porque a gente vai usar recursos assegurados de uma forma precisa, com tecnologia, recursos com monitoramento de organismos internacionais, inclusive, que são os próprios bancos. No nosso caso aqui, o nosso CREMA é monitorado pelo BID. Essa é a grande notícia da 242. Isso, eu acredito que, daqui a um ano, nós estaremos com o CREMA a todo vapor.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Tá. A 110.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – A BR-110, eu tenho sete lotes de projetos aprovados em Brasília. Esses projetos deverão ser licitados ainda este ano para execução das obras entre a Salvador-Feira e Paulo Afonso. São 408 quilômetros de projetos que eu tenho prontos e com licitação de obras em andamento.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Com licitação de obras...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – ... em andamento em Brasília.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Tá. A 324.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – A 324, ela se desenvolve em dois pedaços significativos: Salvador-Feira, que eu acho que a gente deveria incluir... a minha preocupação é a concessão ao Governo do Estado da Bahia, para que a gente possa privatizá-la e tornar a 324, até por sua condição de atraente para o empresariado, com 55 mil veículos por dia... eu que tenho feito visitas sistemáticas à Nova Ponte, à Dutra etc., a gente começa a perceber que quando a iniciativa privada, guardadas as proporções do pedágio com uma certa lucidez, a iniciativa privada tem tido sucesso, pelo menos na manutenção da malha. O trecho compreendido da 324, entre Capim Grosso e Feira de Santana, esse segmento carece de recurso para restauração.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Está paralisado, então? Não tem restauração?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não tem...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Ou foi feito...



O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não, foi feita uma restauração há cerca de 2, 3, 4 anos atrás, mas a obra extinguiu-se porque não havia mais recurso.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E esse processo de passar para o Estado, (*ininteligível*) Feira de Santana a Salvador, esse processo já foi encaminhado para o Ministério, foi feita consulta?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Já, isso tem sido...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Como que está esse processo?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Hoje eu não sei informar o senhor, mas as últimas... os últimos encontros, as últimas reuniões que nós tivemos, a coisa estava paralisada.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – O senhor tem balança no pedágio, posto de balança?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não, não. Para lhe informar, só existe uma balança em funcionamento no Brasil, no Paraná.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Não, não está. Eu estive lá.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Já está paralisada.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas não foi construído aquele sistema de balança aqui e abandonado?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Foi, sim, foi, foi.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Então, quantos têm abandonados?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – São dois.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Duas só?



O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Dois.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Os postos estão abandonados?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Estão. Os postos estão totalmente abandonados. Não foram implantados os equipamentos, mas a estrutura civil, as obras de construção civil estão abandonadas.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E esse equipamento não teve... chegou a chegar comprar ou ficou em São Paulo, no depósito, ainda?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Sr. Deputado, eu não sei, porque isso não é da...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Bom, os dois prédios estão abandonados?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Estão abandonados.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Esses dois prédios, tem como passar para a Polícia Rodoviária Federal?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Tem, sim. Tem, sim.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – O senhor já teve uma negociação sobre isso?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Já tivemos, mas acontece que a PRF tem postos de Polícia logo próximos, inclusive essa foi uma forma de instalação de balança na Bahia muito próximo dos postos de Polícia Rodoviária Federal, o que inviabilizou até talvez uma utilização.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Alguns Estados...deixa eu fazer essa consulta para o senhor, dando uma idéia. Alguns Estados, até a Secretaria de



Finanças, que eu não sei como chama, Fazenda, tem usado esses postos de balança.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – A Receita Estadual.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – A Receita Estadual. Aqui a Receita não tem interesse nesses postos?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Por incrível que pareça, nós temos também postos da Receita Federal vizinhos às balanças.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – O que que o DNER, a Superintendência do DNER da Bahia está pensando sobre esses dois postos? Porque não tem vigia, estão abandonados .

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Exato. Na verdade, nós estamos tentando, dentro de um programa de revitalização das rodovias, revitalizar também o sistema de pesagem, porque nós entendemos — isso hoje é público, é notório para a sociedade — de que a carga por eixo está acabando com as nossas rodovias, principalmente com as rodovias que têm 30 anos de construídas. Eu estou tentando, dentro desse programa CREMA. Isso deverá ser revitalizado no CREMA.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Você tem algum viaduto abandonado, parado, falta de recurso?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Nenhum viaduto?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Nenhum contorno que o senhor está dirigindo?



O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não. Eu estou executando obras no contorno de Vitória da Conquista, mas as obras estão em andamento.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Está correndo tudo bem, não está parado?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não está tudo bem porque a gente vai precisar de recursos até o final do ano, mas, por enquanto, a obra está sendo tocada.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Não tem paralisação?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Paralisação, não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Nenhum viaduto?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Viaduto em construção, não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – E paralisado?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Também não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Ao longo do tempo, sem ser do senhor?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não é do meu conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – As residências do DNER que tão sendo desativadas, o que está sendo feito com elas?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – O DNER, os senhores estão sabendo que o DNER hoje muito provavelmente já mudou de nome.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Agência...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não, DNIT.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas vai pertencer a uma agência.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Agência, exatamente. Nós temos oito residências na Bahia, e deveremos fazer um enxugamento, porque o DNIT, que é o órgão que sucederá o DNER nos investimentos, na administração da malha federal... nós deveremos fazer um enxugamento nas residências, retirando algumas, incorporando outras, tá certo? São oito, oito áreas no interior da Bahia que estão subaproveitadas. Como eu falei para os senhores, quando eu era residente na cidade de Euclides da Cunha, a residência da qual eu trabalhava tinha trezentos funcionários. Hoje tem três, aí incluindo um engenheiro. Então, é um mundo. Um mundo de área que está totalmente incompatível com a modernidade que um órgão que cuida de uma coisa tão séria tem que ter.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então, esses patrimônios vão ser passados para os Municípios? Tem algum Município interessado?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO - Eu gostaria de dar um exemplo. Eu, quando entrei na chefia do distrito do DNER, na Bahia, propus uma ação junto ao Ministério do Exército. Isso chegou a ser elaborado um termo de cessão de uso. Mas, infelizmente, só para um caso, o caso de Euclides da Cunha, o termo de cessão de uso, prontinho, o Comando da VI Região Militar do Exército foi mudado. O novo comandante me disse que não tinha interesse em levar o Tiro de Guerra pra Euclides da Cunha. Eu não pude passar aquela área para o Exército, que era uma utilização social da maior validade. E, assim, tenho feito. Atualmente, nós estamos passando uma parte da área de Itabuna para a Prefeitura Municipal. Provavelmente, passaremos uma parte da área de Vitória da Conquista para a



Prefeitura Municipal. Eu estou estimulando esse tipo de coisa. Eu tenho uma área em Paulo Afonso que o Prefeito de Paulo Afonso me disse que não queria nem que eu desse para ele. São 48 casas, 48 unidades, com um parque operacional.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Com usina e tudo?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO - Não. Isso já está abandonado, em termos de operação, há muito tempo. Paralisado, não há operação lá.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dr. João, o senhor fez um relatório sobre isso, as relações de patrimônio?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO - Não, Sr. Presidente, eu estava viajando — desculpe-me —, mas posso fazer. Creio que estou recebendo, também, um questionário.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sim, mas eu gostaria, Dr. João — e pedir ao Sr. Presidente —, de ter uma informação de todas essas obras, de todas as rodovias federais da Bahia, para que eu possa ter um conhecimento de todas elas. As que tão paralisadas, tão em convênio, que tão faltando recursos para orçamento, para projeto, e outros tipos de orçamento para construção.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO - Isso. Eu vou tomar a liberdade de incorporar ao formulário, anexar um relato por área, por projeto, por tipo de obra, etc., em todas as rodovias.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Eu agradeço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Gostaria que o nobre Deputado Norberto Teixeira fizesse as solicitações por escrito, para eu dar



encaminhamento as suas reivindicações. Com a palavra o Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – O Dr. Sílvio, eu conheço de longas datas, porque ele teve há algum tempo na cidade de Euclides da Cunha, era residente lá. Tecnicamente, acho que é uma das pessoas mais preparadas para exercer a Superintendência do DNER, o finado DNER, na Bahia. Agora, será Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes. Mas eu gostaria de colocar algumas preocupações e ouvir o Dr. Sílvio, com o seu balizamento, com a sua experiência, com a sua vivência de 22 anos no interior, da condução de determinadas obras do Departamento, e se, realmente, nós vamos buscar uma alternativa que seja mais satisfatória, porque, com essa questão da desativação das residências, praticamente o órgão fica sem uma estrutura de capilaridade, com perspectiva de capilaridade nos lugares aonde estão as rodovias, e para se dar a devida assistência. Não adianta — e aqui isso é bater na mesma tecla — fazer a obra e, na verdade, não se ter a manutenção. Porque um dia vai chegar com que aquela obra perecerá. Então, vai voltar à estaca zero. Eu gostaria de saber do Dr. Sílvio o que ele poderia dar de contribuição ao novo órgão que vai ser estruturado, sob o ponto de vista de manutenção da malha rodoviária federal. Eu participei da Comissão Especial que apreciou o projeto da criação da Agência de Transportes. E, acoplada à Agência de Transportes, a questão do novo departamento. E fui contra. Inclusive, apresentei emenda ao projeto. Fui contra. Achava que não deveria ter um órgão federal voltado para rodovias. Porque, com o seu enxugamento, cada vez mais ele sendo esvaziado, ele não teria competência de cuidar de uma malha rodoviária federal. Deveria ser delegado aos Estados, aos Municípios, dependendo



de cada competência, para fazê-lo, não só a execução, mas a manutenção. E a União só aportaria os recursos para aquela malha que tinha caráter nacional. O Estado ficaria com a de caráter estadual e o Município, por conseguinte, com o caráter municipal. Mas fui voto vencido e surgiu o novo departamento. Então, eu gostaria de saber do Dr. Sílvio, com a sua experiência, o que ele pensa em termos de manutenção dessas obras, tendo em vista todo esse quadro desfavorável de esvaziamento do DNER e, possivelmente, do novo departamento?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Deputado Eujácio, a questão é preocupante. Eu conheço o seu trabalho, conheço o seu pensamento de longas datas. Conversamos sobre isso várias vezes. A questão é preocupante. Veja bem, eu vou repetir: quando eu entrei no DNER, construindo, aqui, a Salvador/Feira, o DNER era uma potência. Hoje, os senhores estão diante de um gestor, de um dirigente que está dirigindo, deixem-me ser redundante, um doente terminal. Em 1988, final da década de 80, 90, por aí, o Imposto Único caiu e as rodovias começaram a ficar à míngua. Depois disso, os recursos começaram a rarear. Nós buscamos a alternativa de requisitar recursos externos no BIRD em mais um ou dois bancos internacionais. Mas, para isso, a gente teve que adequar-se a uma realidade extra no nosso País, porque o recurso internacional vem, mas ele vem com o monitoramento da malha muito mais complexo do que o que nós imaginamos. Ou seja, é a cultura americana, é a cultura do monitoramento de uma rodovia nos trazendo recursos para quem não tem cultura de monitorar uma rodovia. O programa que eu falei para os senhores, chamado CREMA, que é um programa de restauração e manutenção, ele é financiado externamente. Mas, por que o Banco, por que o BID... o que é que o BID exige para que esse programa dê resultado? Eu



conheço ele, na Argentina, com resultados espetaculares. Olha, nós vamos ter que fazer o seguinte: a rodovia foi construída hoje? Foi. A partir de amanhã, ela tem que ser monitorada. Nós não temos essa cultura. O que é o monitoramento da rodovia, a partir de amanhã? É a gente começar a medir parâmetros que visem à deterioração da rodovia. Como, por exemplo, excesso de carga. Nós não temos balança. Em todos os programas do BID, do Banco, nós temos que colocar balança. E, por aí vai. Então, o que eu diria é o seguinte, resumindo: é que, de agora em diante, ou a gente faz tecnologia, ou a gente otimiza recursos, ou a gente minimiza o desperdício, ou o sistema rodoviário vai entrar em falência daqui a alguns anos. Recurso só não resolve, tem que ter competência pra geri-lo. E pra que o órgão tenha competência é preciso que ele esteja aparelhado. Essa é a questão mais grave.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Eu estou satisfeito. E, realmente, corroboro com todas as colocações. Eu acho que isso tem que, na verdade, fazer parte das preocupações desta comissão, porque é uma forma de a gente buscar, alvejar uma coisa, lá na frente. E não adianta só mudar a estrutura, mudar os nomes, sem ter a estrutura. Então, eu acho que deve ser registrado isso, para fazer parte das sugestões da própria Comissão, com relação a esse órgão de infraestrutura de transporte que está recém-criado, e vai ser implantado, para que se busque mecanismos e formas de atender às verdadeiras demandas. Eu estou satisfeito.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado) – Pela ordem, Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Eu gostaria de fazer mais uma pergunta ao Dr. Sílvio. É uma consulta. Eu até conversei com o Ministro sobre isso,



com o Diretor do DNER e com o pessoal do TCU. Aqui, não sei se está correndo isso, não quero julgar a Bahia, mas você, que é um funcionário de carreira do DNER, todas as obras delegadas, a supervisão não é do DNER. A supervisão é do Estado. O DNER não tem supervisão.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO - Tem. Nas minhas, nas nossas, aqui na Bahia, temos. Inclusive, com acompanhamento. Eu tenho um engenheiro dentro da obra, da qual o DER é nosso parceiro, o Governo do Estado da Bahia...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Não, não. Tudo bem. O senhor tem engenheiro de supervisão, de fiscalização...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Isso.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – De fiscalização.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Isso.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas consultoria da obra, não.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não. Consultoria, não; consultoria, não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – É isso o que está ocorrendo: quase todos os superintendentes do DNER estão sendo multados pelo TCU...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Porque não tem consultoria?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – ...por não ter consultoria e por ter.. Ele que autoriza o pagamento: a fatura passa via ele, ele determina, encaminha para Brasília pra receber pagamento. E ele é responsável. Então, estão sendo multados. Inclusive, a semana passada, são quinze multas que estão saindo sobre



isso. Multados e advertidos. Então, gostaria que o senhor até nos ajudasse, até fiz um apelo pra que pudéssemos resolver esse problema. Goiás foi multado, Santa Catarina foi multado, Rio Grande do Sul foi multado — o depoimento dele de terça-feira está com diversas multas. Por que? Porque a consultoria é da empresa, a maioria é daquela obra do Governo do Estado, se delegou pro batalhão, se delegou também pro Exército também — não é só pro Estado, o Exército também. Acaba o DNER sendo o órgão repassador e o órgão responsável pela rodovia, e em cima do patrimônio do DNER, a rodovia, não tem na fiscalização. Então, gostaria de deixar um alerta sobre isso...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Obrigado. Vou começar a pensar nisso amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Dr. Sílvio, antes de encerrar sua participação, gostaria de fazer só umas perguntas rápidas a V.Sa.. A recuperação das estradas aqui, no Estado da Bahia?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – É, nós temos vários programas, né? Temos o programa de recuperação com recursos internacionais, especificamente na BR-101, que é essa que eu falei para o senhor. Nós recuperamos, no ano passado, cerca de 200 quilômetros de rodovia através desse programa. Temos o programa de recuperação com recursos OGU, com uma verba de 7 milhões — isso pra 4 mil e 500 quilômetros de rodovia. Temos o programa de conservação, que é um programa de tapa-buracos, né? Na verdade, nós estamos trabalhando hoje mais na fase de planejamento de programas, que, quando nós assumimos o cargo, nós não encontramos os programas estabelecidos. E pra que o senhor tenha idéia, pra que a gente obtenha recurso, seja ele OGU, de banco ou de



qualquer outra fonte, é preciso mostrar competência, é preciso mostrar os projetos. Não existe mais aquela possibilidade hoje de se alocar recursos sem os projetos adequados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Mas me diga uma coisa: há uma reclamação, inclusive na Comissão de Viação e Transportes da Câmara Federal, em relação à questão do Governo Federal, ao repasse dos recursos para a recuperação da malha rodoviária. E eu, quando estive aqui, hoje, na Bahia, encontrei também essa reclamação. Inclusive a própria recuperação das estradas daqui do Estado, tem umas que estão com problemas gravíssimos em relação a esse repasse desses recursos federais. E... eu gostaria... Pelas informações que o senhor está me transparecendo, esse problema da recuperação daqui está indo bem.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Olha, os programas que estão sendo desenvolvidos, eles estão indo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Agora as estradas?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – As estradas, exatamente. Quando eu falei o programa, eu falei das estradas. Eu não tenho em andamento é programa recuperando 4 mil e 500 quilômetros de rodovia. Contratado, em recuperação propriamente dita, tem muito pouca coisa. Eu só tenho 365 quilômetros na BR-101.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Então, quer dizer que as estradas, nesse processo de recuperação, não estão muito bem, não?



O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Nós não estamos recuperando a malha porque não há recurso pra isso. Eu não tenho como recuperar essa malha toda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Hoje a informação que recebi do Governador, essa rodovia que faz a passagem aqui, basicamente pela Bahia, que vem de lá da Paraíba e de Pernambuco, é a... 116? Não, era outra...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – A 324. Ela está com dificuldade muito grande.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Eu não tenho contrato de restauração dessa rodovia. Eu tenho contrato de manutenção. O que é um contrato de manutenção? É um contrato de tapa-buraco. São valores muito abaixo do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Mas a estrada está passível de...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Essa está razoável, a 324. Eu tenho piores.

(Intervenção inaudível.)

(Não identificado) – Não, é a 324. É a 324.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Deve ser a 407.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – É, é essa daí mesmo. É essa daí mesmo.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – A 407?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – A 407, 324.



O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – A 407, entre Juazeiro e Capim Grosso. Eu não tenho sequer contrato de manutenção lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Mas é da sua esfera essa aí?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – É, com certeza; é federal. Nós licitamos um contrato de conservação e deveremos, dentro de vinte ou trinta dias, iniciar o serviço de tapa-buracos. Porque são dois serviços distintos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Para poder levar a impressão, porque... Senão dá impressão de que as estradas aqui estão uma maravilha...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não; não estão, não. Não estão, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Fica complicado...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Eu quero assegurar para o senhor que não estão boas. Não estão boas. Vou lhe dar um número. Eu tenho 4 mil e 500 quilômetros de rodovias. A cada ano... Ou melhor, eu tenho 4 mil e 500 quilômetros de rodovias. Desse montante, 2 mil estão em péssimo estado. Como eu não consigo recuperar uma extensão que minimize esse número, esse número tende a crescer. Aí passa pela liberação de recursos, que eu não estou tendo liberação de recursos suficiente para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Diga-me qual é o problema... A rodovia que sai do entroncamento principal de Salvador, ela é federalizada?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Salvador/Feira.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Até Feira.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Qual o problema de estadualizar e privatizar essa..., a privatização dessa estrada?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Eu tenho a impressão, Sr. Presidente, que é uma gestão política; uma gestão política. Porque os parâmetros técnicos todos nós concluímos. Todos concluídos. Foi um PER...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – E foi solicitado

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Foi, tudo solicitado. Questão política, Sr. Presidente, que, infelizmente, essa... Eu não tenho mais assim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Tecnicamente, o senhor acha que essa (*ininteligível*)...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Muito viável; muito viável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Privatizar.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Com certeza. Cinquenta e cinco mil veículos por dia, em alguns picos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Mudando só um pouquinho aqui a esfera, Dr. Sílvio, o DNER, em algumas rodovias, em algumas obras aqui, na Federação, fez alguns pagamentos adiantados em alguns depoimentos dentro da nossa Comissão. No DNER daqui, da Bahia, chega a ter esse procedimento?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não, aqui, não. Não é do meu conhecimento. Não é do meu conhecimento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Só paga depois de ter verificado...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Deputado, a gente paga atrasado.

(Intervenção inaudível.)

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – A gente paga atrasado. Os recursos, eles nunca são liberados na medida em que se precisa. Quando vai se pagar um serviço, ele foi executado há seis meses atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – É, mas em alguns lugares aqui no Brasil eles chegam às vezes a pagar adiantado.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – A Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Aqui, não?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Aqui, não. Graças a Deus, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Bom, em alguns lugares, também, o DNER fecha os olhos em relação ao recolhimento do ISS. Eles colocam de qualquer maneira na despesa inicial, que dá em torno de 7%, mas, em alguns Municípios, esse ISS não é recolhido. E eu queria saber se o senhor tem algum Município, aqui, e se o DNER informa ao órgão recolhedor, que deveria ser uma *(ininteligível.)* constitucional, se vocês informam pra que ele possa recolher...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Nunca recebi nenhuma queixa, Sr. Presidente. As faturas que nós pagamos, todas elas constam realmente 7%, mas nós nunca recebemos nenhuma queixa a esse respeito.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Nenhum Município reclamou a...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Até agora, na minha mão, não chegou absolutamente nada. Em ano e pouco que estou aí, não recebi nenhuma queixa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Mas chega... Tem lugares que chega a sete.

(Intervenção inaudível.)

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – É, 5%; 5%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Bom, eu, da minha parte, gostaria de agradecer a sua participação, e passo a palavra ao Deputado Luiz Moreira.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Muito obrigado, Presidente. Eu tive uma necessidade de sair ali, pra responder telefonicamente lá para Brasília. Dr. João Sílvio Cerqueira Monteiro, eu acho que o senhor tem uma visão muito boa desse seu trabalho, porque me pareceu que o senhor é um homem muito esperançoso de todo esse trabalho que o senhor tem feito.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO - Com certeza.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA - De todas as perguntas que foram realizadas sempre o senhor tem os projetos prontos, na prateleira, tudo levantado, mas, na verdade, o que é bom é que viesse a determinação para que nós pudéssemos realizar...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO - As obras.



O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA - E isso infelizmente não tem acontecido.

E a gente às vezes fica meio receoso. Mas de uma coisa a gente sai daqui, principalmente nós, baianos, de que o senhor está à frente... acho que é Distrito...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO - Distrito.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA - E que lá o senhor está com tudo calculado, tudo pronto.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO - Esperamos...

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA - Só depende que alguém aperte lá o **start** para que tudo possa ser realizado.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO - Esperando recursos.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA - Esse aí é que é o pior. Ele é pior, e eu não... Tinha muita vontade de fazer uma pergunta, mas é uma pergunta muito embaraçosa, porque nós temos uma convicção de que outros Estados estão sendo mais beneficiados do que o nosso. Nem quero que o senhor responda porque não quero comprometê-lo, absolutamente. Mas nós sabemos. E tem sido uma forma incisiva, pronunciamentos, gestões, para que as coisas fluíssem. Nós não estamos querendo algo mais do que ninguém, queríamos aquilo que nós temos direito que venha para nós. E eu fiquei muito impressionado porque sempre que as perguntas foram realizadas V.Sa. tinha sempre a resposta pronta de que estava tudo projetado. E eu, como ando viajando muito ali para a Chapada, gostaria de saber dessa restauração do CREMA, porque realmente está se fazendo um trabalho, só que é um trabalho de uma equipe que vai fazendo a restauração daqueles buracos — e que eu digo de passagem: já melhorou muito —, porque, hoje, quem vai pra ali, não vai pelo Paraguaçu, vai via Ipirá, Estadual, sai lá em Itaberaba, e aí começava o



sofrimento. Esse sofrimento melhorou até Boa Vista do Tupi, e outro dia, agora, já melhorou de novo, porque quando se ia chegar ali ao Amparo do Zuca a gente já entrava naquela buraqueira interminável. E eu cheguei a me indagar: mas será que só acabaram... Acabaram aqui? Bem, pelo menos agora a gente já passa o Amparo do Zuca, mas logo depois continua a agonia. E eu pergunto exatamente a V.Sa. isso. Quer dizer, V.Sa. teve o cuidado para que não faltasse recurso, não sei bem porquê, essa história do CREMA eu estou por fora, e se esse CREMA dá a garantia, como eu pude perceber que era, de que essa restauração da 242 se faria dentro de um ano, correto?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO - Sr. Deputado, nós estamos, na verdade, fazendo três frentes de trabalho com relação à 242. Eu tenho dito sempre que eu não consigo melhorar a 242, embora eu já tenha melhorado ela de Lençóis para lá, que era um caos, e ela já está razoável. Nós estamos efetivando ali, que o senhor conhece bem, aquele serviço de tapa-buraco. E o que eu estou fazendo lá hoje é um tapa-buracos.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA - É verdade.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO - Até janeiro de 2002 o senhor vai passar na rodovia sem buracos, sem buracos. A partir de janeiro de 2002 nós vamos entrar realmente com um programa mais definitivo que vai permitir o senhor, a qualquer época e em qualquer ocasião, trafegar com dignidade por aquela rodovia.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA - É uma boa notícia. Mesmo porque quem lá passa – e eu estou vendo aqui o Deputado José Carlos Araújo, sei que ele



passa por lá –, aquilo que foi consertado agora já está começando a abrir buraco de novo...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO - São trinta anos de rodovia sem...

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA - ... em cima daqueles buracos que ficaram uma maravilha agora já está voltando. Eu passei lá semana passada e eu já pude perceber que a gente já tem que ter esse cuidado. Então, eu perguntaria. Nesse contexto, tudo bem. Parece-me que nessa BR-116, para concluí-la, esses recursos para o término já estão garantidos ou vêm ainda no Orçamento sujeitos a cortes e coisa que o valha? Exatamente.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO - Virão no Orçamento do ano que vem.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA - Quer dizer, o Governo mandou no Orçamento?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO - Isso. O Executivo fez a proposta e nós estamos aguardando aí já, acho que agora em outubro, uma definição mais amiúde. Mas com certeza nós teremos recursos. É minha expectativa.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA - Bem, a outra coisa é o seguinte: V.Sa. falou dos próprios nacionais, dos Distritos que acabaram, foram diminuindo...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO - Isso, residências.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA - As residências. E eu pergunto: será que essas residências têm a mesma manutenção das estradas?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO – Não. Não. Não têm.



O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA - É melhor?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO - Não. Os prédios estão também, digamos assim, a exigir recursos para que eles sejam restaurados.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA - Bem, aí eu acho que a resposta já está mais do que explícita, cristalina, né? Se as estradas que nós andamos, elas estão nessa situação, a gente pode fazer idéia do que realmente vai acontecer. Quando V.Sa. fala do convênio com o 4º BEC, esse convênio é apenas só para execução da obra, que certamente é, porque o 4º BEC seria a espécie da construtora para que realizasse esse trabalho, mas o convênio é só nesse sentido...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO -... nesse sentido...

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA -... mas os recursos terão que vir para cumprimento desse convênio.

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA - Correto?

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA - Bem, eu peguei das obras que estão sendo auditadas pelo Tribunal de Contas da União lá na... no Tribunal de Contas da União, lá no TCU, e realmente estaria essa ponte — Carinhanha a Malhada — ... está no meio de obras auditadas, isto é, eu acho que essas obras... essa obra de lá, está junto à Secretaria de Controle Externo do TCU, aqui na Bahia, acho que fazendo avaliação dessa... fazendo auditoria, quer dizer, auditada está dentro desse processo como outras tantas que realmente eles estão aprofundando a realidade. Bem, eu acho que V.Sa. foi muito claro, dentro de toda a programação que tem, que tudo está pronto para execução, e, felizmente, ou infelizmente, nós



ainda não temos esses recursos. Eu, até, quando foi perguntado se aqui recebia, digamos assim, pagamentos antecipados, e V.Sa. respondeu muito bem, né, usou aí qualquer coisa dizendo que... como se dissesse assim: não, dentro daqui não tem acontecido isso. Eu só espero que Deus seja bondoso conosco e nos traga pelo menos uma igualdade de tratamento igual aos outros Estados. Nós estamos trabalhando, estamos gritando. Pode ser que algum dia nós sejamos ouvidos. Nós temos, e aqui eu vou fazer alguma coisa, eu acabei de falar, e vou repetir, que nós temos tentando junto ao Governo, está aí o Deputado Eujácio Simões, que nós saímos numa via... Via sacra, numa via sacra, em Ministérios, pedindo um tratamento para a Bahia de emendas, porque, na verdade, não importam os problemas que haja, o problema é que a nossa bancada vota com o Governo. Nós somos fiéis ao voto com o Governo, e queremos que o Governo também nos dê esse tratamento. E esperamos que isso aconteça. Eu quero lhe agradecer essa oportunidade dessa... desse retrato, digamos assim, otimista, sonhador, e que esse sonho seja uma realidade. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Só fazendo referência ao Deputado Luiz Moreira se a Bahia não está recebendo os recursos, que ela mereceria, eu só quero fazer uma referência a minha pequeninha e heróica Paraíba, coitada! Precisamos depois fazer... aqui, depois, um **check** para saber como é que está a situação de cada Estado, viu, Deputado?

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA - Eu acho que deveria, antes, fazer uma análise da situação atual da Bahia com a Paraíba. (*Risos.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra, e não havendo nada mais a perguntar, a palavra ao Deputado... ao Dr. Sílvio... considerações finais...

O SR. JOÃO SÍLVIO CERQUEIRA MONTEIRO - Sr. Presidente, gostaria de reiterar a minha satisfação em prestar esse depoimento, reiterando, também, a condição excepcional que me foi dada de mostrar, ainda que o retrato seja em preto e branco, Sr. Presidente, rápido, as dificuldades pelas quais nós passamos para administrar essa malha rodoviária. Mas eu confio na Bancada da Bahia. Agora imagino que com a aprovação do imposto, agora, no final de ano, nós tenhamos, seguramente, no ano que vem, mais recursos. Mas volto a frisar: mais recursos, com a condição da malha, talvez não seja só necessário; é preciso competência e é preciso encarar uma nova tecnologia. E quando eu cito isso eu digo que a gente vai ter que copiar o que se faz lá fora, porque lá está se fazendo muito bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Antes de encerrar eu queria entregar a V.Sa. um questionário, para que respondesse em 15 dias, para complementar, inclusive, as informações que V.Sa. acabou de nos relatar aqui e que vai servir para a conclusão do relatório final da nossa... da nossa Comissão.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Pela ordem, Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Eu gostaria, sobre essa ponte do Rio São Francisco, do trecho São Francisco, que o nobre Deputado falou que estava no TCU, está sendo auditada, está em andamento o processo, ela não foi, ainda, iniciada as obras. Mas agora existe uma norma no TCU, em todo o Brasil, em



todo o Brasil agora, um acompanhamento prévio de todos os contratos, acompanhamento prévio de todas obras. Então, todas obras iniciadas pelo Governo, sejam elas convênio, sejam não convênio, elas passam a entrar na lista de fiscalização permanente de todo o TCU, de todas obras do Brasil. Então, todas obras hoje, sendo paralisado o andamento, elas entram também no TCU como obras auditadas, porque vão ser acompanhamentos prévios, para não acontecer o que está aconteceu com os órgãos anteriores, porque o TCU já vinha multar as pessoas, já vinha multar os órgãos depois de já ter acontecido os problemas, igual esse problema lá da irrigação de Batateira. Esse convênio não tem nem jeito, é condenar todas as pessoas, mas está lá a obra abandonada, a população precisa achar o que vai ser feito com aquela obra. Não sabe o que vai ser feito, tem que ser feita alguma coisa, dar uma solução. Agora tem que punir os que foram responsáveis também por essa obra. Então, mas, vai punir, é difícil repor esse dinheiro. Está aí o Juiz Nicolau, não vai repor esse dinheiro nunca no fórum do TRT de São Paulo; mesmo que reponha, não dá. Então, o TCU agora pôs uma norma de todas as obras desse ano, a partir desse ano, todas as obras, sejam elas projeto, sejam elas, na hora em que licitar, que der uma entrada no TCU já também para registrar o contrato já entra em fiscalização, o próprio contrato e, também, enquanto tiver recebendo recurso da União, ela fica auditada, permanentemente agora adiantado. É feito um sorteio, Estado por Estado, é feito um sorteio das obras para ser feita a auditoria nessas obras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Então, eu, mais uma vez, queria agradecer ao Dr. Sílvio a sua participação aqui na nossa Comissão. Muito obrigado. Queria convidar para fazer parte da mesa o Sr. Genário Lemos



Couto, Diretor-Geral do DER da Bahia. Só informando aqui aos presentes, Deputado Luiz Moreira, que aqui na Bahia de todos os Estados que nós participamos foi a que deu o maior **quorum** de Deputado Estadual. Com a palavra o Sr. Genário Lemos Couto, V.Sa. tem 10 minutos para as suas exposições iniciais.

O SR. GENÁRIO LEMOS COUTO – Sr. Presidente, Deputado Damião Feliciano, Deputados Norberto Teixeira, Sérgio Reis, Luiz Fernando Moreira e meu amigo de muito tempo, Eujácio Simões, naturalmente o que eu vou fazer aqui não é nada mais do que repetir o que já foi dito aqui pelo Sr. Secretário, Dr. Roberto Moussallem, e pelo companheiro Sílvio, do DNER. Nós aqui temos apenas cinco convênios realizados com órgãos federais no Estado da Bahia. Dois com o DNER, como já foi dito aqui pelo Sílvio, dois com a CHESF e um com o COMAR para a execução do aeroporto de Barreiras. Dentro desses convênios, apenas em um nós temos dificuldades, como já foi dito aqui por Sílvio e pelo Secretário Moussallem, é o convênio sobre a ponte do Rio São Francisco, ligando Malhada a Carinhanha. É obra importante para o Estado da Bahia, para o desenvolvimento daquela região, obra inclusive de caráter não regional, mas sim de caráter federal, pois liga a Capital Federal ao Porto de Campinho, porto esse que está paralisado desde a década de 70, que foi construído e abandonado pelo Governo Federal. Naturalmente, apesar de várias solicitações do Governo do Estado para a implantação de um porto natural com calabre de 17 metros, natural com calabre de 17 metros, está lá abandonado quando poderia estar sendo muito bem atendido para o Estado da Bahia. Dentro desse aspecto, também temos a BR-030, que liga o trecho do Porto à BR-101, totalmente intransitável hoje, obra que eu diria de caráter transitório. São essas as obras que nós temos com o Governo Federal. A Rodovia Tucano e Borja já foi aqui



falado bastante pelo Secretário Moussallem e por Sílvio também. Então, acho que como já estamos bastante atrasados aqui com o tempo, vou deixar que surjam as perguntas para que a gente possa responder melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Agradecendo as palavras iniciais do Dr. Genário Lemos Couto, vou passar a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Dr. Genário, eu já ouvi o Secretário de Infra-estrutura, eu já ouvi o DNER, mas eu gostaria de só uma informação melhor – que eu não estou entendendo não – sobre essa obra do porto. Só gostaria de uma orientação e maior explicação. Essa obra está paralisada, como que é, o que está faltando, o que já foi investido, o que está precisando nessa obra.

O SR. GENÁRIO LEMOS COUTO – Está precisando, acima de tudo, uma vontade política de realizar essa obra, uma vontade política do Governo Federal que, depois de iniciada pelo ilustre Deputado Federal, na época, Vasco Neto, um idealizador dessa obra, essa obra foi abandonada e relegada a um segundo plano. Lá também foi falado antes pelo Secretário da Agricultura, onde está implantado também um projeto de maricultura pela CEPLAC totalmente abandonado. Hoje é invadido por falta de infra-estrutura viária que com pouco poderia também ajudar muito mais esse projeto.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Mas, Dr. Genário, o que que está faltando na obra? É 70% concluído de obra, 30, é obra de infra-estrutura? O que está faltando? É rodovia?



O SR. GENÁRIO LEMOS COUTO – Está faltando a rodovia, está faltando toda a infra-estrutura portuária com equipamentos. Está feita toda parte de concreto, toda foi executada. Então, daí o resto abandonado há mais de 20 anos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Essa obra ela é feita em convênio com o Estado?

O SR. GENÁRIO LEMOS COUTO – Não, obra de caráter exclusivamente federal.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Federal? É feita pelo Ministério dos Transportes?

O SR. GENÁRIO LEMOS COUTO – Dos Transportes. Na época pela PORTOBRÁS.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Antiga PORTOBRÁS?

O SR. GENÁRIO LEMOS COUTO – Exatamente.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, mas o projeto total incluía rodovia, incluía todo o acesso.

O SR. GENÁRIO LEMOS COUTO – O porto era a cargo do Ministério dos Transportes. A obra que seria feita a BR-30, como é uma BR pelo caráter federal pelo DNER e o porto pela PORTOBRÁS.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, eu gostaria de requerer, já fiz o requerimento para DOCAS da Bahia, vai ser ouvido em Brasília, mas eu gostaria de fazer um requerimento pra eu poder localizar esse documento no Departamento Nacional de Portuários, em Brasília, para que nós possamos localizar esse documento todinho na PORTOBRÁS, para nós sabermos a realidade dessa obra. Eu vou fazer esse ofício, esse requerimento pra encaminhar, quero deixar bem



gravado, para que nós possamos depois incluir. Então, nós temos toda essa informação para nós começarmos a saber como que foi essa obra, porque uma obra paralisada... Gostaria de realizar, deixar bem marcado nesta CPI que tem uma obra que chama-se “porto”. Gostaria que o Dr. Genário respondesse o nome do porto para mim para deixar bem gravado.

O SR. GENÁRIO LEMOS COUTO – Porto de Campinho e Malhada.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Porto de Campinho e Malhada.

O SR. GENÁRIO LEMOS COUTO – Porto de Maraú, perdão. Perdão, Maraú.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Então, Sr. Presidente, só isso.

Eu gostaria de agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Só para esclarecimento é Porto de Campinho?

O SR. GENÁRIO LEMOS COUTO – Porto de Campinho, no Município de Maraú, Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Porto de Brasília. Bom, vamos passar a palavra ao Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, só algumas colocações que eu queria fazer. Eu acho que o povo baiano pelos relatos que aqui eu ouvi sobre obras paralisadas no setor de transporte, eu acho que não chamam o Ministro Padilha, chamam o Ministro “Para Dilha”, né? Agora, Sr. Presidente, eu queria – não sei se esse é o momento apropriado – fazer um requerimento convocando o Sr. Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, para depor na CPI para prestar esclarecimentos a esse respeito. Essa é uma questão de ordem que eu formulo a



V.Exa., se eu posso fazer esse requerimento aqui ou se eu tenho que levar até plenário na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Claro que V.Exa. pode fazer o requerimento, entretanto, aqui como não tem **quorum** suficiente para deliberar, eu gostaria que V.Exa. levasse a Brasília que eu coloco o requerimento pra V.Exa. em pauta.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Eu já poderia fazer por escrito hoje e, assim, eu colocaria na próxima semana em votação.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu acho que nós não podemos transformar essa CPI em palanque político. Nós temos, primeiro, de levantar todos os problemas e punir os culpados — convocar a empresa, convocar os órgãos competentes pra ver o que é a realidade. Esse, talvez, seja um porto que nem foi iniciado na época do Padilha, e não foi o Ministro Padilha. Nós não podemos aqui completar, fazer injustiça, e eu quero que isso seja, quem for o culpado, pra ser punido. Mas eu não gostaria que fizesse injustiça na CPI. Então eu gostaria de pedir, acho que estão todos os órgãos, DOCAS da Bahia está sendo convocado, INFRAERO... Nós não podemos, simplesmente, requerer convocação de Ministro, sendo que ele não é o responsável da época, na época. Nós temos que punir os que são responsáveis. Então, primeiro, a CPI tem que levantar, Sr. Presidente, quem são os culpados, os nomes de quem são os culpados, se tem culpado. Então, quem são as pessoas, a construtora que é envolvida no processo, os órgãos que são envolvidos no processo pra, depois, nós tomarmos providência, convocar, ou quebrar sigilo, ou mandar buscar, se for necessário.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Pela ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Pela ordem, Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Só pra esclarecer ao nosso nobre colega que não é do meu feitio, nem foi o meu intuito de entrar na CPI para estar fazendo palanque, eu acho que o meu dever aqui é trabalhar. E se, no momento... Esse é o meu pensamento: que eu acho que eu tenho livre direito de expressar e de requerer aquilo que eu achar e bem entender. E, no presente momento, eu achei necessário e eu acho que eu devo ser respeitado, não é, pelo nobre colega, o direito de opinião que eu deva ter. Em momento algum eu quis fazer momento... fazer palanque político, até porque V.Exa. me conhece muito bem e não é do meu feitio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu pediria ao nobre Deputado Norberto Teixeira... Eu pediria ao Deputado Norberto Teixeira e ao Deputado Sérgio Reis que nós não enveredássemos nessa discussão, que ela não vai ser frutífera, agora nós estamos, inclusive, argüindo o Dr. Genário aqui, somente pra que essa questão de ordem não pudesse afetar o depoimento. Até porque o Deputado Sérgio Reis, como Parlamentar tem, naturalmente, o direito de solicitar a esta Comissão qualquer... com qualquer pessoa que possa vir prestar depoimento. Agora, evidentemente que, naturalmente, é aspecto democrático de... isso é que faz parte da democracia: o contraditório. Mas vamos continuar com a palavra o Deputado, agora, Luiz Moreira pra fazer a sua argüição.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Sr. Presidente, vou ser muito rápido. Aliás, eu queria até fazer um reparo: que o nobre Deputado Sérgio Reis é nosso vizinho, mas não é da Bahia. Eu queria só perguntar ao Dr. Genário — aí já é uma curiosidade, Dr. Genário — se há alguma idéia de aquela melhoria da Estrada do



Feijão continuar em frente. Porque, atualmente, ela parou ali por Ipirá, e a notícia que eu tenho é que ela não foi muito além. E eu perguntaria... Quer dizer, lógico que aquela não está igual ao que estava; mas, na verdade, ela, o recapeamento dela hoje é muito precário. Essa era uma primeira pergunta que eu gostaria, só... é até de curiosidade.

O SR. GENÁRIO LEMOS COUTO – Pois não, imagino mesmo que seja por curiosidade porque, naturalmente, isso não é a nível... argumento para CPI. Mas eu vou explicar ao senhor. Nós tivemos ali um contrato, aquele é um programa financiado pelo BID, dos corredores rodoviários, no qual nós contratamos do Km zero ao 37, e do 37 até Ipirá está pronto, está feito, em condições boas, deve ser inaugurado no próximo mês. Mas, naturalmente, tivemos a dificuldade no primeiro trecho e tivemos que tirar a firma e punir a firma com ônus de multa. Estamos iniciando agora, no mês de outubro, a nova licitação do trecho do quilômetro zero ao 37. Por determinação expressa do Sr. Governador, do trecho de Ipirá, Baixa Grande e Mundo Novo, já estamos com o contrato em... com o projeto em andamento, já a nível de fiscalização pelo BID, de aprovação pelo BID, para que então nós possamos contratar no próximo exercício. O senhor me perdoe aquilo que eu disse, mas eu sei que o senhor como usuário e interessado direto no trecho, que usa muito, que eu sei, como já disse que, inclusive, às vezes anda por ele porque não pode andar pela BR-242 que, por sinal, rodovia essa implantada com recurso exclusivo do Governo Federal... do Governo Estadual, apesar de ser uma rodovia federal dos anos dos anos 67, pelo então saudoso Governador Luiz Viana Filho, foi implantada toda com recurso do Tesouro Estadual e, depois de algum tempo, repassada ao Governo... ao Governo Federal para que o DNER pudesse recuperá-



la. Está estragada, porque esse defeito que nós temos, nós temos com a malha envelhecida. A malha rodoviária nacional está caótica, não é só da Bahia, não. De um modo geral, nacional, toda está caótica. Nós temos uma malha rodoviária velha, cara, de manutenção... Tudo que vai ficando mais velho, vai ficando mais caro. Nós hoje tomamos muito mais remédio do que antigamente. Então as nossas rodovias... Nós precisamos de 3 mil dólares/Km/rodovia/ano. O Sílvio recebeu ali 1.200 dólares por ano pra manter a rodovia, os 4.500 quilômetros dele. Então nós estamos com recursos muito além... aquém do que o que nós precisamos. Então esse é um... Depois da queda do Fundo Rodoviário Nacional, em 88, então foi uma degradação total das nossas rodovias. Então, esse é o quadro que nós temos aqui na realidade. Sílvio falou que, das rodovias que nós temos aqui, todas estão acabadas, da rodovia federal, com mais de 50% está estragada, em nível realmente de total restauração, não tem mais tapa buraco. Tapa buraco é paliativo, ele sabe disso muito bem, mais que eu, que é jogar dinheiro fora. É paliativo pra esperar a próxima chuva. E, na próxima chuva, virão os buracos novamente porque nós não temos condições de manter da forma que está. É necessário que haja recurso, se não houver um fundo geral e específico pra área, nós estaremos... nossas rodovias irão ao caos.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Bem, Dr. Genário, aí tem duas coisas. Aliás, eu vou falar algo que o meu Presidente aqui vai confirmar. O senhor é da área de engenharia; nós somos da área médica. E, quando o senhor fala que os medicamentos, os remédios hoje são bem mais, é porque a tecnologia mudou, e as coisas foram se aperfeiçoando. Pode ser que, na área de Engenharia, não aconteça isso, mas na área da Medicina acontece. Então essa quantidade, às vezes, de produtos, ela vem beneficiar o paciente. Quanto à questão da pergunta, é lógico



que, quando eu a fiz, eu sei que ela não é assunto da CPI, porque nós estamos falando de obras federais ou de convênio com Governo Estadual. Era uma pergunta que o senhor já me respondeu que, pra mim, está muito importante, é de que, mais adiante, nós vamos continuar... porque nós já passamos naquela Estrada do Feijão, que era um tapete, não é há tanto tempo, desses anos todos de Luiz Viana. Recordo-me bem que era do nosso Antonio Carlos Magalhães, quando Raimundo Brito era o Secretário de Transportes, né, aquilo não chamava infra-estrutura e tal, depois que mudou. Bem, então, na verdade, pelo que foi visto, no lado que eu tenho a indagar, a mim, já me respondeu por sua gentileza e eu fico satisfeito. Quanto à outra parte, o nosso nobre Deputado já tomou as devidas providências para as indagações necessárias sobre o posto... o porto de, lá de Maraú, lá na... lá em Maraú. Eu conheço a estrada que passa perto de Jequié, e eu era... está ali por Conquista, e a gente até rodava um pedaço dela. Bom, Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Sr. Presidente, eu gostaria de deixar um registro na Comissão para mostrar a situação das rodovias estaduais, como é que, de certa forma, foi equacionada essa questão. Desde o primeiro Governo de Antonio Carlos se pensou em se tomar dois grandes financiamentos “guarda-chuva”, que permitiram junto ao BID, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que se pudesse desenvolver todo um programa de recuperação e de construção de novas rodovias.



Então, de certa forma, o Estado contou com esse recurso. Estávamos agora no BID II, e já executamos. Então, podemos, na verdade, respirar um pouco aliviados, inclusive com o sobrecarrego da malha, por causa da deterioração da malha da Rede Federal. Mas, não é uma solução normal, porque a capacidade de endividamento do Estado ela vai acabar e a malha rodoviária tem que ser mantida e tem que haver novas fontes de recursos. Por isso acho que tanto o Dr. Sílvio como o Dr. Genário estão certíssimos quando querem que se retome a questão de recursos específicos para que as rodovias federais e estaduais tenham essa disponibilidade na sua manutenção. Agora, uma coisa para que eu chamo a atenção também é a dicotomia que existe entre o DER, Departamento de Estrada e Rodagem, o órgão estadual, e o DNER, o órgão federal. O Dr. Sílvio falou que cada vez mais se empobrecem os quadros, as residências são fechadas, e o DER mantém toda uma rede de residências, com pessoal qualificado, para manutenção da sua malha. E, simplesmente, se tem dois convênios, dois convênios. Eu, mais uma vez, quero reafirmar aqui. Não fui a outro Estado, não tenho uma visão comparativa. Mas um Estado como a Bahia, somando a malha rodoviária com a malha federal deve dar, no mínimo, mais de 15 mil quilômetros de rodovias. Então, se tem só dois convênios de delegação do Governo Federal para o Estado. Então, a gente acha que essa coisa é muito pouco e que deveria de ter uma soma de esforços buscando uma estrutura ajudar a outra para se resolver essas questões. Então, é uma coisa que a gente tem que verificar por que na verdade são tão poucos os convênios do Governo Federal com a Bahia. O que está havendo para se recomendar, nesta Comissão, no sentido de que as obras não fiquem inacabadas. O Sr. Barbosa tem solução de continuidade, que se use as estruturas comuns para se beneficiar a



sociedade. Essa é uma questão que eu quero colocar e gostaria também de, num adendo, perguntar ao Dr. Genário se ele tem uma visão precisa dessa questão, quer dizer, da potencialidade em termos de novos convênios que poderiam ser feitos, utilizando a estrutura que o DER tem hoje na Bahia.

O SR. GENÁRIO LEMOS COUTO – A nível de convênio, o que nós temos preciso mesmo com o DNER são as rodovias da estadualização. Existe o interesse do DNER de repassar 620 quilômetros de rodovias, não de interesse federal ou apenas de interesse regional, de passar para os Estados. Então, o DNER deseja passar essas rodovias para o Estado da Bahia. Inclusive a BR-324 que estou informando aqui agora ao Sílvio que nós demonstramos não ter interesse no momento em recebermos a estrada de ligação da BR-324. É uma estrada que é preciso ser reestudados os seus parâmetros. É uma estrada já desatualizada. Está, como você disse, 55 mil veículos por dia, não comporta mais a sua capacidade de tráfego. Ela já tem que ser aumentada. Então, no momento, o Estado da Bahia, nós temos encontro com o pessoal de estadualização das rodovias. Informamos a eles que não temos interesse, no momento, de fazer. Estive há quinze dias atrás com o Secretário Mousallem lá dentro. É o único da chefia de federação de rodovias que vão ser repassadas para o Estado e que, então, serão conveniados para que o Estado execute essas obras. É única perspectiva que tem de convênio com o DNER é essa. É a BR-110 que deverá ser recuperada integralmente ou, provavelmente, será licitada ainda este ano.

A BR-418, a BR-030, a BR-330, a BR-420 – e compõem isso um conjunto de 620 quilômetros de rodovias. Quanto as rodovias BR-242 e BR-20 serão integradas do CREMA, que serão licitadas provavelmente no início do próximo exercício, já com o



dinheiro, recurso, assegurado pois é recurso do Banco Mundial e do Banco Interamericano junto com recurso federal. Essas serão, então, programadas para o CREMA, juntamente com as BRs-324 e 407. Isso é o que nós esperamos para a Bahia, mas ainda é muito pouco para o que nós necessitamos, porque há necessidade de recuperar o resto da BR-101, e temos apenas 200 quilômetros dos 900 necessários. A BR-116 e tantas outras mais. Então, o quadro da Bahia realmente, eu diria assim, com toda boa vontade do meu amigo Sílvio, é caótico. É caótico, porque são rodovias de um modo de interesse nacional, de integração nacional, pois vemos de norte a sul estão literalmente abandonadas, não por culpa da residência mas também por falta de recursos já repassados ao Governo Federal.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria agradecer a presença do Dr. Genário Lemos Couto, Diretor-Geral do DER. Vou passar para ele, nas mãos, um questionário que V.Exa., se possível respondesse, por meio magnético, no prazo de 15 dias.

O SR. GENÁRIO LEMOS COUTO – Muito obrigado pela oportunidade. E, de público, eu gostaria aqui de pedir desculpas ao Deputado Luiz Moreira, se o ofendi. Não foi esse o interesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Luiz Moreira.

O SR. DEPUTADO LUIZ MOREIRA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Continuando os trabalhos, eu queria convidar Maria Urânia Silva Costa, Superintendente do INSS do



Estado da Bahia. *(Pausa.)* Ela não compareceu? Tirar a foto para, depois, tomar as providências necessárias. Bom...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Pela ordem, Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Eu gostaria de fazer um requerimento convocando-a, em Brasília, para comparecer, prestar esclarecimentos em Brasília. Convocar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Esta Presidência acata a proposta de V.Exa. Eu gostaria que, depois, V.Exa. colocasse por escrito. Eu gostaria de, neste momento, agradecer a toda a infra-estrutura que o Estado da Bahia nos colocou à disposição para a realização do nosso trabalho, esse trabalho que neste Estado começou hoje e que, naturalmente, nossa Comissão Parlamentar de Inquérito vai trazer os frutos necessários que a sociedade baiana e a sociedade brasileira tanto requer e tanto necessita. Agradeço ao Presidente desta Casa, Deputado Reinaldo Braga, pela colocação à disposição da Assembléia Legislativa para que nós pudéssemos realizar o nosso trabalho; a toda a infra-estrutura da Câmara dos Deputados que veio aqui conosco e a todos que, de uma maneira geral, colaboraram com o nosso trabalho. Marcando para amanhã a visita ao Aeroporto Internacional, depois às obras do metrô, depois às obras da universidade, ampliação da Universidade Federal da Bahia. Não havendo mais nada a tratar, agradeço a todos a presença. Está encerrada a reunião.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

COM REDAÇÃO FINAL

Nome: CPI - Obras Inacabadas

CPI - Obras Inacabadas

Número: 000922/01

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

Data: 13/09/01